

Giampiero Rossi

A LÃ DA SALAMANDRA



**A VERDADEIRA HISTÓRIA DA CATÁSTROFE
DO AMIANTO EM CASALE MONFERRATO**

APRESENTAÇÃO

Existe uma ligação entre a tragédia do amianto de Casale Monferrato e as mortes que, infelizmente, ainda hoje ocorrem diariamente. Elas podem ser explicadas pela falta de uma cultura de segurança, aliada à resistência das empresas em reconhecer os riscos que trabalhadores e trabalhadoras correm a cada momento da vida passado no local de trabalho.

Uma corrente prende as mortes pelo amianto e as causadas pelo incêndio de 6 de dezembro de 2007 no estabelecimento da ThyssenKrupp¹ de Turim, além de todas as outras que acontecem constantemente, quase todos os dias, nos canteiros de obras. Não se trata de uma maldição que aflige fatalmente o movimento operário. Pelo contrário, é uma história intercalada por causas e efeitos: as causas devem ser procuradas nas condições de risco em que se trabalha e, os efeitos, são os mortos que contamos todos os dias.

¹ Nota da Tradutora e Revisora (N.T.R.) – Neste acidente morreram 7 trabalhadores. Uma série de irregularidades referentes à segurança no trabalho foram apontadas como causadoras deste grave acidente. A Procuradoria de Turim, a mesma que investiga a tragédia de Casale Monferrato, acusa os responsáveis da fábrica por homicídio voluntário múltiplo com dolo eventual e omissão dolosa das medidas de segurança.

Por uma espécie de automatismo do pensamento, há a tendência de se considerar isso normal, como se não houvesse nada a fazer, como se por trás destes grilhões malditos houvesse somente fatalidade.

Mas, para o movimento sindical não é e nunca será assim. Afinal de contas, a tragédia que se consumou durante décadas em Casale Monferrato, carregando a bagagem de mortos e dor, ensina que se pode e se deve mudar o curso das coisas. Principalmente quando estão em jogo os direitos de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, todos os dias, contribuem com suas atividades para enriquecer nações, garantir a produção e a circulação dos produtos de consumo, tornando possível o bem estar das tantas famílias que povoam nosso planeta.

O trabalho é um valor fundamental, assim como o respeito à vida humana dentro e fora das fábricas, escritórios e todos os lugares de trabalho. Esta convicção norteou a ação do sindicato, engajado em uma dura e complicada batalha pelo reconhecimento das doenças profissionais, para a afirmação do direito à saúde e também para chamar a atenção de todos – instituições e empresas – para esta questão.

As lutas sindicais conduzidas em Casale Monferrato demonstram que isto é possível, pois quando existem razões fundamentadas, não há muro que não possa ser derrubado. O “processo do século” contra os donos da Eternit – quando for celebrado – tornar-se-á o símbolo desta batalha que não deve ser interrompida. Enquanto houver perdas de vidas humanas em qualquer local de trabalho, o sindicato não retrocederá um centímetro.

É com esta consciência que, durante as últimas décadas, conseguimos obter uma importante legislação trabalhista, ainda que insuficiente. As últimas conquistas que conseguimos de um governo demissionário e de um parlamento já dissolvido são: a legislação sobre segurança no trabalho e a atualização da lista das doenças profissionais. Não era um resultado presumível. Com certeza teve um peso fundamental a pressão de todo movimento sindical para que não se chegasse ao fim da legislatura sem ter conseguido nada em matéria de segurança e tutela da saúde nos locais de trabalho. Da mesma forma, foi fundamental a constante atenção do Presidente da República, Giorgio Napolitano, e, mais ainda, o que influenciou sobre este resultado foi a lista dos mortos que todo dia a imprensa atualiza, com uma pontualidade nunca antes vista.

Uma orientação profundamente percebida e compartilhada com as outras confederações, CISL² e UIL³, com as quais decidimos dedicar a este tema o Primeiro de Maio de 2008, a festa dos trabalhadores; para que o sacrifício de tantos trabalhadores e trabalhadoras não seja esquecido.

Queria concluir com um agradecimento pessoal, mas também em nome da CGIL⁴, ao autor deste livro que, além de ser um jornalista atento e sensível, conseguiu com suas palavras chegar diretamente ao coração do leitor, ao traçar perfis humanos dos “pequeno-grandes heróis”: dirigentes sindicais, advogados, médicos e familiares que, com tenacidade, chamaram a atenção do país sobre a trágica odisséia da comunidade de Casale Monferrato, sufocada pela poeira branca, causadora de tantas mortes. É a eles que a CGIL se dirige com gratidão.

Guglielmo Epifani
Secretário Geral da CGIL

² (N.T.R.) – CISL - Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori – (Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores) é umas das centrais sindicais que participa do pacto federativo italiano.

³ (N.T.R.) – UIL - Unione Italiana del Lavoro – (União Italiana do Trabalho) é outra destas centrais sindicais.

⁴ (N.T.R.) – CGIL - Confederazione Generale Italiana del Lavoro (Confederação Geral Italiana do Trabalho) – é a maior central sindical italiana, que junto com as demais (CISL e UIL), frequentemente, unifica suas principais pautas, lutas e campanhas, principalmente, nas questões ligadas a salários e melhorias das condições de trabalho, apesar de suas diferenças político-ideológicas.

PREFÁCIO DA VERSÃO ITALIANA

Este livro abrange de forma comovente a história de homens e mulheres, dirigentes sindicais, delegados e delegadas de fábrica da CGIL, da Camera del Lavoro⁵ de Casale Monferrato e, sobretudo, do Patronato INCA⁶-CGIL, atores estes que conduziram, desde a década de 70, uma permanente e difícil batalha para a afirmação do direito à tutela da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do grupo industrial Eternit, quando ainda era muito impopular antepor este direito à salvaguarda dos empregos.

O “processo do século”, que se celebrará, é resultado de um trabalho metucioso de análise e de engajamento com o objetivo de evidenciar as dramáticas consequências do contato com as fibras de amianto.

Através da contribuição destas pessoas e, infelizmente, do sacrifício das inúmeras vítimas deixadas de herança pelos proprietários

⁵ (N.T.R.) – Camera del Lavoro (Câmara do Trabalho) é a sede territorial local ou regional das diferentes federações afiliadas à CGIL.

⁶ (N.T.R.) – O Patronato INCA - Istituto Nazionale Confederale di Assistenza (Instituto Nacional de Assistência) ligado à CGIL, também conhecido como a “advocacia dos pobres”, atua como interlocutor entre os cidadãos e os órgãos públicos na defesa e promoção dos direitos sociais, em particular, o direito à saúde, à assistência e previdência social.

do colosso Eternit, o problema da segurança e da saúde nos locais de trabalho conseguiu chamar a atenção das instituições e da opinião pública.

O envolvimento vagaroso e inexorável dos cidadãos e cidadãs de Casale Monferrato tem sido determinante, a começar pelo então prefeito, Riccardo Coppo. Ele teve a coragem de promulgar a primeira lei municipal proibindo a produção de artefatos de amianto. Este é o precedente histórico mais importante, que contribuiu de forma significativa, para a aprovação de uma lei nacional (n.º 257) em 1992, que confirmou e estendeu a todo o país a proibição do uso do amianto.

O apoio de Luciano Lama, na época vice-secretário do Senado; de Fausto Vigevani, secretário da CGIL; e do parlamentar comunista, Lucio Libertini, foram fundamentais para se alcançar o objetivo. Todavia, não se pode deixar de destacar que a batalha sindical tinha se iniciado anos atrás quando os primeiros mortos começaram a ser contados, como se faz num campo de batalha. Em junho de 1986 a fábrica italiana da Eternit foi obrigada a declarar autofalência. Uma decisão dolorida que significou, inclusive, a perda de 380 empregos. Este era o número de pessoas que, à época, ainda trabalhavam na fábrica. Todos os demitidos tinham mais de 50 anos de idade e estavam doentes por algum tipo de câncer provocado pelo contato com o amianto, o que tornava difícil uma recolocação no mercado de trabalho. Foi assim que Nicola Ponderano, diretor do Patronato INCA-CGIL de Casale Monferrato desde 1979, já delegado de fábrica em 1974, e Bruno Pesce, secretário da Câmara do Trabalho da mesma área, apresentaram o primeiro bloco de 800 denúncias junto à procuradoria da República, alegando suspeita de doença profissional provocada pelo amianto. Destas causas, 400 foram vencidas pelo Patronato INCA-CGIL.

Nos anos 80, o Patronato INCA-CGIL, junto com médicos legistas, liderou uma longa batalha contra o INAIL⁷. O objetivo era que o instituto reconhecesse formal e substancialmente a origem profissio-

⁷ (N.T.R.) – INAIL - Istituto Nazionale Assicurazione contro gli Infortuni sul Lavoro (Instituto Nacional de Seguro contra os Acidentes de Trabalho) é o órgão público responsável pelo seguro de acidente de trabalho, isto é, o pagamento do seguro em caso de acidente de trabalho, bem como a reabilitação profissional do(a) trabalhador(a) para que retorne ao trabalho na mesma função ou readaptado para uma nova função, em consequência da sequela adquirida.

nal destes tumores. Este trabalho envolveu especialistas – médicos do trabalho e advogados de alto escalão – produzindo uma quantidade de procedimentos legais de extraordinária importância, como aponta o livro de Giampiero Rossi.

O “processo” em curso é a segunda ação penal por essa razão, mas é o primeiro contra o grupo empresarial Eternit, representado por Stephan Schmidheiny e pelo barão belga Cartier de Marchienne, líderes mundiais no campo da alimentação e do cimento. Este é um processo totalmente diferente do ocorrido em 1993 contra alguns dirigentes, que naquela época acabaram condenados. No atual processo, em defesa dos interesses dos trabalhadores e suas famílias, o Dr. Raffaele Guariniello, da Procuradoria da República de Turim, incluiu 2.969 casos que dizem respeito às mortes ocorridas nas quatro plantas industriais da Eternit que existiram na Itália: Cavagnolo, na província de Turim (142); Casale Monferrato, na província de Alessandria (2.272); Rubiera, na província de Reggio Emilia (55); Bagnoli na província de Nápoles (500). A estas mortes é preciso acrescentar mais 11 casos de trabalhadores italianos, que contraíram tumores nos estabelecimentos da Eternit na Suíça.

Somente estes números já seriam suficientes, mas a tendência é que eles ainda aumentem. Em Casale Monferrato, ainda hoje, se morre por causa do mesotelioma de pleura. Todo o ano, 45 pessoas, em média, perdem a vida. Os estudos epidemiológicos prospectivos apontam que o fenômeno durará até 2015/20.

O processo penal contra os donos da Eternit é, portanto, o maior processo da Europa, como também o mais complexo. Pesa sobre ele a incógnita de qual será a sentença e de quando esta chegará. O que está em jogo é importante, assim como os interesses que ainda se movem em torno desta história.

Porém, só o fato de ter-se chegado a este resultado já representa uma bela vitória para o movimento sindical, para a CGIL e, sobretudo, para o seu Patronato INCA, e, finalmente, para todos os cidadãos e cidadãs de Casale Monferrato. Desta forma, procura-se ao menos promover a justiça para quem perdeu a vida trabalhando, às muitas famílias que carregam as marcas da dor do luto e aos doentes de câncer, que, apesar de tudo, continuam a viver. Mas é também outra forma de evidenciar o fato desta história ser parte integrante da vida de tantas mulheres e de tantos homens vinculados à CGIL. Lembrar disto é um dever não apenas para com os sobreviventes,

que continuam sua batalha, mas para com os dirigentes sindicais que compartilharam da mesma morte – por mesotelioma de pleura – com os trabalhadores da Eternit. Pela tenacidade destes dirigentes sindicais, e do INCA, em particular, a batalha de Casale Monferrato assumiu relevância nacional no que diz respeito à afirmação do direito à saúde nos locais de trabalho. Através da determinação deles, a ação pela tutela individual, prerrogativa do INCA, tornou-se uma batalha para a afirmação dos direitos coletivos.

O Patronato INCA-CGIL nacional, como sempre fez desde o começo desta história, tem por objetivo continuar a apoiar o protagonismo da coletividade local e, em particular, dos homens e mulheres da CGIL, que deram uma parte de suas vidas para alcançar esta meta. Sem a contribuição deles nunca chegaríamos ao “processo do século”.

Por outro lado, a ação penal registrará não somente a participação do Patronato INCA-CGIL como representante da parte lesada, mas também dos outros Patronatos da CISL e UIL, juntamente com as confederações e com as associações de vítimas do amianto. Todos estes sujeitos coletivos estarão juntos para dar um basta ao amianto. Chega de brincar com a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras. É necessário reafirmar de vez que não se pode e não se deve morrer pelo trabalho.

Raffaele Minelli
Presidente do Patronato INCA- CGIL

UMA MENSAGEM DE ALENTO DE CASALE MONFERRATO ÀS VÍTIMAS BRASILEIRAS DO AMIANTO

A Associação dos Familiares das Vítimas do Amianto de Casale Monferrato e Cavagnolo (na província de Turim) foi fundada em 1988 por iniciativa da seção local da CGIL, que está engajada há muitos anos na luta contra o amianto. Nossa Associação conta atualmente com a adesão de mais de 300 doentes que trabalharam na ETERNIT e são, prevalentemente, trabalhadores afetados por asbestose, 30 cidadãos que sofrem com mesotelioma, além dos familiares de 1.400 pessoas que faleceram por causa do mesotelioma (379 mortes), asbestose e tumores de pulmão causados pelo amianto.

Quase todas as vítimas de origem ocupacional e ambiental de Casale e de Cavagnolo (Turim), de Bagnoli (Nápoles) e Rubiera (Reggio Emilia) – 6 mil familiares de falecidos e doentes – que se constituíram parte civil no processo penal atualmente em curso (o maior da Europa) contra a ETERNIT, fazem parte de nossa Associação e das Organizações Sindicais CGIL, CISL e UIL e são assessoradas por nossos advogados e sindicalistas. A estes, mais uma vez, queremos agradecer pelo trabalho desenvolvido e pelo compromisso com a luta que nós teremos doravante.

O engajamento de todos – vítimas e familiares – é algo fora do comum e decisivo para nossa luta a favor da justiça, da recuperação ambiental, para o desenvolvimento de pesquisa e de tratamento para derrotar o mesotelioma.

Entre estas vítimas, algumas estão engajadas há mais de 30 anos na luta, enquanto outras, com frequência, denunciam publicamente a sua batalha pessoal contra a doença e unem-se às demais vítimas para obterem justiça contra esta gravíssima **catástrofe ambiental e omissão dolosa das normas de segurança**.

Em 6 de abril de 2009, iniciaram-se, junto ao Tribunal de Turim, as audiências preliminares, como consequência da denúncia contra a cúpula empresarial, que responde pela multinacional suíço-belga ETERNIT, Stephan Schmidheiny e o barão belga Louis de Cartier de Marchienne. Uma investigação excepcional de 220 mil páginas realizada pela Procuradoria da República de Turim (Dr. Raffaele Guariniello e seus colaboradores), contra os quatro ex-estabelecimentos da ETERNIT na Itália, sendo eles o de Casale Monferrato e Cavagnolo (Turim), Bagnoli (Nápoles) e Rubiera (Reggio Emilia), onde quase 3 mil vítimas já foram identificadas como parte lesada, tendo sido já incluídas na primeira lista depositada junto ao GUP (Juiz da Audiência Preliminar). São 2 mil mortes e mil doentes no total, sendo 75% vítimas de Casale Monferrato (cidadezinha de 36 mil habitantes). Entre elas, 500 morreram por mesotelioma e mais de mil faleceram por asbestose, câncer de pulmão causado pelo amianto; em Cavagnolo, pequeno centro de 3 mil habitantes, as mortes foram mais de 100.

Os casos de mesotelioma na Itália são 1.200 por ano; em Casale, no último período, foram diagnosticados 50 casos por ano, 80% deles afetando a população em geral. Esperamos superar o mais rapidamente possível o “pico”. Por estes motivos, trabalha-se por um processo ETERNIT-bis, que deverá incluir algumas centenas de casos novos ou recuperados.

Em 22 de julho de 2009, a juíza da audiência preliminar, a Doutora Palmesino, aceitou a denúncia e enviou para julgamento os dois responsáveis da multinacional suíço-belga. A primeira audiência ocorreu em 10 de dezembro de 2009. Queremos mais uma vez agradecer a todos os participantes e aos nossos colaboradores de outros países – Suíça, Bélgica, Holanda, Alemanha, França, Brasil etc. Ao manifestar nossa gratidão às Associações destes países, citamos, entre outros, a ABREA do Brasil – a primeira associação com que colaboramos, pelo meritório trabalho da “pasionaria” Fernanda Giannasi, dos companheiros mais engajados das vítimas da ETERNIT brasileira e dos sindicatos – e a ANDEVA (Associação Nacional das Víti-

mas Francesas do Amianto), a maior da Europa, pela valiosa, recíproca e doradoura colaboração, inclusive no âmbito legal, pela participação maciça durante as audiências de 6 de abril e de 10 de dezembro de 2009, com delegações de centenas de vítimas e de familiares vindo da Borgonha, do norte e do Sul da França, bem como de outras associações.

Por trás deste maxi-processo está uma longa luta sem tréguas contra o amianto na Itália e, em particular, na cidade de Casale Monferrato. A forma emblemática como tal luta se deu foi descrita neste livro pelo brilhante jornalista e escritor Giampiero Rossi com o apoio do INCA-CGIL nacional.

Temos certeza de que esta batalha, que já tem mais de 30 anos de história, juntamente com os resultados da investigação do Procurador da República, Dr. Raffaele Guariniello, e seus colaboradores, representa uma grande e inédita contribuição para a luta internacional para o banimento do amianto, para a justiça e para a defesa da saúde nos locais de trabalho e do meio-ambiente.

Esta é uma batalha, que nos ensinou que existe umnexo profundo entre os resultados obtidos – e os que podemos obter – e a confirmação do exercício pleno das liberdades democráticas e da prática quotidiana dos direitos sindicais em todos os países e continentes, onde ainda centenas de milhares de trabalhadoras e trabalhadores e de cidadãos “reservam” vagas para a morte por amianto.

Por outro lado, através da unidade deste movimento antiamianto, nós também temos nossa multinacional na luta e no processo contra a ETERNIT: a “multinacional das vítimas”.

Romana Blasotti Pavesi

Bruno Pesce

Nicola Ponderano

Daniela Degiovanni

PREFÁCIO DA VERSÃO BRASILEIRA

Muito pouco há que se acrescentar, infelizmente, a tudo que já foi dito pelos que nos antecederam na introdução e apresentação deste livro ao público brasileiro. É uma história trágica que se repete e não é diferente no Brasil.

A ANPT-Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, quando procurada pela direção da ABREA-Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto, trazendo o projeto da publicação do livro “A Lã da Salamandra” em português, imediatamente apoiou a idéia até porque tem sido esta a luta incansável dos procuradores e procuradoras do trabalho brasileiros e da associação que os representa: a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Entre suas áreas de atuação, prioritariamente estão as doenças ocupacionais e os problemas de saúde e segurança dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Não poderia se omitir, portanto, diante da gravidade que representa a exposição profissional à poeira cancerígena do amianto, utilizado intensamente nas indústrias e construções brasileiras.

O livro *La Lana della Salamandra* (“A lã da Salamandra”), de Giampiero Rossi, publicado como encarte do jornal italiano *L'Unità*, mostra a história verídica de Romana Blasotti Pavesi, que é considerada um símbolo da luta contra a fibra cancerígena na Itália. Romana perdeu marido, irmã, filha e parentes para o amianto.

A “A Lã da Salamandra” resgata a saga de trabalhadores e trabalhadoras, moradores de uma pequena cidade italiana, da região do Piemonte, no norte da Itália, chamada Casale Monferrato, onde cidadãos e cidadãs simples transformaram suas tragédias pessoais em uma luta coletiva. Mais ainda: conseguiram convencer os mais brilhantes membros do judiciário italiano a aceitar a causa e transformá-la no Tribunal do Século. Pela extensão do problema e imensa publicidade em todo o mundo, tem sido comparado ao Tribunal de Nuremberg.

A ANPT, como não poderia deixar de ser, sensível a todas as questões que envolvem a higidez do meio ambiente de trabalho e consciência de seu papel institucional e social, juntou-se à ANAMATRA - Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho e propôs em abril de 2008 a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4066) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), requerendo a declaração da inconstitucionalidade do artigo 2.º da lei 9.005/95, que é a que regulamenta e promove o “uso controlado do amianto” crisotila ou amianto branco no Brasil.

Nestas breves palavras, não poderíamos deixar de mencionar a similaridade do que é relatado em “A Lã da Salamandra” com o que vimos em Osasco, na região metropolitana da São Paulo, onde milhares de trabalhadores da ETERNIT foram vitimados e buscam há mais de 15 anos a reparação pelos danos sofridos e o reconhecimento de suas doenças profissionais.

O mesmo grupo empresarial multinacional suíço, que explorou a produção de artefatos de fibrocimento de Casale Monferrato, foi o que atuou por mais de 50 anos em Osasco. A mesma lógica produtiva, o mesmo modelo empresarial que sonou por anos a informação sobre os riscos associados à sua principal matéria-prima e negou os direitos aos que adoeceram.

A única diferença que podemos visualizar no que está relatado pelo autor Giampiero Rossi é que, ao invés da autofalência, decretada na Itália, o grupo suíço, por aqui, vendeu suas ações para outro conglomerado multinacional concorrente, que no início deste milênio também se livrou do enorme passivo deixado pela ETERNIT no Brasil, tornando-se, desde então, uma empresa de capital nacional, que responde sucessoriamente por todas estas ações. Até hoje poucos processos de indenização chegaram ao último estágio de nosso lento sistema judicial.

Um alento para estas vítimas ocorreu com a Emenda Constitucional 45 de dezembro de 2004 quando as ações de indenização por danos decorrentes das relações de trabalho passaram para a competência da Justiça do Trabalho – a chamada Justiça Social ou Justiça Cidadã, trazendo uma abreviação para a conclusão destes processos.

A ANPT deseja que este trabalho literário, por nós apoiado, possa servir de guia para que trabalhadores, dirigentes de entidades de classe e organizações sociais, parlamentares, magistrados, técnicos em geral, cientistas e formadores de opinião possam conhecer a real dimensão da tragédia que se abateu sobre os trabalhadores e trabalhadoras, cidadãos e cidadãs pela chamada catástrofe sanitária ou mal industrial do século XX – o amianto ou asbesto.

*Associação Nacional
dos Procuradores do Trabalho (ANPT)*

ANTES

1. A FAMÍLIA

Mario Pavesi nunca blasfemava. Ou melhor, quando estava sozinho ou com os amigos, se as circunstâncias o requeressem, algum esconjuro ao céu ele até soltava. Mas nunca em casa. Isso porque, numa vez em que deixou escapar um rosário quase completo, este imediatamente foi repetido pela voz do pequeno Ottavio, que o observava de trás de sua constelação de sardas avermelhadas, divertido ao constatar o constrangimento do pai. Assim, não passava do censurado *boia fàus*⁸, nem quando – muitos anos depois – tateando as costas, deixou escapar um tímido “dói aqui” na frente de sua esposa Romana.

Aquela maldita dorzinha aparecia de repente dilacerando-o no lado direito, perto dos rins. Há quase dois anos a dor apresentava-se covardemente para envenenar aqueles lindos dias preenchidos jogando bocha⁹, com o netinho, mulher, casa, fazendo alguns bicos,

⁸ (N.T.R.) – Expressão típica da região do Piemonte, algo como “Maldito Diabo ou Maldito seja”.

⁹ (N.T.R.) – Do italiano *boccia*. É um jogo muito popular na Itália e nas zonas aonde afluiu a imigração italiana, jogado entre duas ou mais pessoas com nove bolas, uma pequena e oito maiores, de madeira dura. Joga-se na pista a pequena, que serve de alvo, e os jogadores tentam jogar, cada um, as bolas que lhe cabem o mais perto possível desse alvo

filhos, jogos de cartas no bar. Aquele sim foi um belo período. Chegara tarde, um presente da aposentadoria para quem, como ele, não pôde aproveitar nada desta vida quando moleque. E, na verdade, Mario Pavesi nunca quis falar daquelas coisas, também porque nunca falava de palavras que tocassem os sentimentos. Não em casa, pelo menos. Nunca. E agora tudo era diferente. Agora, sua Romana estava ali sempre, atenta e confiável. Cúmplice. Sem dúvida, mesmo com seu gênio difícil, mas para se entender com ela bastava um olhar. Aquela mulher de Gorizia, dos olhos claros e vivazes, deu-lhe de presente a serenidade, que se tornou completa com a chegada de Ottavio, de Maria Rosa e, finalmente, do pequeno Michele. A grana sempre foi pouca. Porém, em casa não faltava nada, então, *boia fàus*, estava bem o Mario, a quem os amigos chamavam de Pavèis. Ele saboreava os frutos de sua vida suada na fábrica, sofrida numa juventude marcada pela guerra e desabafada em mil partidas de bocha, em pontos estudados com milimétrica precisão nos *settebello*¹⁰ jogados na mesa, mas só após ter interrogado com severidade sua memória infalível sobre as jogadas dos adversários.

Porém... agora, as malditas pontadas nas costas, sempre iguais. Havia conversado sobre isto com seus amigos, os do bocha, os das cartas, com todos que dividiam com ele algum pequeno trabalho. E ainda com aqueles que o chamavam querendo que parasse sua lambreta e ouvisse as últimas notícias da fábrica. Mas a ela nunca disse nada; à Romana ele não falava daquele ferrão invisível que chegava pontual, todo dia, a torturar quem sabe que diabo que tinha lá dentro, em seu corpo robusto e incansável, a envenenar seus dias de paz.

O URSO

Na realidade ela tinha percebido fazia tempo as caretas de dor, a mão dele que ia para as costas à procura de uma impossível trégua com a dor desconhecida. Mas nunca dissera nada, pois tinha aprendido muito bem que sobre certos assuntos era melhor não mexer com Mario, mesmo agora que, com o passar dos anos, ele tivesse se tornado mais maleável. Além disso, quem poderia pensar naquele momento – vendo um homem tão forte, saudável, incansável, gene-

¹⁰ (N.T.R.) – Jogo de cartas no qual o sete de ouros é a carta chamada de *settebello*.

roso e sereno – que aquele incômodo idiota nas costas poderia ser o anúncio da tragédia iminente?

De resto, apesar de uma vida inteira dividida com ele, Mario sempre foi um pouco misterioso, impenetrável em suas emoções mais verdadeiras. Desde aquele domingo de abril em 1948, quando Romana o viu pela primeira vez. Ela estava voltando para casa e ele pulou para fora do bar e parou na sua frente fixando seus belos olhos azuis, herança indiscutível da mãe eslovena. Romana Blasotti chegara a Casale alguns meses antes, procedente de Salona d’Isonzo, cedida à Iugoslávia após a guerra e transformada em Anhovo. Hoje faz parte da Eslovênia. Justamente por este motivo, papai Ottavio trouxera a mulher e as cinco filhas de tão longe, até o Piemonte. Ele trabalhava para a Salonit, uma fábrica de produtos feitos com amianto, situada na fronteira entre Áustria, Itália e Iugoslávia. E como o irmão encontrara uma vaga na fábrica que o mesmo grupo industrial abriu em 1906 em Casale Monferrato, a escolha da cidade fora quase que automática. Porém, Ottavio Blasotti acabou trabalhando numa fábrica mecânica, enquanto as filhas, ainda muito novas, foram mandadas para trabalhar como empregadas nas casas das famílias endinheiradas.

Quando conheceu Mario, Romana estava indo visitar seus pais, aproveitando o dia de folga semanal. Diferentemente do habitual, ela não estava acompanhada por uma de suas irmãs e talvez foi isso que tenha dado coragem ao *Pavèis*. Já há algum tempo ele tinha reparado nas moças e uma em particular, a de cabelos ruivos, tinha chamado sua atenção. Fugiu sorrateiro do bar e a parou: disse as frases circunstanciais, segundo o estilo da época, acenou a passeios e cinema, enquanto ela olhava receosa, em silêncio, mas sorridente como sempre. Até se declarar abertamente: “Veja, eu tenho intenções sérias. Aliás, gostaria de falar com seu pai”. Romana tinha 19 anos, pouco estudo, mas muita leitura. Das boas. Já havia lido avidamente *Guerra e Paz*, por exemplo, e talvez algo de Natalia Rostova, de Tolstói, transparecesse em sua embaraçosa resposta à audácia de Mario: “Mas como dizer sim se nem o conheço” ela respondeu com um fio de voz. Mas ele não desanimou e replicou prontamente: “Pois então, conheçamo-nos” e assim, para começar, a acompanhou por um trecho do caminho.

Pouco tempo depois Romana obteve a permissão da mãe, que havia entendido tudo desde a primeira vez que o assunto Mario entrou em casa, para ir ao cinema com o jovem de Casale. “Assistimos

Ninotchka, porque eu gostava muito da Greta Garbo – lembra – mas depois fiquei sabendo que ele já tinha assistido”. Mario estava mesmo perdido de paixão por aquela menina de aparência tão solar: “Tenho certeza de que as coisas entre nós irão bem – disse a ela uma vez com sua sinceridade sem mediações – então sejamos menos formais”. Sete meses depois, em 4 de novembro de 1948, eles estavam casados. O ano seguinte foi memorável porque nasceu o primeiro filho, Ottavio Pavesi.

Em dois anos, Romana aprendeu a ser esposa e mãe. Continuou trabalhando como empregada doméstica, mas nunca perdeu o espírito leve, o prazer de dar risadas, o amor pelas canções que sabia na ponta da língua. Mario era diferente. Pacífico sim, não era um sujeito difícil, mas fechado hermeticamente. Romana, que cresceu em uma espécie de extenso clã familiar que conseguiu sobreviver à guerra e à emigração, atribuía a dureza do marido à história familiar dele: Pavèis ficou órfão de pai aos 16 anos e, para um rapaz nascido em 1922, isto queria dizer dar um duro para manter não apenas a si mesmo, mas à mãe e também aos irmãos menores. Em seguida, durante o conflito mundial, Mario foi enviado para a duríssima frente de guerra dos Bálcãs, uma experiência que culminou com sua captura na Iugoslávia, onde permaneceu até 1946, exatamente um ano antes dele conhecer Romana.

Mario Pavesi sofreu muito com a fome, fome verdadeira, por isso não desprezava o trabalho na mina de cimento em Coniolo, pouco distante de Casale. Mas logo depois dele ter formado uma família – que, em 1954, aumentou com a chegada da segunda filha Maria Rosa – a mina fechou. Então ele procurou os contatos certos para entrar, finalmente, na Eternit, a fábrica que produzia cimento com amianto e que era considerada a melhor ocupação da região. “Como trabalhar no banco”, dizia-se. Para os camponeses e operários de Casale a contratação na Eternit significava segurança, melhora econômica e até certo prestígio. Romana também, recém-chegada de sua terra do Leste, tentou entrar no estabelecimento, mas não conseguiu. Em 1957 ele obteve o emprego na grande fábrica. Agora trabalhava alternando os três turnos, deslocando-se sempre de bicicleta, misturando-se à massa de duas rodas que animava as ruas da pequena cidade a cada oito horas.

Mesmo não sendo o clássico operário “politizado”, nunca tendo se filiado a nenhum partido, logo Mario destacou-se por seu instintivo

empenho sindical, sobretudo para defender a qualidade do ambiente de trabalho: pedia melhoras e, após alguns anos, conseguiu a ilusória proteção das máscaras para si e para os colegas de sessão porque havia realmente poeira demais ali dentro. Assim, tornou-se naturalmente delegado do conselho de fábrica da Eternit. Para os companheiros de trabalho, assim como para os amigos do bocha, era uma figura, uma referência. Mas, em casa, voltava a ser um pouco um “urso”, afetuoso com as crianças, mas sempre decididamente fechado.

Os anos passavam assim, entre trabalho e confrontos sindicais naquela fábrica cheia de poeira branca. Os filhos cresciam e a mulher, sempre ultra-ativa, cuidando da casa e da família. Até chegar a almejada aposentadoria, em janeiro de 1977. Pavesi foi diagnosticado com asbestose, doença respiratória contraída pela grande maioria dos trabalhadores da Eternit ao inalar as minúsculas fibras de amianto que flutuavam por todos os cantos da fábrica.

Atribuíram-lhe 35 pontos de invalidez e isto lhe permitiu obter os benefícios que o INAIL concedia aos que abandonavam os “trabalhos nocivos”. Assim, a partir daquele momento, dedicou-se às suas paixões e, desde 1979, ao netinho Michele, filho de Maria Rosa.

Tudo corria muito bem até aquele mês de fevereiro de 1982. Inicialmente ninguém, começando pelo próprio Mario, prestou muita atenção nas agulhadas nas costas.

Romana ficava de olho, mas ao perceber que ela estava para dizer algo, o olhar dele a fulminava. O “Urso” só falava disto com seus amigos, seus ex-colegas, porque entre eles corriam vozes sobre doenças e sobre mortes precoces que atingiam quem havia trabalhado no estabelecimento da Eternit. Mas ele tomava muito cuidado para não fazer comentários disto em casa. Até o dia em que, na presença da mulher, escapou aquela admissão instintiva e constrangida, precedida pela mais típica imprecação piemontesa: “*Boia fàus, dói aqui*”.

Ela aproveitou a ocasião para convencer Mario a ir ao médico.

Não foi fácil, mas Pavès assim o fez, provavelmente incentivado pela perspectiva de obter o reconhecimento de mais outros pontos na classificação para sua asbestose. Como era regra, as patologias respiratórias não causavam grande apreensão em Casale, muita gente estava familiarizada com os nomes de algumas doenças, ainda porque a própria Eternit – depois de uma dura batalha sindical – aceita-

ra submeter seus empregados a controles médicos a bordo de um furgão estacionado em frente à fábrica. Porém, quando Mario depa-rou-se com a radiografia de seu tórax, no hospital de Alessandria, o diagnóstico foi diferente: mesotelioma de pleura. Isto é, câncer. Uma maldita e inexorável forma tumoral que se abate contra a pleura, a membrana que protege os pulmões, e que depois produz metástases em outros órgãos e nos ossos.

Para Mario a notícia não o surpreendeu totalmente. Na realidade – sem nunca contá-lo em casa – já tinha ido diversas vezes ao hospital para visitar ex-colegas afetados pela maldita doença.

Mas Romana não sabia de nada. Só a partir daquele dia começou a prestar atenção aos rumores que corriam na cidade sobre o que acontecia com os que haviam trabalhado na fábrica. Foi ela mesma, contudo, a explicar que se tratava de um tumor inoperável e incurável. Em suma, uma condenação à morte.

A VIA CRUCIS

A vida da família Pavesi mudou bruscamente. Teve início uma longa e dolorosa temporada feita de vaivéns aos hospitais de Alessandria, Vercelli, Casale, sempre com um fardo de documentação clínica e radiografias que aumentava semana após semana.

Mario estava evidentemente assustado, mas talvez até com esperança de sair-se bem mais uma vez. Afinal de contas, conseguira salvar-se durante a guerra, na Grécia e na Albânia e também naquele sórdido campo de prisioneiros na Iugoslávia. Por que não deveria ter a esperança de sair desta agora? Talvez, quem sabe, uma cirurgia conseguiria arrancar aquela porcaria de seus pulmões.

Com este espírito submetia-se aos ciclos de quimioterapia. A filha Maria Rosa acompanhava cada passo da terapia nos pormenores. Ela se informava meticulosamente junto ao médico, assumindo em certos momentos uma distância que parecia de um profissional. Fora ela a dirigir o carro no dia da primeira internação no “Borsalino”, o antigo hospital de Alessandria, cujo telhado era de cimento-amianto e cujos pisos eram varridos jogando-se serragem. Quando foi acomodado no enorme quarto de nove leitos, Mario logo reconheceu um ex-colega da Eternit. Ele também estava ali pelo mesmo motivo: mesotelioma da pleura. Estava pior do que ele e isto pouco o consolava. Aliás, era a confirmação do que ele temia.

A cada ciclo de quimioterapia ficava internado por oito dias, para depois passar bem por um mês. Porém, os períodos no hospital lhe custavam muito sofrimento, sobretudo moral. Ver gente morrendo, receber notícias de outros que não tinham aguentado era, toda vez, um golpe muito duro.

Mas em casa procurava sempre evitar o assunto. Apenas uma vez, quando a esposa o surpreendeu a olhar-se atentamente no espelho, perguntou: “Mudei?”. Era a primeira vez que diante de Romana admitia implicitamente estar doente. A mulher, obviamente, intuía a cada instante o sofrimento físico e mais ainda o que se passava no interior e que devastava o seu *Pavèis*, mas sabia também que não lhe era absolutamente permitido falar abertamente sobre este assunto. A ponto de que, depois de tantos anos, ela ainda lembrar a grande encenação daquele período com uma mistura de dor e de extraordinária ironia: “Quem sabe quantas vezes ele deve ter pensado que eu era completamente imbecil de não perceber sua condição, quando via que ele estava mal, mas fingia que nada estava acontecendo”. De fato, mais de uma vez Maria Rosa sugeriu a ela usar óculos escuros para evitar que Mario percebesse que ela havia chorado. Mas entre eles as coisas sempre foram assim: entendiam-se sem se falar. Um sabia tudo sobre o outro, uma simbiose silenciosa.

O teatro familiar continuou sem exceções, mesmo quando a *via crucis* dos hospitais se sucedia cada vez mais frequentemente. Romana estava à beira de um colapso quando o olhar de um médico no hospital de Vercelli a fez compreender, sem sombra de dúvida, que não havia nada a fazer para mudar aquela condenação à morte. Mas o choque foi vencido pela prioridade silenciosamente imposta pelo marido, que consciente da situação chegou a ponto de dizer, uma vez em casa: “Da próxima vez você não vem comigo ao hospital”. O Urso estava mal, estava piorando cada vez mais, mas não se dava por vencido. *Boia fàus*.

O momento do desenlace, infelizmente, estava chegando. De crise em crise, a extraordinária fortaleza de Mario teve de se render à doença que estrangulava seus pulmões, dentro dos quais ia se acumulando líquido, que causava dores permanentes. Os últimos 45 dias de vida foram um calvário incessante, com Romana do lado, dia e noite, no hospital. Maria Rosa também quis acompanhar cada detalhe da evolução da doença do pai, ainda que fosse evidente o choque para ela. Um dia, voltando para casa, confessou à mãe: “Mudei de

idéia, não quero outros filhos, porque não tem sentido pôr no mundo uma pessoa, fazê-la viver para depois deixar que receba uma condenação à morte tão atroz”. Seu monólogo não deixou espaço para réplicas. Idêntica ao pai.

Ottavio também, mesmo morando em Turim, acompanhava todas as etapas da doença do pai. Toda vez que era preciso, pegava seu carro e corria para juntar-se à família, estando sempre presente, mas sempre com discrição, em perfeito “estilo Pavesi”. Gostava muito de seu pai, admirava sua compaixão, sobretudo no terrível episódio da guerra e da prisão, e lhe era agradecido por ter trabalhando duro, permitindo-lhe estudar. Por isto não aguentava a injustiça de vê-lo sofrer tanto assim.

A agonia do Pavèis tornava-se cada vez mais dura. Romana se desesperava, sentindo-se impotente durante as noites de vigília ao lado marido, vendo-o contorcer-se pela tosse que lhe estremecia o peito negando-lhe até o repouso do sono. “Será possível que não se possa fazer nada mesmo?” perguntava-se exausta.

A última noite foi terrível: ainda que abarrotado de morfina, Mario estava agitado. Arrancava o oxigênio para depois voltar a pedi-lo de novo, porque não conseguia respirar sem. Parecia mesmo em luta contra fantasmas assustadores, bem visíveis a ele, mas cuja presença era afinal das contas percebida por todos, naquele esqualido quarto de hospital. Os nervos da mulher cederam definitivamente quando uma enfermeira – sempre irrepreensível e generosa – deixou escapar um comentário que, para ela, soou insuportável: “Mas como pode este homem resistir ainda?”. Soou como uma ofensa: “Como se atreve a falar isto?”. Isto foi a válvula de escape por onde descarregou toda a raiva e o desespero que há meses a consumiam como se fossem outro tipo de câncer. Porém, em seguida, compreendeu que aquela mulher estava dizendo que o fim chegara, embora ela não quisesse ainda aceitá-lo, pois nunca estaria pronta para o veredicto final.

Mas talvez até Mario, ali na sua cama, aparentemente inconsciente de tudo ao seu redor, tivesse entendido que seu sofrimento estava chegando ao fim. Aquela manhã fez um gesto que Romana nunca mais esqueceria. Para fazer um eletrocardiograma os enfermeiros viraram a cama e a mulher, para não atrapalhar, pôs-se atrás do encosto. Ele não podia vê-la, mas sabia que ela estava ali. Então esticou o braço para trás, estendendo sua mão pálida para Romana, que a apertou longamente. Foi sua despedida. Logo depois entrou

em coma para nunca mais voltar. Morreu às oito da noite de 15 de maio de 1983. Tinha 61 anos.

Na homilia, o padre de Ronzone, do bairro industrial popular de Casale, lembrou o Mario que todos haviam conhecido: “Um homem generoso, altruísta até a inconsciência”. É assim que Romana também nunca parou de lembrar do marido, sua referência, sua segurança inabalável, o homem que amava e admirava sem reserva.

A MALDIÇÃO

Para despedir-se pela última vez de Mario Pavesi, além dos familiares, estiveram os amigos do bocha, ex-colegas da Eternit, vizinhos e alguns cidadãos que leram o obituário pendurado nas vitrinas ao longo das ruas, como se usa ainda nas pequenas cidades. Não foi um funeral especial.

Afinal de contas a morte dele era uma como tantas. Isso porque a gente morre, mesmo de doenças bastardas, mas tudo cabe na lógica que desde sempre regula a vida neste bizarro planeta. A quem poderia importar – além do círculo de parentes e amigos – o trágico fim do Pavèis e o sofrimento insuportável de Romana Blasotti? Todos têm seus mortos para chorar, para lembrar ou para esquecer. A vida continua. Também em Casale Monferrato.

A viúva de Mario permitiu-se, finalmente, chorar as lágrimas que reprimira longamente, lutando contra a natureza humana, e sentiu o golpe daqueles meses de tensão a ponto de precisar da ajuda de antidepressivos. Mas nunca deixou de sentir viva, até porque perto dela estavam dois filhos, um neto que ela adorava, suas irmãs e todo o vasto círculo do clã familiar que, como ela, ainda falava com o sotaque do Nordeste, e seus novos amigos de Casale também.

O que Romana não poderia imaginar era o destino que aquela palavra, “amianto”, e aquela marca, “Eternit”, guardavam para ela.

Na cidade circulavam vozes sobre a hipótese de que a poeira, que milhares de operários respiravam há décadas dentro da fábrica, fosse de alguma forma venenosa. Nos departamentos da Eternit, alguns sindicalistas da CGIL – em particular um certo Bruno Pesce e outro, Nicola Pondrano – haviam iniciado suas isoladas e quase quixotescas batalhas para pedir garantias, controles médicos, proteção e, sobretudo, a reconversão da produção utilizando fibras alternativas ao amianto. Em suma, um alarme começava a soar, mas ainda não

havia consciência difusa da terrível ameaça que soprava sob a forma de uma intocável nuvem branca. Romana Blasotti não suspeitava que ela e sua família estivessem próximas a se tornarem símbolos de uma tragédia coletiva.

O segundo golpe chegou seis anos após a morte de Mario. Desta vez, a vítima foi a irmã de Romana. Chamava-se Libera, a terceira das cinco filhas de Ottavio Blasotti, o ex-operário da Saloni, que emigrara para a região do Monferrato. Ela também vivia em Casale, pouco distante do estabelecimento Eternit. Marido e filho trabalhavam numa fábrica de tubos que também utilizava o amianto.

Em um dia de 1989, ela também sentiu o primeiro e inesperado sintoma: uma dor na parte baixa das costas. Submeteu-se aos exames radiológicos, convencida de que teriam revelado algum problema ginecológico. Mas o médico que examinou a radiografia, ainda que tutebeante ao proferir o brutal diagnóstico, não teve dúvidas: mesotelioma de pleura. Libera quis imediatamente conhecer todos os detalhes da doença e das terapias, manifestando uma “coragem de leoa”, conforme as lembranças da irmã Romana. Justamente ela, que em família sempre fora invejada por sua inata capacidade de conseguir sempre o melhor para ela em todas as situações: o melhor lugar para sentar-se à mesa, o pedaço mais saboroso, a cama mais confortável, os melhores prêmios na tómbola¹¹. Porém, já durante a doença de Mario, demonstrou ser uma mulher capaz de encarar as adversidades: foi ela a pessoa mais próxima à Romana naqueles meses difíceis.

Agora aquele mesmo doloroso percurso feito de hospitais, quimioterapia, oxigênio e esperanças elevadas ao céu a envolvia diretamente. Perdera quase imediatamente seus cabelos, mas não perdeu a animação: não abriu mão da sua habitual vida vivaz repleta de tantas saídas noturnas e apelava para uma boa dose de ironia, em contraponto com que questionava o rigor dos médicos. Muito cedo ela também entrou implacavelmente no túnel final. À noite, um telefonema informou Romana de que a irmã, internada no hospital de Alessandria, queria vê-la com urgência. Quando a viu, Libera sorriu aliviada, mas disse de modo incisivo: “Quero morrer na minha casa”.

¹¹ (N.T.R.) – Espécie de loto, muito comum nas quermesses ou em reuniões sociais com fins beneficentes em que é preciso completar um cartão ou uma linha, cujos números sorteados são “cantados” em sequência.

Assim, marido e irmã revezaram-se para assisti-la injetando doses crescentes de morfina para aliviar a dor provocada por aquele câncer que, com força cada vez maior, estrangulava o seu peito. Depois de uma noite particularmente difícil disse com um fio de voz: “Amanhã, nesta mesma hora, não estarei mais aqui”. Deixou instruções sobre o vestido que queria usar para o enterro e se deixou levar pelas últimas horas de sua vida. Ao amanhecer do dia seguinte, Romana, que estava cochilando, acordou sobressaltada. Verificou imediatamente a respiração da irmã, que já era quase imperceptível. “Giuseppe... Libera está indo embora”, fora tudo que conseguiu dizer àquele marido ainda incrédulo, desesperado, que havia vivido por ela. Quinze minutos depois, Libera Blasotti expirou. Ela tinha 59 anos.

Romana tinha acabado de viver um segundo drama, outro ente querido evaporara entre os seus braços, pela mesma maldita doença. Foi neste período que ela decidiu dirigir-se a uma assistente social da Câmara do Trabalho de Casale Monferrato. Foi ali que descobriu que, na realidade, já se sabia muito sobre todos aqueles tumores que matavam a gente da região. Em 1988 conheceu Bruno Pesce, secretário da CGIL de Casale desde 1979, e Nicola Ponderano, o operário da Eternit que substituiu Mario como delegado sindical no conselho de fábrica e que, por ironia do destino, fazia aniversário no mesmo dia. Ficou sabendo que há dez anos os dois estavam procurando recompor o mosaico de mortes provocadas – eles tinham certeza – pelo pó de amianto. Os sindicalistas escutaram, fizeram perguntas e contaram a ela o que sabiam e o que estavam fazendo. Fizeram uma proposta: “Vamos criar uma Associação de Familiares das Vítimas. A senhora quer ser a presidente?” Ela caiu de quatro: imaginem só, uma empregada doméstica, que chegou da fronteira italiana, com uma responsabilidade tão delicada. Resistiu um pouco, mas a insistência de Ponderano, eloqüente e acostumado a contradições bem mais rudes na fábrica, a convenceu a colocar-se à sua disposição.

As primeiras assembléias convocadas pela recém-nascida associação da cidade foram difíceis. Apesar das primeiras iniciativas judiciais já terem sido tomadas, ainda havia gente cética diante do cenário retratado pelos dois sindicalistas falando de amianto e tumores. Até pouco tempo antes, todos estavam acostumados a pensar que aquela fábrica era a vida para tantas famílias. Agora o que estes dois

“*rompipalle*”¹² queriam demonstrar? Que se as pessoas morriam de câncer a culpa era da Eternit?

Infelizmente ainda muitos funerais seriam celebrados antes da cidade tomar consciência das dimensões da desventura que se espalhava junto com aquela sutil nuvem de poeira branca. E quem pagou o preço foi mais uma vez a senhora Romana Blasotti: para ela o rastro de lutos ainda não tinha acabado. A trégua concedida pela fibra assassina à família durou 13 anos. No entanto, a epidemia de mortes colhia outras vítimas em Casale e em Cavagnolo, na província de Turim, onde estava instalada outra fábrica da Eternit. E, ainda que de maneira esporádica, jornais e televisões também começavam a falar sobre a inquietante história dos tumores na região do Monferrato.

Romana Blasotti tornou-se bastante conhecida na cidade como presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Amianto. Aquela tragédia trouxe uma senhora dona de casa – que pela idade tinha o direito de dedicar-se a si mesma – para o desempenho de um papel quase político.

No começo de 2003, as motivações para a atividade contra os “senhores” do amianto ganharam dramaticamente força. Primeiro, em consequência de uma notícia que chegava de longe, de sua terra natal: a prima Anna, a quem era muito ligada desde os tempos da infância, adoeceu de mesotelioma de pleura. Da mesma forma que Mario, da mesma forma que Libera.

Mas Anna não morava em Casale; portanto, não havia aparentemente ligação entre este tumor e o dos outros familiares afetados pela maldição da Eternit. Entretanto, para a prima, que ficara na terra de origem, a fábrica de amianto era, mais uma vez, a marca da tragédia. Anna vivera nas imediações da Salonit, o estabelecimento da Eternit em Gorizia, onde o pai de Romana e tantos outros parentes trabalharam. Pois de onde se soltaria, se não daí, a poeira que lhe trouxe a deterioração dos pulmões?

Romana acompanhou como pôde, de longe, a lenta agonia da prima; agonia que já conhecia bem. Soube que aquela pobre mulher, antes de morrer, nem sequer conseguia indicar qual parte do corpo doía mais. No mesmo ano, a crescente ansiedade de “rebelião” que tinha Romana - sua raiva, dor e indignação - sofreram mais um dra-

¹² (N.T.R.) – Xingamento que significa “pé no saco” ou simplesmente chato.

mático impulso. Mais um doente de mesotelioma da pleura em família: seu sobrinho Giorgio, o filho de Libera.

Ela o vira nascer de fato, pois ajudou no parto. Acompanhou o crescimento, o viu tornar-se homem, operário numa fábrica de borrachas, onde se trabalhava com o amianto. Mas não ficou por muito tempo, pois rapidamente conseguiu abrir uma loja.

A doença começou aos poucos, como com todos os outros, permitindo-lhe no início a ilusão de uma vida aparentemente normal. Depois, sem aviso prévio, sugando-o no turbilhão das dores e das terapias mais agressivas, da esperança cada vez mais débil e do medo da morte cada vez mais palpável.

Romana andava naquela casa já mutilada pelo luto, para ajudar como podia, desde as injeções até o preparo da comida, da lavagem de roupa ao apoio moral ao sobrinho e ao cunhado. E, ao mesmo tempo, continuava participando das assembléias, cada vez mais concorridas, da Associação das Vítimas do Amianto, irritando-se com o ceticismo de seus próprios familiares. “Não adianta nada” dizia o cunhado. Mas ela respondia secamente: “Claro que se ninguém se mexer nada acontecerá, nada mesmo”. E pensava naquela maldita poeira escondida em qualquer lugar em volta dela, que em dezembro daquele ano lhe levou embora o sobrinho.

Naqueles momentos de renovada dor, lembrou transtornada de uma tarde, há muitos anos, quando ela e Mario levaram a pequena Maria Rosa para passear nos arredores do estabelecimento da Eternit. No local, redemoinhos de um pozinho, tão familiar na época – e hoje tão assustador – soltavam-se dos montes de materiais descartados. Era até bonito de se ver, leve como talco, sutil como a areia de certas praias tropicais.

Romana pensou que todos eles ficaram expostos ao amianto, que a matança poderia continuar. Mesmo endurecida e certa de estar preparada para o pior, não poderia estar pronta para o quinto golpe, o mais dolorido.

A REBELIÃO

A pancada no estômago chegara num fim de tarde, três meses após a morte do sobrinho. Foi a própria Maria Rosa a dar a notícia. Apresentou-se em casa junto com o filho Michele e o irmão Ottavio, que se materializava sempre que necessário. Ao ver aparecer na

cozinha, inesperados, os três familiares mais próximos, o susto de Romana transformou-se em perturbação. Mas não conseguia imaginar o que iria saber daí a pouco. “Sente-se vovó – foram as palavras de Michele – temos de lhe dizer uma coisa”. Como um autômato, Romana obedeceu, permanecendo em silêncio. Em seguida falou a filha, olhando-a fixamente nos olhos com um sorriso forçado nos lábios: “Mãe, tenho o mesotelioma”, lhe disse sem buscar uma forma mais suave de lhe dar a notícia. Ela, a mulher que já havia enterrado quatro entes queridos por causa daquela doença, ficara aparentemente impassível, como se tivessem dito uma banalidade qualquer. “Puxa, vamos de vento em popa”, foi tudo o que conseguiu dizer. Depois, a própria Maria Rosa tentou superar a aflição que a sufocava, ostentando otimismo: “Iremos para a América, lá talvez me operem, mamãe, vai ver, vamos sair desta”. Os dois homens, Ottavio e Michele, também procuravam dissimular a violência da notícia, pois temiam que desta vez Romana, com seus 65 anos, não agüentaria o golpe. Contudo, ela ficou quase que impassível durante toda aquela absurda reunião de família.

Somente quando o filho e o neto se encaminharam para a porta, então, ela se abandonou num abraço intenso e interminável com Maria Rosa: “Fica tranquila que não vou deixar você”, sussurrou-lhe tocando com a mão nas costas dela. Depois a porta se fechou e ficou sozinha. Não chorou, mas perguntou a si mesma: “E agora, o que vamos fazer?”. Preparou-se mentalmente para enfrentar mais um calvário. Esta vez o de sua filha. Maria Rosa era uma mulher de caráter forte, personalidade resolvida e nada maleável. Ela também fora forjada no estilo dos Pavesi. Diante da lenta agonia do pai jurara que, se porventura tivesse a mesma sorte, jamais se curaria, jamais perderia tempo em torturas físicas e psicológicas ou em esperanças vãs.

Mas agora que o mesmo destino voltava à família Pavesi, parecia ter mudado de idéia: queria combater, resistir à doença, e até engajar-se na batalha por justiça protagonizada pela mãe e pelas outras vítimas do amianto junto com os corajosos sindicalistas. Nunca Maria Rosa perguntara à mãe sobre aquelas reuniões, cada vez mais frequentes, às quais Romana participava com o pomposo e nunca buscado papel de “presidente”. Para ela “tumor”, “amianto” e “Eternit”, pareciam não existir. Imaginem então a surpresa da mãe quando lhe foi entregue uma carta registrada endereçada à Associação dos Familiares das Vítimas do Amianto, com o pedido explícito de lê-la pu-

blicamente durante uma assembléia. Escreveu-a toda de uma vez, sem perder muito tempo em ponderar as palavras. Aqui está:

“Pensei que minha família já tivesse acertado sua dívida com o mesotelioma. Meu pai morreu em 1983, mais tarde foi a vez de uma querida tia materna e, em dezembro de 2003, do meu primo de 50 anos, filho desta tia. Não bastava ainda.

No dia 1 de março passado resolvi dar-me de presente um dia de pura diversão esquiando, maravilhosa paisagem, ótimas pistas... e um banal tombo. Durante seis dias tive uma forte dor intercostal. Assim, no sábado à tarde, fui ao pronto socorro para uma consulta. Algo habitual, radiografia de rotina. Alguns amigos estavam trabalhando na radiologia e assim dei uma olhada quando esta ficou na contraluz. O pulmão esquerdo completamente branco era evidente até para uma leiga como eu... Ironia, nem onde doía.

Resumindo, em poucos dias estava sentada na frente de um médico que lia para mim o exame histológico: “mesotelioma maligno do tipo epitelial”. Fiquei gelada, sempre participei e sempre quis saber de tudo. A dor lancinante do meu filho, provocada pelo desespero, foi mais forte do que a minha própria dor. A lembrança sempre viva do terrível sofrimento do meu pai sempre me fez dizer que NUNCA me curaria.

Porém, mudei de idéia, quero fazer tudo que seja possível, para Michele, para mim, para quem for tão desafortunada como eu sou.

Não, não tenho vergonha em dizê-lo a todos: estou INDIGNADA.

Quem sabe não consiga ganhar.

*Maria Rosa Pavesi
Nascida em Casale
Em 1954.”*

Uma carta simples. Mas muito importante nesta história. Porque desde aquele dia algo mudou em Casale Monferrato.

As palavras de Maria Rosa foram fagulhas, o detonador de uma rebelião até então sufocada dentro das casas marcadas pelos lutos, mas que agora parecia madura, como um rio pronto a ser canalizado no leito traçado com inabalável paciência pelos sindicalistas que abriram a frente. A indignação gritada com letras maiúsculas por Maria Rosa Pavesi, sua reivindicação orgulhosa de ser parte daquela cidade, daquela comunidade, sua raiva composta, a dor desmesurada, tocaram a corda sensível de tanta gente que havia sempre ficado calada, talvez por implícita resignação.

De resto, mesmo antes de começar, aquela assembléia de 2003 parecia diferente das outras. A notícia de que a doença havia afetado também a filha do Mario Pavesi suscitara angústia imediata. O pensamento ia para a mãe, todos estavam convencidos de que, naquele dia, Romana, a presidente, não participaria do encontro. Mas ela chegou pontualmente e logo depois da introdução de Bruno Pesce pediu para falar. Ela leu a carta numa atmosfera de comoção intensa. No salão Tartara, lotado como nunca antes, apareceram muitos olhos lacrimejando. E as lágrimas escaparam também dos que compunham a mesa da presidência, inclusive os advogados.

Já o câncer continuava seu odioso trabalho, tomando os pulmões de Maria Rosa o ponto de desafiar a tenacidade ilimitada da mulher. Sabia ter pouca vida pela frente, mas esperava estar enganada. Um dia, sem preâmbulos, perguntou: “Mãe, o que a senhora pensa? Quanto acredita que posso resistir?”. Romana Blasotti sentiu-se desabar, estava perdida.

Acostumada com a áspera franqueza de seus entes queridos, para ela mentir era um delito, uma covardia, uma traição. Mas em um instante resolveu perpetrar o que, para a lei da família, era um crime: “No mínimo três anos” respondeu, dissimulando o constrangimento. E constatou, provando uma dor até mais intensa, que a filha quis acreditar naquela mentira. Mas esta mulher forte ainda queria ter esperança, apesar do horror provocado por uma doença já tão familiar, e contra a qual queria ainda combater. Buscava afastar obstinadamente todas as pessoas que procuravam solidarizar-se com ela. Com o caráter áspero, igual o do pai Mario, resistiu até o último dia.

Para ela também teve início o ciclo infernal, feito de deslocamentos de carro pelos hospitais de todo o Norte da Itália, por ciclos de quimioterapia que lhe eram apresentados como “novos”, deixando pelo menos um vislumbre de esperança. E ela, Maria Rosa, sempre na marcação estreita junto aos médicos para saber deles até a última gota da feroz verdade. Seu único consolo era ter conservado quase integralmente seus lindos cabelos loiros, que eram seu orgulho. Assim como suas belas pernas, desespero dos pais quando ela, jovem, saía usando saias tão curtas de fazer perder a cabeça. Mas o quadro geral de suas funções vitais piorava inexoravelmente: tinha enormes problemas de coagulação de sangue e seus pulmões afogavam-se nos líquidos produzidos em excesso. Seus dias passavam entre um número exorbitante de injeções, às vezes com

brevíssimos intervalos entre uma e outra. A mãe perguntava se injetar tantos fármacos no corpo não prejudicaria. Mas depois, num momento de brutal lucidez, respondeu a si mesma que não, infelizmente, nada poderia machucar mais sua filha do que aquilo que já a estava matando sob seus olhos. Um dia, ao ver Maria Rosa particularmente desanimada, tentou encorajá-la um pouco: “Vamos, vamos, ânimo, força” arriscou-se a dizer. Mas a resposta que recebeu foi colérica: “queria ver você no meu lugar”. Mais uma bordoadada que lhe destroçou o coração.

Com o avanço do verão tornava-se mais forte a sensação de que o fim estava próximo. As injeções aumentavam e agora Maria Rosa precisava de assistência até para conseguir dormir um pouco. As crises e as dores paralisavam-na na cama, mas ela recusava, até quando foi possível, a atenção desesperadora da mãe. Esta, por sua vez, resistia aos momentos de fraqueza. Nunca, nem uma só vez, capitulou ao pranto em presença da filha. Porém, tentava sempre estar próxima dela, mesmo de noite, quando se certificava de que a respiração dela estava regular. Até o dia 25 de agosto de 2003, em que teve de ler naqueles dois olhos grandes - para ela belíssimos e inesquecíveis - que Maria Rosa estava mesmo se exaurindo. Estava com muito sono após uma noite difícil e continuava dormindo quando já entardecia. Romana sugeriu-lhe comer algo: “Maria Rosa, tem frango, como você gosta, vai comer?”. “Sim mamãe”. Mas enquanto a ajudava a levantar-se, Romana percebeu um movimento antinatural nos olhos da filha, parecia realmente diferente. Dirigia-se à mãe com grande carinho. “Durante todos aqueles meses nunca tive a sensação de que a minha presença a fizesse feliz como aconteceu naquela manhã – lembra Romana – e não gostei nada daquela mudança”.

Avisou ao médico; chegou a enfermeira que assistia à Maria Rosa em casa e logo depois ligou para o neto: “É melhor que você venha ver a mamãe” disse controlando sua voz para que produzisse o som mais natural possível. Michele chegou poucos minutos depois junto com o pai Franco e com o onipresente tio Ottavio.

Maria Rosa esforçou-se obstinadamente para levantar-se da cama, o suficiente para conseguir abraçar aquele moleque sardento, seu filho. Foi um abraço fortíssimo.

Depois caiu num sono sofredor. Todos ficaram perto dela até o seu último suspiro.

A RAIVA E A DOR

A notícia da morte de Maria Rosa Pavesi, a filha de Romana Blasotti Pavesi, suscitou forte emoção em Casale. E raiva. Muitos na cidade ficaram chocados com a tragédia daquela família. Em parte porque Romana já tinha se tornado uma personagem; em parte, porque muitos já viveram ou viviam ainda a angústia de ter um doente de mesotelioma de pleura em casa. “Porque eu não sou a única que perdeu tantos entes queridos – repete sempre ela. Infelizmente são muitas as famílias devastadas como a minha e que agora clamam por justiça”.

As manifestações de afeto e de condolência foram intermináveis. Ela, agora esgotada e seca pela dor, não chorou muito. E ainda, anos depois se sente quase que culpada ao contá-lo. Mas o único pensamento que realmente a animava era o de exigir justiça pela matança de seus entes amados e pelas mortes que mutilaram muitas outras famílias na cidade. Mas justiça para quê? Para a trágica fatalidade que conduziu tantas pessoas a morrer da mesma doença no raio de poucos quilômetros? Pois agora em Casale todas as pessoas que não queriam mais fingir ignorar, sabiam o que estava atrás da anômala estatística do mesotelioma de pleura na região do Monferrato. Um nome que ressoava quase como uma maldição: Eternit. Um após outro, os depoimentos recolhidos pelos dois sindicalistas teimosos trouxeram à tona a realidade daquele inferno. E a senhora Romana também tinha reconstruído tudo aquilo que, durante quase um século, acontecera dentro da fábrica maldita. Coisas que ela nunca soube antes, porque Mario escondera-lhe rigorosamente. Por amor.

2. A FÁBRICA

“O que você veio fazer aqui dentro? Você também veio morrer? Na sua idade?”. Mesmo que se esforçasse para ter um tom de voz afável, não foram cordiais as boas vindas que o velho operário grunhiu na cara do jovem recém-chegado. “Pondrano Nicola”, foi assim que o garotão de Vercelli se apresentou, com o olhar vivaz. “Marengo”, respondeu secamente o ancião que o acolheu examinando-o perplexo, de cima abaixo. O rapaz não poderia entender naquele momento o significado verdadeiro daquelas ásperas palavras. Estava ocupado em olhar tudo que estava em volta. O galpão onde ficava o setor da “molassa” tinha um ar espectral, sombrio, escuro, cheio de matéria-prima acumulada. E lá estava sentado o velho Marengo, sobre um monte de sacos de amianto, comendo com ostentação seu sanduíche. Pondrano ficou impressionado ainda que, para ele, aquele tinha de ser um belo dia.

Era o dia 11 de novembro de 1974 e ele havia conseguido um bom emprego. Uma contratação pela Eternit era desde sempre considerada uma sorte naqueles arredores. Por isto ele aceitou de bom grado mudar-se de Vercelli a 25 quilômetros da cidade e próximo aos arrozais, para Casale onde enfrentaria uma vida ritmada por três turnos, madrugadas e amanheceres incluídos. Trabalhava-se das quatro da manhã até ao meio-dia, de meio-dia até às oito da noite e

das oito até às quatro da madrugada. Horários que poderiam parecer absurdos para outros lugares não eram para Casale, onde pelo menos uns 60% da população provinham do campo e, graças àquele sistema de turnos, encontravam ainda tempo para cuidar de suas próprias roças. Porém, entrar na fábrica significava ter um salário garantido. Nada de morrer: sempre falaram para ele que aquela fábrica era um seguro de vida, a garantia de poder um dia gozar de uma boa aposentadoria e, talvez, até de comprar, juntando dinheiro aos poucos, uma casa toda dele.

“Quando em 1955 comecei a trabalhar, escolhi como médico o doutor Sampietro, que atendia em seu consultório pouco distante do estabelecimento da Eternit”, lembra Anna Maria Giovanola, empregada na fábrica de cimento-amianto até o dia em que fechou os portões, em 1986. “Quando disse que tinha conseguido emprego na Eternit, ele me respondeu que para um operário isto era o equivalente a uma vaga no banco para um funcionário. Um emprego fixo, onde ganhar um bom dinheiro. Mais tarde, ele também morreu por causa do mesotelioma”. Em suma, antes de conhecer a periculosidade do amianto, para tantas famílias a fábrica da Eternit na Rua Oggero significou isto, pois desde que fora implantada justamente ali, em Casale Monferrato, mudou os destinos de gerações inteiras de ex-agricultores.

ONDE HAVIA TRUFAS ¹³

A empresa foi instalada em 1906 e começou a produção 12 meses depois. Eram os primeiros anos do século, quando uma fábrica significava “progresso”. A Schweizerische Eternitwerke AG era uma sociedade jovem, forte, em rápido desenvolvimento. Fora fundada em 1903 por um empresário suíço, de nome Alois Steinmann. Ele quis transformar em produção industrial a patente do austríaco Ludwig

¹³ Cogumelo subterrâneo, com sabor e aroma agradáveis, sendo consumido pelo homem há mais de três mil anos. É uma iguaria muito apreciada, rara e de custo elevado. A colheita é feita por porcos ou cães adestrados. Ela nasce sob a terra, a uma profundidade de 20 a 40 centímetros, próximo à raiz de carvalhos e castanheiras. As túberas ou trufas são silvestres e até hoje não se descobriu uma forma de cultivá-las. Só são encontradas na Europa e as brancas, as mais raras e apreciadas, chegam a custar 6 mil dólares o quilo e são as existentes na província de Turim (no Brasil seria estado), onde fica Casale Monferrato.

Hatschek, criador em 1901 de uma nova fórmula de cimento-amianto batizada com o nome de Eternit, inspirada pelo vocábulo latim *aeternitas*. O material era feito com uma mistura de pequena porcentagem de amianto com pasta de água e cimento. Era considerado resistente a tudo, indestrutível. Em resumo, eterno.

Amianto ou asbesto é um termo derivado do grego. Significa imaculado, incorruptível, perpétuo, inextinguível. Este nome inclui inúmeros silicatos hidratados, de diversas composições químicas, de estrutura microcristalina e de aparência fibrosa. Os mais comuns são a valiosa crocidolita, conhecida como “amianto azul”, e a crisotila ou serpentina, o “amianto branco”, abundante na mina piemontesa de Balangero. São minerais naturais que se decompõem em fibras muito finas, porém densas, altamente resistentes do ponto de vista mecânico e, ao mesmo tempo, flexíveis. Além disto, têm uma surpreendente resistência térmica, suportando temperaturas de até 500 graus. Quando o amianto é misturado com outras substâncias, é capaz de aguentar temperaturas até maiores. Resiste também à ação de agentes químicos e biológicos, à abrasão e ao desgaste. Enfim, uma bênção para a indústria, com possibilidade de aplicações enormes: tubos, placas e folhas em cimento-amianto, ladrilhos para pisos, embreagem, freios e diversos produtos de fricção, juntas de vedação, filtros para bebidas, roupas, mantas, luvas anti-incêndio, painéis e isolamentos térmicos e anti-ruído, tintas, revestimentos, estuques, telhados, floreiras, alguns tipos de móveis e muito mais.

O versátil mineral era usado desde tempos remotos: persas e romanos usavam-no para envolver os cadáveres a serem cremados. Desta forma eram obtidas cinzas mais claras, consideradas mais puras. Plínio “o Velho” fala disto em sua obra *Naturalis Historia* (História Natural). Mais tarde, tanto os vikings quanto os habitantes do Império do Catai, usaram-no bastante, segundo conta Marco Polo em “*O Milhão*”. De acordo com uma antiga crença, o amianto era a “lã da salamandra”, o pequeno anfíbio considerado (erroneamente) capaz de desafiar o fogo sem se queimar. Havia algo de mágico na fibra, conhecida desde a antiguidade e transformada em aplicações industriais.

No início de 1900, Steinmann intuiu que a aplicação do material poderia acompanhar o vigoroso desenvolvimento do novo século, gerando ótimos lucros para quem o comercializasse. Ou seja, a sua Eternit, fábrica que montou em Niederurnen, no cantão suíço de Glaris,

a cerca de 60 quilômetros ao sul de Zurique. Em cerca de dois anos o sucesso da empreitada se tornou evidente, a ponto de tornar possível a instalação de duas novas linhas de produção. Elas renderam uma gama cada vez mais ampla de objetos destinados aos mercados do mundo inteiro. Até o Rei do Sião, a atual Tailândia, encomendou as telhas Eternit. Enfim, o amianto foi um sucesso extraordinário e a Eternit continuou crescendo, fazendo negócios. Para responder à demanda incessante por novos produtos, foram abertas novas fábricas distantes do cantão de Glaris. A instalação em Casale foi resultado desse processo de expansão. Lá era a terra de camponeses, de trufas, vinhedos de Barbera, Freisa e Grignolino, dos “Krumiri Rossi”¹⁴ que a tornava conhecida bem além da fronteira do Monferrato. O estabelecimento ocupava uma área de 94 mil metros quadrados. Pertencia inicialmente a uma sociedade de Gênova, a Eternit “Pietra Artificiale Società Anonima”, criada pelo engenheiro Adolfo Mazza, empresário que percebeu o potencial do negócio e quis comprar dos suíços a patente para produzir na Itália, escolhendo uma área de vocação cimentícia. Uma tradição econômica de grande fôlego. Tanto que, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, Casale era chamada de “cidade branca”. Os aviões dos aliados nunca conseguiram destruir a sua grande ponte sobre o rio Pó em função da constante presença de uma nuvem de poeira muito clara que impedia de ser vista pelos bombardeiros. Para os camponeses, a nova fábrica, de dimensões nunca vistas antes na região, oferecia uma oportunidade completamente nova. Abria novos cenários, a perspectiva de um bem-estar sem precedente: um salário todo mês, que poderia talvez ser acrescido à remuneração dos outros membros da família que trabalhavam no campo. A chegada da Eternit foi um evento saudado com grande entusiasmo e desencadeou uma corrida em busca de mão-de-obra por quase 80 anos. O crescimento da sede italiana foi rapidíssimo: a partir de 1913, com as máquinas para a confecção de tubos de pressão, várias patentes foram criadas no grande estabelecimento da região do Monferrato.

No entanto, na Suíça, desde a década de 20, a poderosa família Schmidheiny adquiriu um papel de crescente importância na direção da Eternit AG. Primeiro pelo patriarca Ernst, depois, por meio do

¹⁴ (N.T.R.) – Krumiri Rossi é um tipo de biscoito considerado como a especialidade particular de Casale Monferrato onde foram inventados em 1878 pelo confeiteiro Domenico Rossi.

filho dele, Max, que entrou no conselho de administração em 1933, com apenas 24 anos. Desde então a dinastia Schmidheiny uniu seu nome ao da Eternit e à grande parte da produção de amianto no mundo. Com o tempo este sobrenome revelaria para Casale o seu legado sinistro, tornando-se sinônimo de inimigo. Em 1973, o controle das fábricas de cimento-amianto italianas também passaram da família Mazza – que desde o final da II guerra mundial a administraram junto com o belga De Cartier de Marchienne – para os Schmidheiny, que adquiriram um papel majoritário.

Na realidade, havia dois estabelecimentos na pequena cidade do Monferrato: o armazém da Piazza d'Armi e a fábrica da Rua Oggero, a que produzia artefatos em fibrocimento: chapas, fumeiros¹⁵ e as famosas telhas onduladas, utilizadas durante décadas para cobrir um número infinito de edifícios. Até 1980, durante mais de 70 anos, todos os abastecimentos de amianto *in natura* procedente das minas da África, Rússia, Canadá, Brasil, e da mina de Balangero, chegavam de trem, principalmente no porto de Gênova. Da estação eram transferidos por carros e caminhões até os setores de produção da Rua Oggero, a quatro passos do centro de Casale. Os produtos acabados percorriam o trajeto oposto, até quando o transporte rodoviário foi reduzindo a importância das ferrovias. Com isso, as estradas eram atravessadas por um vaivém permanente de caminhões cujas caçambas soltavam no ar nuvens impalpáveis daquele pó branco e leve, que logo se tornara familiar para os habitantes de Casale. Dia e noite, de oito em oito horas aproximadamente, mais uma imagem se tornou característica da cidade: uma multidão de bicicletas mondas por homens vestindo macacão azul e mulheres usando lenço na cabeça, que seguiam a soar suas campainhas. As operárias da Eternit sempre cobriam a cabeça para não ficarem com os cabelos completamente brancos.

De resto, os comboios que chegavam cheios de sacos de amianto tinham de ser descarregados manualmente, pelo trabalho braçal, para depois serem carregados em carrinhos e direcionados aos diversos setores onde eram processados. Isto era feito com os “tridentes”, isto é, com os forcados, repetindo os gestos dos pais camponeses, tratando as fibras minerais como se faz com o feno a ser embalado, como se fosse palha seca, esterco para os campos. O amianto era amontoado em grandes silos superlotados. Os operários encarregados desta ope-

¹⁵ (N.T.R.) – Cano ou duto para exaustão da fumaça em lareiras.

ração abriam uma porta da altura de um homem para extrair uma boa meada do mineral, sempre usando os forcados. A este ponto a massa fibrosa caía subitamente, com tanta força, que gerava um deslocamento do ar capaz de jogar no chão uma pessoa. A técnica era a de mexer rapidamente a primeira meada e de afastar-se rapidamente a uma distância segura. Depois, entrava-se novamente no lugar, em plena nuvem de poeira, para retornar a seu posto e reiniciar a carga que se enviava de novo ao processo de fabricação.

Havia também os que trabalhavam com pequenas máquinas para desfiar, utilizadas como cardas de lã: o papel destes trabalhadores era o de algodoar, deixar o amianto bruto mais macio para que fosse mais fácil uni-lo ao cimento enquanto processado, como se fosse uma espécie de esponja. Depois, através de ventiladores, o amianto era soprado em outro grande local dentro de tubulações. Uma vez lotado este local, os operários responsáveis entravam e, de novo, com a força braçal, utilizando os forcados, trabalhavam para colocar o amianto semiprocessado nos carrinhos. Tudo ocorria no meio de uma densa névoa de microscópicas e impalpáveis fibras deste material tão precioso, pelo qual havia demanda no mundo inteiro e que oferecia emprego a milhares de pessoas. Com o desenvolvimento da automação nos processos de tratamento do mineral amianto, sua quantidade também aumentou.

Em alguns ambientes estavam instalados filtros e aspiradores rudimentares para reduzir a concentração da poeira. Porém, estas medidas não modificaram significativamente os locais de trabalho, sempre caracterizados por nuvens densas de minúsculas fibras. Até os vinhedos ao redor apresentavam-se branqueados por causa da dispersão da poeira da Eternit no ar. Para os operários que trabalhavam em contato direto com a matéria-prima, a empresa concedia pequenos adicionais pagos no salário, que representavam um incentivo para se mergulhar todo dia, por oito horas, naquela poeira. Eram tempos em que a vida na fábrica era igual para todos, não apenas para os operários de Monferrato. Não existia ainda a cultura da saúde nos locais de trabalho, da segurança, de motivar os operários, propondo uma atividade de trabalho em ambientes mais saudáveis e acolhedores. Na fábrica da Eternit as condições não melhoraram muito, mesmo quando a indústria também se apropriou destes princípios, nem mesmo quando os próprios trabalhadores de Casale começaram a preocupar-se com o risco da poeira que respiravam e, junto

com alguns poucos corajosos representantes sindicais, avançaram em reivindicações pontuais.

A SUSPEITA

Algo de estranho acontecia com os trabalhadores da Eternit: morriam. Pois é, todos nós mais cedo ou mais tarde temos de abandonar este vale de lágrimas, este é o danado ciclo da vida e nunca ninguém teve como mudá-lo. Mas, entre os trabalhadores da multinacional suíça, algo de muito particular ocorria: quase todos sofriam de uma forma de distúrbio respiratório que lhes provocava uma tosse eterna. E um número anormal deles abotoava o paletó precocemente, sem ter tempo de aproveitar a suada aposentadoria, por causa de uma fatal doença pulmonar. Só para citar um exemplo, quase todos os que trabalharam nas máquinas de desfiar morreram ainda bastante novos. Pouquíssimos alcançaram a idade da aposentadoria. Contudo, nunca ninguém havia dito a eles que aquela atividade era perigosa... Que diabo estava acontecendo em Casale? Havia algo de errado com a fábrica, a poeira, não poderia ser apenas casualidade. Por que os operários morriam tão jovens? E por que outras pessoas, que nada tinham a ver com a fábrica, morriam por causa da mesma maldita doença que aniquilava os pulmões?

Passaram-se muitos anos antes dos operários da Eternit fazerem reivindicações explícitas. Na Itália inteira os tempos ainda não estavam maduros para as lutas dos trabalhadores. Assim, por mais de meio século, a empresa pode dispor de “recursos humanos” a seu gosto. Mas quando, finalmente, a mensagem do movimento sindical conseguiu alcançar todos os locais de trabalho da Itália, as coisas também mudaram em Casale Monferrato. Um dos primeiros a “encher o saco” dos patrões fora o próprio Mario Pavesi que, uma vez eleito para o conselho de fábrica, começou a reclamar com insistência máscaras, filtros, ventiladores e tudo que, ainda que aparentemente, pudesse proteger os operários da poeira invasiva e onipresente. Na época ninguém pensava no fato de que o amianto pudesse matar, mas já estava claro que fazia mal, isso porque a tosse seca e sem cura, causada pela asbestose, afetava a todos na fábrica. O INAIL¹⁶,

¹⁶ (N.T.R.) – Instituto Nacional de Seguros contra Acidentes de Trabalho (ver nota de rodapé nº. 7).

entre outros, reconheceu o primeiro caso de asbestose contraída por um trabalhador da Eternit em 1947. Porém, o máximo que se conseguiu foi o reconhecimento de algum grau de invalidez e somente após a doença atingir certo estágio. Para os mais sortudos (e menos “enche-saco”) tornava-se possível também a transferência para outros setores menos empoeirados. “Sabíamos que o pó fazia mal – contava Giampaolo Bernardi, operário da Eternit de 1962 até 1986, antes de falecer por causa do mesotelioma da pleura – porque havia quem apresentava pedido de transferência e era aceito. É evidente que quem trabalhava no meio de muita poeira tinha falta de ar. Mas que isto causasse a morte não, não sabíamos. Nunca ninguém falou nada para nós. Nem quando nos reuníamos com a direção da empresa nos diziam que trabalhar ali era arriscado. Pelo contrário, quando alguém se queixava porque respirava com dificuldade, diziam-lhe para fumar menos”. E nos setores onde haviam sido instalados filtros rudimentares, o risco do amianto simplesmente não era reconhecido para ninguém.

A partir da década de 50, as iniciativas sindicais centraram-se quase sempre nos temas da salubridade ambiental para os trabalhadores e trabalhadoras, ainda que isto acontecesse de forma confusa e, sobretudo, tendo como objetivo a conquista de indenizações econômicas suplementares para as funções consideradas mais perigosas. Na época em que Mario era delegado sindical, era difícil instaurar uma negociação verdadeira com a empresa. Os trabalhadores aparentavam relutância, medo de falar grosso e de se chocar contra o muro, pois todos tinham família e precisavam do salário. E os dirigentes sabiam como agir para dividi-los, por meio de um grosseiro, velho - mas eficaz - sistema de “pau e cenoura”¹⁷. Existia, por exemplo, um setor correccional, utilizado para castigar, e que foi rebatizado por todos, operários e dirigentes, de “Kremlin”¹⁸. Situado no nível do canal que ladeava o estabelecimento, alojavam as máquinas empre-

¹⁷ (N.T.R.) – Sistema de “pau e cenoura” é a aplicação prática da teoria instintiva de dor e prazer. Em inglês existe uma expressão muito conhecida que se traduz para mostrar/usar a cenoura ou o pau (*show/use the carrot or the stick*), que significa motivar pela via positiva (cenoura) ou pela negativa (pau).

¹⁸ (N.T.R.) – Sinônimo de “fortaleza” em russo. Refere-se a qualquer complexo fortificado encontrado nas cidades russas históricas. A palavra é mais frequentemente utilizada em referência ao mais conhecido deles, o Kremlin de Moscou, sede do governo da extinta União Soviética e da atual Rússia.

gadas para o acabamento dos tubos. Lá havia muitos tornos que alcançavam a altura de um homem e os tetos muito baixos. Quase todos os que trabalharam lá dentro morreram antes de completar 60 anos. Era ali mesmo no Kremlin que o departamento de Recursos Humanos despachava os ativistas sindicais e os rebeldes de todo tipo, à medida que começavam a incomodar. Sobre tudo os filiados à CGIL.

Já quem obedecia e calava a boca poderia sempre esperar um tratamento mais atencioso, um lugar mais seguro ou um cargo melhor remunerado. Aqui está o depoimento de Remo Barbano, empregado na Eternit desde 1957 até o fechamento da fábrica: “A relação com a direção era péssima; para se obter algo era preciso lutar com unhas e dentes. Um dia, quando já não aguentava mais, fui lá apresentar o pedido de demissão. No dia seguinte me transferiram para o setor dos plásticos. Desta forma, eles me demitiriam de um setor que não dava direito ao seguro reconhecido aos trabalhadores que abandonavam o emprego em função da nocividade do lugar de trabalho e do agravamento de doenças desenvolvidas no trabalho”.

A direção da poderosa empresa que usava a patente suíça não modificou sua postura, nem mesmo quando havia se tornado evidente que a névoa fibrosa era a causa de graves problemas respiratórios. Um dia, depois de uma consulta médica ter detectado a presença de pó em seus pulmões, Giampaolo Bernardi resolveu falar com o chefe de Recursos Humanos. Ocupava-se da manutenção dos filtros, trocava as telas que deveriam prender as fibras de amianto dispersas no ar, um trabalho que o obrigava a uma exposição a grandes concentrações de poeira. “Tenho 36 anos, três filhos pequenos e gostaria de vê-los crescer antes de morrer – disse ao dirigente – não estou pedindo uma transferência imediata, mas os senhores poderiam colocar um aprendiz junto comigo, para eu ensinar e ele aprender, e em seis meses ou um ano, eu sairei e ele continuará fazendo o trabalho. Ele, por sua vez, após quatro ou cinco anos, será substituído. Isso porque se morre trabalhando ali. Eu já tenho 21% de pó constatado nos pulmões, aonde vou chegar?”. A resposta que obteve foi breve e seca: “Bernardi, o senhor sabe que está livre para ir embora”. Este era o clima na Eternit. Mas este regime de caserna não impediu que o mal-estar dos operários, esmagados entre o medo de perder o emprego e o terror de perder a saúde, viesse à tona ruidosamente, ainda que de vez em quando naquele período. Em 1961, uma

imponente mobilização sindical, organizada para chamar a atenção sobre os problemas ambientais nos locais de trabalho, terminou com o bloqueio total da ponte sobre o Rio Pó, com enfrentamentos entre polícia e manifestantes, além de prisões em massa destes últimos.

Depois, tudo voltou a ser como era antes. A empresa perseverava, minimizando os riscos à saúde, chegando, inclusive, a negar a presença de poeira nos ambientes da fábrica. “Uma vez o chefe de Recursos Humanos desceu no Kremlin e disse que não havia nada de poeira lá dentro – conta Anna Maria Giovanola – lembro que usava um chapéu preto, de feltro. Um operário tirou-lhe o chapéu da cabeça e o apoiou em cima de uma máquina. Depois disse: ‘Venha buscá-lo daqui a oito ou nove dias e vamos ver se aqui não há poeira’. Nunca mais ele apareceu lá embaixo. Depois ficamos sabendo que ele também morreu de mesotelioma”.

Contudo, abrir mão daquele salário para sair à procura de outro não era tarefa tão simples assim, como lembra Ferruccio Gabba, empregado na fábrica de 1945 até 1958, “quando você tentava arrumar emprego em outra fábrica, a primeira pergunta que faziam era para saber onde você tinha trabalhado antes. E quando sabiam que você tinha trabalhado na Eternit torciam o nariz...”. Todos desconfiavam das reais condições de saúde dos operários “empoeirados”. E pensar que ele, Gabba, desejou tanto entrar naquela maldita fábrica. “Quando ainda trabalhava nas minas e passava na porta da fábrica, dizia para mim: “eles sim, são sortudos”. Depois de também eu ter sido contratado, pela primeira vez pensei que talvez tivesse sido melhor continuar trabalhando na mina, a 150 metros de profundidade...”.

O TUMOR DE CASALE

Passavam-se os anos, os operários adoeciam e, cada vez mais, os que trabalharam para a Eternit, morriam em consequência de um tipo de câncer que alguém começou a definir como “o tumor de Casale”. A esta altura estava claro, mesmo faltando uma séria investigação epidemiológica, que existia uma ligação muito clara entre o pó produzido pela fábrica e todos os casos de doenças pulmonares e as mortes. Não se passava uma semana sem que aparecesse no muro em frente à fábrica um novo manifesto comunicando a morte de um ex-operário da Eternit. Não havia como passar despercebido,

mesmo porque existia a tradição, entre os trabalhadores, de fazer uma “vaquinha” ou rateamento para pagar as flores.

Só a partir da década de 70 tornou-se claro que trabalhar lá dentro poderia custar a vida. E até diversos dirigentes, que anteriormente negavam irritados a existência de qualquernexo causal entre amianto e tumores, ficaram preocupados, sobretudo, ao constatarem que a morte não fazia distinção entre os colarinhos brancos (chefes) e os colarinhos azuis (operários). O mesotelioma levara embora um ex-diretor do estabelecimento que teve a péssima idéia de morar na fábrica e, em seguida, atingiu vários outros, entre funcionários e dirigentes da Eternit de Casale.

Portanto, quando o jovem Nicola Pondrano se tornou “porta-voz do Conselho de Fábrica”, os tempos estavam maduros para a grande tomada de consciência. Do ponto de vista da empresa, o departamento de Recursos Humanos – que geralmente jogava com os novos contratados para eliminar os “sujeitos” sindicalizados ou politizados – cometeu um erro gritante ao admitir este idealista rígido, que vestia sempre um casaco “Loden”¹⁹ verde, mesmo quando a temporada já não o requeria. Ele pertencia a um grupo de 20 eleitos destinados a serem formados para supervisores de turno. Desde pequeno Pondrano estava familiarizado com a política: sua mãe, perseguida pelos fascistas, falecera quando ele tinha apenas quatro anos, deixando-o aos cuidados de um tio que foi comandante da Resistência. Ele, ao invés de levar a criança consigo ao bar, o conduzia todo dia à Câmara do Trabalho de Vercelli. Se os selecionadores da Eternit conhecessem o currículo dele, não teriam ficado surpresos ao constatar que só dois meses após a contratação Nicola Pondrano já havia sido eleito para o Conselho de Fábrica. O início de seu mandato coincidiu com uma mudança importante na batalha sindical em matéria de saúde dos trabalhadores: da tendência à indenização pecuniária pelos riscos detectados passou-se à demanda de remoção das situações consideradas perigosas. O padre Bernardino Zanella foi um dos que marcaram esta nova fase de vitalidade sindical, antes da chegada da última onda de jovens. Ele era um padre-operário com experiência em empresas que apresentavam problemas de nocividade ambiental. Zanella impulsionou uma investigação exploratória interna sobre as condições de trabalho e sobre os ciclos produtivos da fábrica. “Antes de ir

¹⁹ (N.T.R.) – Impermeável; à prova d’ água.

embora, ele me incentivou a dar uma volta nas diversas seções para entender a situação lá dentro”. Sobre a base deste trabalho nasceu uma comissão sindical cuja tarefa era a de tratar exclusivamente das condições ambientais da fábrica e Ponderano tornou-se seu porta-voz. Havia bastante trabalho a desenvolver, pois, até aquele momento, ninguém havia enfrentado a questão de saúde na fábrica de forma sistemática. A comissão logo consolidou o hábito de impor uma reunião com os representantes da empresa, o que ocorria toda segunda-feira.

Para dar apoio externo ao novo e batalhador Conselho de Fábrica estava, desde 1979, o novo secretário da Câmara do Trabalho de Casale Monferrato: Bruno Pesce, um homem afável, de modos permanentemente gentis, mas que guardava, atrás de sua amabilidade, uma tenacidade acompanhada de uma teimosia irritante. Pesce conheceu de perto o amianto aos 14 anos, quando começou a trabalhar como “*garsuni*”, ou seja, como ajudante de oficina, numa das tantas ourivesarias de Valenza, sua cidade natal. Sua formação política (seu pai lutou no movimento de resistência contra os alemães na Iugoslávia e foi preso num campo de concentração na Alemanha) o trouxe rapidamente para o âmbito sindical. Com a mesma rapidez, em virtude de sua paciente obstinação, obteve resultados históricos para aquele segmento do mundo do trabalho. Pesce tornou-se o primeiro funcionário da Liga dos Ourives e, entre 1964 e 1970, dirigiu as lutas que conduziram à conquista do primeiro contrato nacional de trabalho dos artesãos do ramo. Mais tarde, pouco antes de se incorporar à CGIL de Casale, após uma experiência junto aos metalúrgicos, organizou a batalha para obter, em Valenza, a primeira mesa intersetorial de empresa para os muitos trabalhadores temporários e uma escola-oficina para os jovens aprendizes. Naqueles anos conheceu Mario Scaiola, inicialmente primeiro-secretário da Câmara do Trabalho, depois diretor do INCA da província de Alessandria, precursor de todas as lutas para o reconhecimento das patologias ligadas ao amianto e, finalmente, a sua trajetória sindical, o conduziu à secretaria da CGIL de Casale.

Foi assim que, em 1979, com Pesce na direção do principal sindicato e com Ponderano trabalhando no coração do Conselho de Fábrica da Eternit, a batalha para a defesa da saúde dos trabalhadores cresceu sensivelmente, por meio de assembléias, reivindicações e uma investigação ambiental com respaldo científico, conquistada após 87 horas de greve. A Clínica do Trabalho de Pavia foi encarregada

da investigação que durou cerca de 40 dias, contando sempre com a presença de dois ou três delegados sindicais designados para fornecer aos técnicos sugestões baseadas no conhecimento direto da poeira da fábrica e dos locais em que o pó era originário e onde se concentrava. Para os próprios representantes dos trabalhadores essa foi a ocasião para tomar consciência de determinadas condições de sofrimento, até então conhecidas apenas de “ouvir dizer”. Entrar em alguns setores foi um choque: sacos rasgados e amontoados onde quer que fossem, filtros já completamente entupidos pelas fibras de amianto, poeira acumulada em todas as cantos. Homens cobertos pela sutil pátina branca e fina circulavam parecendo-se com fantasmas saídos do set de um filme de horror de quinta categoria. Contudo, os resultados da investigação científica não foram julgados muito satisfatórios pelos trabalhadores, que contestaram alguns dados que julgavam ser fruto de manipulações, como por exemplo a limpeza geral efetuada fora da programação e a aplicação da permissão de descanso concedido (*Cassa Integrazione*²⁰) para setores inteiros, durante os dias em que ocorreram a investigação. Os reais pontos de crise não emergiram e os efeitos concretos produzidos pela pesquisa consistiram apenas em pequenas mudanças no ciclo produtivo para reduzir a poeira e – sobretudo – em uma piora das relações sindicais com a empresa, que introduziu alguns elementos de chantagem para dividir a mobilização operária. Primeiramente, o cancelamento da chamada “indenização por exposição à poeira”²¹, o equivalente a cerca de 24 mil liras²² por mês, caracterizada no contracheque dos trabalhadores mais expostos. Depois, a ameaça de eliminar a tradição de doar a todos os trabalhadores um litro de azeite por mês. Uma jogada que, realmente, criou alguma dor de cabeça para os representantes sindicais. “Cheguei numa assembléia de cer-

²⁰ (N.T.R.) – A *Cassa Integrazione* (Caixa Integração) é um amortecedor social, que consiste numa intervenção em apoio às empresas em períodos de crise econômica ou sob algumas circunstâncias específicas (reestruturação, reconversão, falência, entre outras). O empregador pode suspender ou reduzir o período de trabalho, ficando livre da obrigação de retribuição salarial; neste período, o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) intervém pagando aos trabalhadores uma integração salarial.

²¹ (N.T.R.) – Corresponde, no Brasil, ao adicional de insalubridade.

²² (N.T.R.) – Antiga unidade monetária italiana antes da unificação na União Europeia da moeda conhecida por euro (•).

ca de 700 ou 800 pessoas – lembra Ponzani – e pouco faltou que batessem em mim”.

Contudo, no fim da década de 70, tornou-se cada vez mais evidente que o motivo de irritação da empresa era mesmo a Comissão Ambiental, que Ponderano dirigia junto com Sergio Minato, também delegado pela CGIL. Os dirigentes da Eternit tentaram de tudo para neutralizar os efeitos da atividade sindical, suas reivindicações, greves e as contínuas denúncias aos inspetores do trabalho. A instituição do SIL - Serviço de Higiene do Trabalho, por parte da empresa, foi uma ação torpe e ao mesmo tempo desastrosa. Como primeira ação, circulou um boletim de informação para a defesa da saúde dos trabalhadores, que terminava com um aviso bem evidenciado: “Lembrem-se que o fumo faz mal”. Duas horas de greve foi a resposta.

Apesar de a empresa nunca ceder um milímetro sobre a questão da luta ambiental e sempre estar maquinando novas técnicas para enfraquecer o adversário, naquela altura – final da década de 70 – a consciência sobre a questão da defesa da saúde ampliou-se, estendendo-se de um pequeno grupo de trabalhadores sindicalizados para a maioria dos funcionários da Eternit. Entre as técnicas de persuasão estavam as promoções fáceis para os que abriam mão de criar problemas. Tentaram até com Ponderano: “O senhor sabe que possui o perfil adequado para entrar no SIL?”. A questão se incendiou quando, após uma investigação ambiental promovida pela própria direção, a empresa resolveu reduzir a apenas dois setores o adicional por causa do risco ambiental. Golpe de mestre, conduzido com grande rapidez e secretamente, com apoio da União local dos Empregadores, que pegou de surpresa o sindicato. Este foi apenas o primeiro golpe baixo. O outro aconteceu quando Nicola Ponderano foi chamado pelo Pesce para dirigir o novo patronato INCA de Casale com o objetivo de tornar mais forte o engajamento do sindicato na luta pela defesa individual dos trabalhadores. Por outro lado, a tentativa de sufocar definitivamente os “rebeldes” iria se revelar o detonador de uma revolta destinada a durar por décadas.

Era março de 1981 quando, pelas nove da manhã, Ponderano ficou sabendo, por um telefonema, que a Eternit queria demitir ao menos 120 trabalhadores, utilizando a demissão incentivada ou voluntária com prêmios “*ad personam*”²³. Na realidade, a quantia oferecida

²³ (N.T.R.) – A título pessoal; individual.

aos demissíveis era bastante modesta, em alguns casos chegava a ser ridícula, entre 600 mil e 1 milhão e 200 mil liras. E havia mais uma condição humilhante: para obter o magro prêmio-incentivo os 120 trabalhadores deveriam pedir demissão comprometendo-se também a renunciar ao direito de entrar – junto ao INAIL – com pedido de indenização devida aos trabalhadores expostos ao amianto²⁴. Sem contar com o fato de que a Eternit tinha conseguido, junto ao INAIL, a supressão do adicional suplementar para o amianto, em função da declaração de “salubridade” de todos os ambientes de trabalho. Em suma, punha-se uma pedra sepulcral sobre a batalha sindical duramente construída ao longo dos anos contra a poeira da Eternit.

Assim que soube desta descarada iniciativa da empresa, Pondrano foi procurar Bruno Pesce, que na época era o secretário da Câmara de Trabalho de Casale e que já havia amadurecido há tempos a idéia de transformar a questão do amianto em ponto central da iniciativa sindical. Os dois se entreolharam durante alguns intermináveis segundos, procurando um no outro a luz de uma idéia, uma possível saída para escapar da armadilha. Apenas alguns xingamentos no dialeto de Casale, endereçada em particular às mãos dos dirigentes da Eternit, rompia o silêncio. Depois, Pesce pronunciou a frase que – além de abrir uma longa temporada sindical, civil e política – teria mudado sua própria vida também: “Não podemos permitir que eles escapem impunes. Se não reagirmos agora significa admitirmos que eles têm razão, que o amianto não é perigoso e ninguém adoce por causa da poeira...”. Claríssimo. Mas o que fazer para embargar um processo já em curso? Naquela hora, com certeza, alguns operários já poderiam estar aceitando as propostas do chefe de Recursos Humanos que, logo depois, os acompanharia até a porta com alguma “esmola” na mão em troca de umas assinaturas aparentemente inocuas. Para os dois sindicalistas, a decisão de abrir uma nova e mais ampla frente de luta significava enfrentar a empresa. Mas, para fazê-lo, era preciso convencer um a um os trabalhadores interessados.

Não era uma tarefa fácil, nem uma decisão simples a ser tomada, isso porque dentro do movimento sindical – não apenas entre as diferentes organizações, mas até mesmo na própria CGIL – existiam

²⁴ (N.T.R.)– No original a assim chamada “rendita di passaggio” trata-se uma indenização devida aos trabalhadores que contraem asbestose e que apresentam um grau de invalidez não superior a 80%.

divisões, sensibilidades e estratégias diferentes. Para deter quem, como o INCA, considerava a luta ambiental e a defesa da saúde do trabalhador o eixo da ação sindical, estavam os que insistiam em considerar a defesa do emprego o primeiro e imprescindível objetivo. Afinal de contas, a fábrica dava emprego a milhares de pessoas, não poucas para uma pequena cidade como Casale. Porém, Pesce e Pondrano estavam convencidos de que não se podia abandonar a luta pela saúde dos trabalhadores da Eternit naquela altura, diante do primeiro verdadeiro ataque da empresa, e nem que se pudesse abrir uma espécie de negociação, jogando com os pulmões dos pais de família e dos jovens operários. Mas eles tinham consciência de que a decisão de contestar as medidas de incentivo à demissão significava ter de fazer cada um dos trabalhadores mudar de ideia, enfrentar as posições contrárias dos outros sindicatos e as perplexidades bem evidentes entre alguns integrantes do Conselho de Fábrica. Em resumo, queria dizer ir contra a corrente, alavancar o fato de que a resposta que conjugava saúde e ocupação era a reconversão produtiva e também aumentar a reivindicação, ampliando a frente de luta contra o amianto envolvendo os cidadãos de Casale por meio de uma campanha de informação. Enfim, um esforço extraordinário, uma montanha a ser escalada. E não havia muito tempo para decidir se aventurar ou não nesta batalha. Na manhã daquele mesmo dia, alguns trabalhadores assinariam a documentação que o escritório de Recursos Humanos da Eternit estava pronto a passar por de baixo do nariz deles. Naquele momento, prevaleceu o instinto dos dois sindicalistas, que deram início a uma ação que envolveria milhares de pessoas e as mais altas esferas políticas, econômicas e judiciárias, além de condicionar suas vidas durante os 25 anos seguintes.

ERIN BROCKOVIC NO MONFERRATO

Bruno Pesce deu um soco na mesa e pulou feito uma mola. “Precisamos procurá-los e explicar-lhes o que está acontecendo”, disse revirando com uma mão entre as pilhas de papéis que se amontoavam sobre sua mesa e esticando instintivamente a outra para o telefone. Ele e Pondrano haviam decidido: contatariam, um a um, os 120 potenciais demissionários escolhidos pela Eternit com o objetivo de convencê-los a recusar a proposta da empresa, explicando a eles que se tratava de uma sacanagem. Da mesma forma que a já mítica

Erin Brockovich, símbolo das *class actions*²⁵ americanas, imortalizada em filme por Julia Roberts, Bruno e Nicola entregaram-se de corpo e alma nesta missão impossível, ainda que decididamente menos charmosos. Pondrano correu até a fábrica com a esperança de encontrar pelo menos alguns trabalhadores. Depois, ambos ficaram colados ao telefone. Convocaram dezenas de operários à Câmara do Trabalho, marcaram reuniões em bares, onde beberam uma quantidade exorbitante de café e taças de vinho. Mas, até o fim daquela manhã, já tinham convencido 77 nomes da lista. A todos tinham prometido que o sindicato se empenharia para que eles recebessem o que lhes era devido. Isso porque tinham descoberto que a Eternit conseguira suspender a obrigação de pagar os adicionais para o risco do amianto através daquela mesma investigação ambiental conduzida por ela, introduzindo, entre outros, inaceitáveis disparidades de tratamento entre trabalhadores do mesmo setor. Não eram necessários peritos ou advogados para entender que a empresa menosprezava o bom senso, a fadiga, os riscos, a saúde e a dignidade de centenas de homens e mulheres que haviam suado sangue entre as nuvens de poeira venenosa do estabelecimento da Rua Oggero. Uma vez confrontados com esta realidade, os trabalhadores não tinham mais dúvidas em reconhecer que havia fundamento na análise dos dois sindicalistas. Tanto isto é verdade que o “rádio peão”²⁶ trouxe, à tarde, mais 14 candidatos à demissão voluntária ao escritório da CGIL para tomarem parte na reação coletiva contra a inaceitável proposta empresarial.

A este ponto, Pesce e Pondrano já tinham conseguido conquistar 70% dos convidados à demissão, mas não bastava. Não se tratava de conquistar maiorias relativas ou absolutas, mas de entrar de corpo e alma em uma batalha administrativa, legal e política capaz de conquistar o apoio da opinião pública de Casale Monferrato, a cidade que durante 80 anos se reconhecera na Eternit a ponto dela se tornar seu símbolo, mais do que as trufas, que os “Krumiri Rossi”, que o Freisa, o Grignolino, o Barbera. Agora se tratava de informar a todos os cidadãos e cidadãs sobre a periculosidade do amianto e sobre os riscos à saúde de todos, posta em risco pela poeira constantemente solta no ar, e não somente aos trabalhadores da fábrica. O ano era 1982, quando

²⁵ (N.T.R.) – Ações coletivas que buscam reparação de dano ou indenização.

²⁶ (N.T.R.) – Notícia passada na fábrica de boca em boca.

faleceu Mario Pavesi, entre outros. E, ainda que não existissem na época dados epidemiológicos exatos, as estatísticas sobre as centenas de doenças pulmonares e mortes ligadas à inalação das fibras de amianto tiveram fortíssimo impacto nos habitantes de Casale. Cerca de dois anos depois estes dados começaram a aparecer também nos jornais, acompanhados por entrevistas e declarações pesadas, com as mesmas palavras “simples” que os dois sindicalistas e todos os que resolveram apoiá-los na campanha quixotesca utilizavam nos panfletos e assembléias para dizer que o amianto mata. Do lado deles, infelizmente, estavam os números: 130 mortos só em 1984 e uma incidência de doenças pulmonares 20 vezes maior do que a média nacional. Além disto estavam os anúncios funerários de ex-operários da Eternit que se sobrepunham rapidamente nas vitrinas próximas à fábrica. Mas, por outro lado, estavam as cerca de mil famílias sustentadas pelo estabelecimento. Portanto, muitos trabalhadores tomavam partido instintivamente contra os dois fomentadores da revolta anti-amianto.

Porém, Pesce e Ponderano, isto é, CGIL e INCA, levaram adiante, com tenacidade e um toque de fantasia, indispensáveis para superar o muro de resistências existente. Decidiram levar o protesto para Roma, até o prédio da direção geral do INAIL. E assim, uma noite, levaram de ônibus 36 trabalhadores da Eternit que sofriam de asbestose pulmonar para bloquear as portas de acesso do Instituto Nacional de Seguros Contra os Acidentes de Trabalho (INAIL). Eles exibiam um grande pôster assinado por 200 pessoas afetadas por graves formas de insuficiência respiratória impossibilitadas de participarem do protesto.

Pela manhã, em Roma, chegaram para dar apoio os dirigentes sindicais das confederações e o INCA nacional, prontos a conduzir uma mediação com os dirigentes do INAIL. Mas os trabalhadores de Casale não quiseram intermediários: “percorremos 600 quilômetros e passamos as últimas horas da noite aqui, agora somos nós que vamos falar”. Na realidade a blitz em Roma serviu para chamar a atenção para a verdadeira batalha, a dos primeiros 80 processos de indenização para os danos à saúde provocados pelo amianto da Eternit, uma iniciativa que suscitou grande atenção na opinião pública do Monferrato. Se os 80 trabalhadores conseguissem ganhar, isto significaria afirmar oficialmente que aquele maldito pó matava as pessoas. E como na fábrica já estava em curso um processo de aposentadoria, o número de potenciais candidatos à doença e à indenização aumentava mês a mês, contribuindo para difundir a consciência de que os trabalhadores tinham

alguns direitos, hipótese sustentada, até aquele momento, apenas por poucos cabeçudos que desde o começo tinham escolhido a linha dos dois sindicalistas. Logo depois houve um fato decisivo que fez borbulhar o medo, a raiva e o anseio por justiça por parte de muitas outras potenciais vítimas do pó mineral: uma perícia científica, desta vez realizada em observância das regras, determinadas por tribunal cível – no âmbito de uma causa promovida em 1981 – para averiguar a existência do risco do amianto em vários setores do estabelecimento da Eternit.

Foi o professor Salvini, do Instituto de Medicina do Trabalho da Universidade de Pavia, o condutor da investigação. Logo de início o professor surpreendeu de forma negativa a todos. Ele chegou ao portão da Eternit sem nenhuma máquina ou aparelho de cientista, mas com uma bolsa normal, de onde tirou um insignificante pincel. O séquito de dirigentes e delegados sindicais que acompanhava a inspeção o observava em um silêncio denso de perplexidade enquanto ele pincelava aqui e ali, entre os vários setores, guardando amostras de pó em recipientes sobre os quais imediatamente anotava a coordenadas do ponto de coleta. Para a ocasião a fábrica foi literalmente “polida”, como se faz quando se recebe uma visita importante, a ponto de Ponderano – que voltava à fábrica na qualidade de representante da CGIL – ficar pasmo, reconhecendo com dificuldade os ambientes nos quais havia trabalhado durante tanto tempo.

Mas, desta vez, a limpeza extraordinária não foi suficiente a impedir que a perícia fornecesse resultados terríveis. A relação final confirmou dramaticamente que as denúncias dos sindicalistas eram fundamentadas. A presença da fibra de amianto em todos os setores mostrava valores macroscópicos que induziram o professor Salvini a pôr o preto no branco: não só subsistiam fatores ambientais capazes de gerar doenças, mas que o nível de periculosidade era de tal dimensão que o obrigava a transmitir os autos da investigação científica à Procuradoria da República para que esta procedesse com as averiguações cabíveis para determinar as responsabilidades sobre a segurança dos ambientes de trabalho no estabelecimento. As palavras foram como pedras, que infundiam coragem a cada vez mais numerosa frente de “rebeldes” e que, logo depois, conseguiu um segundo importante resultado: a vitória, confirmada pela sentença da Suprema Corte ²⁷, das primeiras causas que pediam indenização por

²⁷ (N.T.R.) – *Corte di Cassazione* no sistema judiciário italiano.

danos a favor dos expostos ao amianto da Eternit. Um sucesso da frente anti-amianto que foi imediatamente reforçado, inclusive por meio da organização de um primeiro e importante seminário sobre o tema, promovido pelo INCA e pela Câmara de Trabalho.

Era 1984 e toda a cidade de Casale se deparou com uma realidade – até então apenas pressentida, temida, sussurrada – feita de asbestose, silicose pulmonar, bronco-pneumopatias por silicatos e, sobretudo, dos mesoteliomas da pleura. E mais: outra pesquisa foi mais além e ofereceu aos cidadãos de Casale um detalhado mapa dos ventos e dos efeitos que estes produziam levando a poeira pelas ruas da cidade. Ficou evidente que em algumas ruas do centro, como por exemplo a Rua Roma, criava-se uma espécie de canalização do ar e, em consequência disto, dos fluxos da nuvem branca liberada pela fábrica. E, por coincidência, sete pessoas que moraram na Rua Roma faleceram por causa do maldito tumor. O estudo chamou atenção, em particular, para o processo de pulverização dos produtos de amianto, inclusive dos que provinham da fábrica de Bagnoli, os quais a Eternit mandava processar ao ar livre, no pátio do estabelecimento. Lá, em seguida, eles eram reciclados. As concentrações mais elevadas de poeira também foram registradas nas ruas rotineiramente atravessadas por veículos que, sem proteção alguma, transportavam os materiais pulverizados. A primeira conquista verdadeira do movimento anti-amianto foi conseguir que os caminhões fossem cobertos, após décadas trafegando pelas ruas dispersando nuvens brancas e letais, atingindo até os tetos das casas que se encontravam no caminho.

Choviam informações, notícias, documentos esclarecedores sobre Casale, começando pelo livro *A fibra que mata*, editado na Suíça, para chegar até aos textos científicos de pesquisadores como Irving Selikoff, os mais avançados do mundo naquela época, que já descreviam claramente os efeitos letais produzidos pela fibra do amianto sobre a saúde humana. Havia bastante material para ler com outro olhar o passado recente de tantas famílias, o fim de tantas vidas, começando pela de Luigi Poletti, morto em 1978, o primeiro diagnóstico de mesotelioma de pleura, e não genericamente de tumor pulmonar como acontecera durante muito tempo. Isto não queria dizer apenas que “a poeira poderia fazer mal”, como se afirmava antes, de forma simplória. Neste ponto havia na cidade a convicção de que se tornava cada vez mais generalizada: “a poeira mata”. Nada de lã da salamandra então, o amianto revelava ser mesmo um veneno.

MERGULHADORES E FANTASMAS

Se até aquele momento o que abrigava o subconsciente de tantos trabalhadores da Eternit era apenas um velado e inconfessado temor, o medo mais descarado passou a manifestar-se. Aos poucos os operários, funcionários e dirigentes descobriram os sinais cotidianos e os ambientes realmente perigosos para eles, dentro e fora da fábrica. Aprenderam que até o uso do ar comprimido para limpar profundamente os setores era tremendamente arriscado. Isso porque, na realidade, as partículas letais para os pulmões dispersavam-se mais ainda, flutuando no ambiente por dias antes de cair no chão. Uma fibra de amianto que se solta a um metro de altura pode levar até 24 horas para tocar o chão novamente. Foi assim que alguém, talvez mais apavorado e menos fatalista que outros, correu atrás de uma solução da forma que lhe foi possível e como a sua imaginação sugeriu. O mais famoso de todos, justamente por esta mania de se proteger da poeira que todo dia o circundava no lugar de trabalho, era Evasio Coppo, operário Eternit que inventou e construiu um sistema para isolar-se do ambiente circundante que foi engenhoso, rudimentar e atrapalhado. Além de usar constantemente uma máscara para proteger boca e nariz, ele trabalhava com sacolas de plástico presas com elásticos que, segundo ele acreditava, fechavam hermeticamente as mangas, o pescoço e o fundo das calças. Pondrano, que era muito amigo dele, dizia brincando que ele se parecia com um “mergulhador”. Coppo, sempre sorridente, respondia que havia casado tarde, tinha um filho ainda pequeno e queria resguardar-se para poder vê-lo crescer.

Infelizmente esta meticulosa precaução também se revelou inútil. Evasio Coppo morreu jovem por causa do mesotelioma de pleura. Descobrira estar doente após um banal tombo da bicicleta. A dor persistente no costado não era consequência do trambolhão, mas do câncer que se manifestava.

Outro operário, cuja imagem estava destinada a ficar impressa indelevelmente na memória dos colegas e dos sindicalistas, empenhados na batalha contra o amianto, foi Giovanni Demicheli, que estava entre os mais envolvidos nos protestos e presente em todas as iniciativas para obter mais proteções. Ele não titubeou em unir-se ao primeiro grupo de 80 trabalhadores que moveu ação contra a empresa para obter indenização. Em 1983 descobriu que estava doente – último estágio de asbestose – e suas condições de saúde pioraram rapida-

mente. Mas, até mesmo no período da sua dolorosa doença, comportou-se como nos tempos das lutas na fábrica: “Quero testemunhar”, insistia com os amigos que o visitavam e o mantinham atualizado sobre o andamento do processo. E, realmente, o seu ingresso, de maca, no tribunal foi um momento dramático da fase de instrução. O seu depoimento, independente do que ele disse naquele dia, deixou uma marca profunda em Casale. Até porque foi a última ação que Demicheli conseguiu fazer neste mundo: faleceu cinco dias depois. Por asfixia.

Mas fora do círculo de trabalhadores e de suas famílias, a sociedade de Casale ainda demorava em admitir completamente a veracidade daquelas hipóteses, inquietantes demais para serem aceitas. Muitos não acreditavam que havia risco de vida também para quem nunca pôs os pés na Eternit. A morte de um professor da escola primária, “o professor Bertolotti”, um dos primeiros a contrair o mesotelioma de pleura sem nunca ter nenhuma relação direta com a fábrica de cimento-amianto, sacudiu um pouco as consciências. Por outro lado, diante do fato de estarem cercados pelas fibras assassinas, preferiam bancar o avestruz. O uso de produtos da Eternit era generalizado no mundo inteiro e, mais ainda em Casale, onde tantas pessoas haviam aproveitado das sobras de materiais que a empresa punha generosamente à disposição de todos os cidadãos. Agora alguém começava a perceber que aquele brinde nada mais era do que um cavalo de Troia que introduzia o perigo de morte para dentro dos muros das casas, nos telhados, nas calçadas, nos jardins que constituíam a moldura da vida cotidiana. Nicola Pondrano nunca conseguiu se esquecer dos amigos os quais, mesmo sabendo que ele estava integralmente envolvido na batalha contra a fibra assassina, o convidavam a suas casas e lhe decantavam as virtudes e praticidade dos telhados e jardins, todos realizados com eternit²⁸. Difícil de esquecer, até porque naquele mesmo momento aquela família estava com um filho internado no hospital por causa do avanço do mesotelioma.

Aos poucos, dolorosamente, a cidade que não pertencia à comunidade operária, descobriu estar contaminada pela poeira da Eternit. Não havia conjunto habitacional em que não houvesse um doente de tumor. Eram poucas as famílias que não tinham um parente no hospital e não

²⁸ (N.T.R.) – Denominação comercial do produto manufaturado. Catacrese onde se identifica o produto pela marca registrada ou termo figurado por falta de um outro mais apropriado.

havia médico que não tivesse realizado, ao menos uma vez, aquele terrível diagnóstico. Ao ver, infelizmente, confirmados progressivamente todos os seus temores, o sindicato montou uma estrutura para oferecer aos trabalhadores e às famílias uma referência sanitária. Desde 1978 o patronato INCA-CGIL de Casale Monferrato valia-se da assessoria de uma recém-formada em medicina, Daniela Degiovanni, que viu desfilar – um após outro – todos os operários da fábrica de cimento-amianto. Inicialmente como médica do patronato, depois como oncologista do hospital. Eram homens e mulheres com 30 ou 40 anos de trabalho acumulados e com os pulmões comprometidos. Além de jovens que já sofriam de asbestose ou de silicose. Havia muito trabalho a fazer e, jovem e apaixonada como a doutora Degiovanni era, ela se sentiu imediatamente envolvida na atividade. O encontro com Nicola Ponderano e Bruno Pesce apenas serviu para acelerar o processo emotivo que fez do problema do amianto e da Eternit o tema central de sua vida profissional.

O quadro inicial para uma médica à sua primeira experiência, e ansiosa de prestar um verdadeiro serviço para seus pacientes, era bastante desolador: na época o INAIL ainda era uma estrutura completamente impenetrável, fechada e surda às demandas dos patronatos. Não concedia praticamente nada e as tabelas relativas às doenças profissionais reconhecidas eram tão restritas que não incluíam o mesotelioma de pleura e nem o tumor pulmonar. E os médicos de família e dos hospitais da região, ainda que familiarizados com pacientes portadores daqueles sintomas sempre idênticos, pareciam ainda ignorar de todo a existência de doenças profissionais daquela natureza. Nos diagnósticos de internação ou de alta indicava-se, quando muito, uma “bronquite crônica aguda”.

Daniela Degiovanni estava animada pelo desejo de “fazer algo”, investir o preparo científico e entusiasmo juvenil para modificar a realidade, revirar-se contra as injustiças. Mas a amargura explodiu quando, em 1982, ela pôs o pé, pela primeira vez, dentro da fábrica que, em quatro anos, havia se tornado a fonte de seu trabalho cotidiano e a causa dos sofrimentos dos tantos trabalhadores que passaram pelo seu ambulatório. A oportunidade de ultrapassar os invioláveis portões da fábrica surgiu de uma investigação jornalística. O cenário com que a jovem médica se deparou foi realmente desolador: poeira em todo e qualquer lado, “penetrava no corpo” lembra ainda. Operários que não só a respiravam, mas que a comiam também, pois se chamados por quaisquer motivos por um superior, tinham que deixar em algum canto

seus sanduíches para depois pegá-los de novo com a mão e levá-los à boca, quando já estavam cobertos por uma camada de pó.

Daniela ficou impressionada com o que viu ali dentro e compreendeu que era necessário derrubar imediatamente o muro do INAIL para que os operários obtivessem, ao menos, o reconhecimento de doença profissional à qual estavam brutalmente expostos. Ela deu início a uma batalha médico-legal sem trégua, chegando mais de uma vez a enfrentamentos que se transformaram em contenciosos judiciais. E quando, em apenas dois meses, três trabalhadores afetados pelo mesotelioma viram seus pedidos de reconhecimento da doença profissional indeferidos, a combativa doutora decidiu que era demais. Era tempo de superar os adiamentos e passar ao uso, se necessário, de “armas não convencionais”. Sabendo que também dentro do INAIL algo começava a estalar – o colégio que indeferiu os pedidos não se expressou de maneira unânime – pensou que, antes de iniciar causas judiciais, talvez fosse o caso de tornar pública a situação para agitar um pouco as águas. Em 1987 ela mesma escreveu para diversos jornais – “L’Unità”, “Il Manifesto”, “Repubblica”, “La Stampa” – contando o que tinha visto, como viviam e como morriam os operários e a injustiça em negar-lhes até mesmo o direito de receber uma indenização econômica para os danos irreparáveis provocados à saúde. Isso fez disparar o alarme vermelho no INAIL. Pela primeira vez a direção geral decidiu contatar diretamente o INCA e a doutora Degiovanni. Um muro tinha caído: a médica prosseguiu sua ação juntando aos pedidos de indenização os abundantes exames realizados naqueles pulmões devastados. A presença de fibrose pelo amianto e, sobretudo, a relação com o mesotelioma, foi confirmada em todos os três casos. Uma mudança histórica para os trabalhadores afetados pela poeira de amianto, porque a partir de então o INAIL não somente parou de recusar *a priori* o reconhecimento daquelas doenças profissionais, como ampliou suas tabelas atrasadas.

A REVOLTA DE LILIPUTE²⁹

Neste ponto a barreira tinha caído, o dique de silêncio e de medo que sitiava a alma da gente do Monferrato para com o colosso que

²⁹ (N.T.R.) – Lilipute é uma nação insular que aparece na novela “As viagens de Gulliver” de Jonathan Swift. Está localizada em algum lugar do Pacífico Sul ao

havia dado emprego, bem-estar e até notoriedade para Casale, estava deslizando. Agora se tornava suficientemente claro que a fábrica não viera fazer caridade e que, longe disso, foram eles, os habitantes de Casale, a contribuir com seus esforços para a acumulação de “um bom dinheiro” para os donos. Nos últimos anos, enquanto o número de contratados diminuía, aumentava a quantidade de horas de Cassa Integrazione³⁰, sinal inequívoco da progressiva falta de interesse empresarial com o velho estabelecimento italiano. Já havia sido interrompido definitivamente o habitual fluxo de operários da Itália para a sede central da empresa em Niederurnen, na Suíça, ou para as outras fábricas espalhadas pelo mundo, mas continuava – para fazer face à necessidade empresarial de manter parte dos contratados – o fluxo para o estabelecimento de Saca de Cavagnolo, na província de Turim – outra sede piemontesa da Eternit que, a partir de 1982, passou ao controle dos empresários que dirigiam a fábrica de Casale.

Em 1983 restavam apenas cerca de 500 sobreviventes trabalhando na fábrica da Rua Oggero. E, ainda que a produção estivesse diminuindo, para eles tratava-se de sua fonte de renda. Por isto, mesmo que se falasse abertamente em cada esquina de Casale sobre a ameaça mortal representada pelo pó quase branco, o tema do fechamento da Eternit continuava sendo um tabu. Dentro do sindicato o debate também prosseguia, tormentoso e, às vezes, acirrado. Contudo, Bruno Pesce não hesitou em posicionar a CGIL de Casale Monferrato a favor da reconversão, isto é, do fechamento de uma fábrica que naquele momento era mais perigosa do que útil, não um lugar onde se ofereciam as oportunidades de uma vida melhor para tantas famílias, mas um lugar de morte.

Quem tirou Bruno Pesce e a CGIL de certo aperto foi – involuntariamente – a Eternit que, após quase um século de exploração a ritmo pleno, decidiu livrar-se da fábrica. Sob requerimento das sociedades interessadas, em junho de 1986, o tribunal de Gênova declarou falência de todo o ramo italiano daquilo que havia se tornado um império industrial suíço-belga. Porém, o verdadeiro fim não chegara

noroeste da Tasmânia, pertencente à Austrália e situada mais ao sul. Sua principal característica é que é habitada por pessoas diminutas, de seis polegadas (15 cm) de altura. Toda a flora e fauna da ilha têm um tamanho proporcional, correspondente a um doze avos (1/12) do tamanho em nosso mundo. A capital de Lilipute é Mildendo.

³⁰ (N.T.R.) – Caixa Integração. Ver nota de rodapé nº. 19.

ainda, pois logo após a sentença judiciária, a holding francesa do grupo Eternit candidatou-se para assumir a fábrica com contrato de aluguel e retomar a produção de chapas de fibrocimento. Na época havia ainda 350 desempregados e os sindicatos de categoria aceitaram o pedido da Safe, isto é, da Eternit francesa, negociando as condições de trabalho e ressaltando a centralidade da questão da proteção contra a poeira. Mas a Câmara do Trabalho reiterou a negativa: a produção somente poderia ser retomada com materiais que não contivessem amianto.

A demanda popular que reclamava segurança ambiental e saúde continuava crescendo na cidade. Fora da fábrica brotavam comitês, uma seção da Legambiente³¹, associações e grupos de cidadãos que reclamavam a intervenção das autoridades sanitárias para iniciar o processo de saneamento e recuperação do terreno, envenenado pela presença quase secular da poeira.

Mas mesmo com a Eternit parada ainda havia a possibilidade de alguém poder reativá-la. Mas uma lei municipal promulgada um ano mais tarde – no dia 2 de dezembro de 1987 – pelo prefeito de Casale Monferrato, Riccardo Coppo, pôs uma pedra sobre a questão. Pela primeira vez na Europa, uma lei sancionava “a proibição, com efeito imediato, do emprego de chapas de cimento-amianto e de outros produtos contendo amianto nas construções de qualquer tipo na abrangência do município; a interdição da utilização para qualquer fim do material, mesmo de resíduos de produção contendo fibras de amianto; que, em caso de remoção e decomposição de materiais que contêm fibras de amianto, as empresas responsáveis pela execução dos trabalhos deverão ater-se às prescrições técnico-sanitárias dispostas pelas autoridades competentes”.

Três disposições claras, revolucionárias, sagradas, que punham a palavra final sobre qualquer potencial atividade da Eternit em Casale Monferrato. Iniciava uma nova fase: depois de 81 anos de danos chegava o momento de arregaçar as mangas e tentar reconquistar uma condição de normalidade. Uma cidade inteira reclamava segurança, mas também justiça e verdade. E continuava contando e chorando os mortos.

³¹ (N.T.R.) – Organização ambientalista italiana fundada em 1980.

DEPOIS

3. A CIDADE

Em Casale, o novo século tem início antes de o velho milênio acabar. Começa em 16 de fevereiro de 1989, na sala superlotada do cinema Politeama com a conferência cujo título é ingênuo, mas eloquente: “Não ao amianto”. Há sindicalistas locais e familiares das vítimas, os primeiros a tornarem-se testemunhas de uma batalha que, para outros, parecia impossível. Nos manifestos aparecem também os nomes dos dirigentes sindicais locais, regionais e nacionais que a CGIL e o INCA têm envolvidos, junto com cientistas e médicos, numa iniciativa que – como se mostrará – marca a virada na forma de enfrentar a questão do amianto na Itália. A conferência termina com a intervenção do secretário confederado da CGIL, Fausto Vigevani, que lança uma mensagem política até então imprevisível: o sindicato italiano apoia plenamente as teses “desta pequena Câmara do Trabalho”, diz Vigevani e, CGIL, CISL e UIL vão se empenhar na elaboração de uma plataforma nacional para o banimento do amianto no país, além de trabalhar para o reconhecimento de novas proteções para os trabalhadores expostos. E, efetivamente, em agosto de 1989, estas instâncias foram apresentadas ao governo pelas três secretarias nacionais.

Em 16 de fevereiro de 1989 ocorre uma mudança significativa na abordagem sindical e na cultura de uma inteira cidade. Casale

agora já tem consciência de que o mesotelioma atinge e mata não apenas os ex-operários da Eternit, mas é também capaz de provocar uma chacina longe das paredes da fábrica, afetando cidadãos que nunca puseram os pés nos arredores da Rua Oggero. Chega. Nada de poeira solta no ar e infiltrada nos mil cantos da fábrica, do armazém, do depósito de lixo onde se jogavam as peças defeituosas. A Eternit não existe mais. Está fechada há três anos, faliu e não voltará a abrir de novo. Isso porque ninguém a quer e seus próprios donos não saberiam o que fazer com um estabelecimento que não pode mais produzir artefatos feitos com amianto, produtos fáceis de serem vendidos pelo mundo todo. Mas a brincadeira acabou e as regras foram quebradas. Ou, para dizer mais claramente, existe a suspeita generalizada de que alguém tenha trapaceado. Agora para Casale é tempo de fazer balanços, de contar o número de mortos e doentes, de reagir, obter respostas, “fazer algo” para evitar que o rastro de lutos continue ou aumente, que a doença entre em novas casas e devaste outras famílias. Mas é o tempo também de “fazer algo” porque “não é justo”, pois “alguém deve pagar”, responder por um desastre ainda incalculável, “deve-se fazer justiça”.

O riacho inicialmente alimentado apenas pelas energias de Bruno Pesce, Nicola Pondrano, Romana Blasotti e poucos outros, transformou-se na cheia de um rio, que ruge pela raiva e dor de uma inteira cidade. Há também um novo medo, numa situação irreal dominada pela aflição de gerações inteiras que foram criadas no cenário da poeira, de ritmos marcados pelos turnos da fábrica e, que agora, descobrem-se órfãs e viúvas da Eternit. A cidade deve acertar as contas com uma tragédia que ainda não conhece completamente. Ninguém sabe dizer ainda quantos perderam a vida por causa do amianto, mas os conhecimentos médico-científicos são de domínio público. E revelam uma verdade ainda mais assustadora. Agora toda Casale sabe – exceto quem não se importa – de que forma aqueles malditos tumores se desenvolvem nos pulmões. As fibras de amianto, inaladas pelos trabalhadores da Eternit e cidadãos expostos ao contato com o onipresente e indestrutível material, depositam-se nos pulmões. Com o tempo, através da drenagem linfática do próprio pulmão, alcançam o espaço pleural. A maior ou menor velocidade depende também do tipo de fibra de amianto: se o formato das partículas filamentosas for helicoidal e pontiagudo, seu movimento dentro do aparelho respiratório humano será mais rápido.

Uma vez formado, o mesotelioma consegue dissimular – da mesma forma que o pó que o gera – seus primeiros sintomas, o que torna impossível um diagnóstico precoce. Inicialmente percebe-se apenas uma leve dor no tórax ou, mais frequentemente, um pouco de falta de ar. Quando os distúrbios aumentam a ponto de se recorrer ao médico e a uma radiografia, as irregularidades já estão presentes pleura. Nesta altura, quando os sintomas se manifestam de forma evidente, a doença já está numa fase bastante avançada: o câncer trabalhou durante anos, é uma formação fibrosa, bastante compacta, e dificilmente pode ser retirada cirurgicamente. Assim, a neoplasia cresce quase sem incômodo até causar uma insuficiência respiratória, aprisionando progressivamente os pulmões, os órgãos intratorácicos e intestinais e, finalmente, provocando a morte. Um ser humano não consegue respirar, morre.

Para as centenas de ex-operários da Eternit e cidadãos de Casale, esta implacável sequência raramente durou mais de um ano, do momento da manifestação dos primeiros distúrbios até a morte. Um tumor particularmente canalha: lento para se manifestar e veloz para matar. Não precisa expandir-se muito para causar a morte do paciente, observam os médicos. Não há diferença de crescimento e de comportamento biológico, de velocidade entre expostos e não expostos ao amianto, entre jovens e idosos. E o longo período de latência nos leva a crer que a matança ainda não acabou, que o pior ainda está por vir. As estatísticas epidemiológicas europeias mostram que, pelo menos até 2020, a curva dos mesoteliomas causados pelo amianto, não apresentará decréscimo. Não apenas em Casale Monferrato, onde a unidade de oncologia está sempre lotada de forma impressionante. Mas em todos os países do mundo que baniram o amianto, mas que houve tempo suficiente para o material desprender as suas fibras letais no ar e penetrar nos pulmões das pessoas.

VENENO POR LEI

Esta dolorosa consciência somou novas forças em torno do núcleo duro da frente anti-amianto de Casale. O eixo formado pela Câmara do Trabalho, pelo INCA e pela Associação dos Familiares das Vítimas enriqueceu-se neste ínterim com a presença e engajamento de outras associações, um número cada vez maior de ambientalistas, médicos, políticos e representantes da administração pública. Na

época eles ainda não sabiam, mas contribuíram para manter viva a chama de uma batalha que duraria por décadas. A união desta frente de luta levou à fundação do Comitê “*Vertenza Amianto*” (Questão ou Processo Amianto) que, em 1995, designou Bruno Pesce como coordenador. Isso após ele se aposentar e deixar a direção da Câmara do Trabalho, substituído por Adriano Marchegiani. A iniciativa do Comitê – que continua tendo como pontos de referência Pesce e Pondrano – desdobra-se em diversas frentes, propondo-se a objetivos ambiciosos. O primeiro ponto é o banimento completo da produção de amianto e do uso de produtos que o contenham. Ao mesmo tempo, trabalha-se a prevenção, pois em Casale há muitos sobreviventes da Eternit e cidadãos conscientes de terem respirado aquela poeira diabólica, gente que vive com o medo de um dia sentir, de repente, uma dorzinha nas costas; primeiro sintoma de uma morte iminente. E, sobretudo, é necessário oferecer, aos trabalhadores do estabelecimento assassino amortecedores sociais que levem em consideração o período de exposição ao amianto, que se traduzam em apoio previdenciário adequado. Em terceiro lugar, considerando o substancial envenenamento de boa parte do terreno, se faz igualmente urgente um plano de saneamento das áreas mais contaminadas e, progressivamente, de todos os edifícios. Desde as escolas infantis até os hospitais que contêm o fibrocimento, tão generalizadamente utilizado por quase um século em Casale. E, finalmente, é preciso apontar um novo horizonte para a intervenção sanitária. Se é nesta região que está se propagando, lenta, mas implacavelmente, a epidemia de mesotelioma, então é necessário e oportuno que em Casale Monferrato seja montado um centro de monitoração e pesquisa oncológica de alcance nacional. Na realidade, um “observatório de tumores” já existe na região do Piemonte, por iniciativa do promotor público de Turim, Raffaele Guariniello, que, investigando especialmente as questões vinculadas à saúde nos ambientes de trabalho, percebeu a importância de poder contar com um controle mais amplo e constante de algumas patologias presentes no território. Alguns anos mais tarde, o nome de Guariniello voltará com força ao centro da batalha dos cidadãos de Casale contra o amianto.

Nesta fase, além da CGIL, do INCA e da FILLEA (Federação dos Trabalhadores da Construção Civil), que nunca faltaram com o apoio à batalha conduzida pelos sindicalistas de Casale, apesar das fases delicadas, como a da reabertura da Eternit, a política também

– e não apenas o campo da esquerda – aproximou-se do grupo que, em Monferrato, fazia reivindicações claras, impondo à nação inteira uma questão alarmante. Isso porque o amianto não está apenas em Casale, mas na Itália inteira, na Europa, para não falar dos outros continentes onde a extração continua custando tantas vidas humanas.

O apoio político foi fundamental no momento em que Pesce e Ponderano aceleram para que os sobreviventes da Eternit consigam obter o reconhecimento da aposentadoria especial pelos os anos em que ficaram expostos ao amianto. Perdeu-se a conta do número de manifestações realizadas em Roma entre o fim da década de 80 e os primeiros anos da década de 90.

O roteiro repete-se com obsessiva regularidade: “precisamos organizar outro protesto e ir a Roma”, diz Bruno Pesce com sua peregrina aparência de monge franciscano.

“Mais uma?”, responde desesperado Giampaolo Bernardi, delegado sindical no período em que trabalhou na fábrica e que nunca deixou de ser figura de referência para os ex-colegas.

Toda vez que a Câmara do Trabalho chamava para a organização dos ônibus rumo à capital, ele e os outros veteranos tinham que contatar, um a um, os companheiros de setor da fábrica e convocar uma assembleia para explicar como andava uma batalha que parecia estar parada sempre no mesmo ponto. Depois, ao menos uma dúzia de vezes em menos de dois anos, por volta das 10 da noite, formava-se uma pequena caravana de carros em direção a Alessandria, onde se pegava o trem noturno para Roma.

Na manhã seguinte até o passeio turístico em Roma parece consolidar-se no tempo: Ministério do Trabalho, Montecitorio³², Palazzo Madama³³, Palazzo Chigi³⁴, expondo faixas que mostram os números atualizados produzidos pelo “caso Eternit”. Nelas estavam quantos eram os desempregados, os doentes e mortos. Manifestação após manifestação, o número de participantes cresce, agora, além de parlamentares e sindicalistas nacionais, outros trabalhadores vêm dar mão forte às tropas de Casale. São os trabalhadores de outras re-

³² (N.T.R.) – Sede da Câmara dos Deputados.

³³ (N.T.R.) – Sede do Senado da República.

³⁴ (N.T.R.) – Sede do Governo.

giões e de outros estabelecimentos cujas produções realizadas com amianto têm semeado morte: eles vêm da Sardenha, Bagnoli, Mondovì, Cuneo e até de Balangero. Esta batalha também é deles. Mas não somente. Mais tarde se descobriu o envolvimento de um número impressionante de cidadãos, como demonstrariam os milhares de pedidos apresentados para obtenção dos benefícios previdenciários pela exposição ao amianto.

Em Roma, Romeo Lazzaroni é o responsável da FILLEA³⁵ CGIL Nacional pela organização logística das iniciativas. E, sabendo que para uma pequena Câmara do Trabalho o custo da viagem já representa um sacrifício econômico, ele sempre garantia uma refeição aos manifestantes, que muito apreciavam a iniciativa. Tudo se repete durante um longo tempo, parece não haver saída, embora o mundo político em Roma mande, de quando em quando, sinais mais ou menos animadores. Porém, a determinação dos habitantes de Casale e o empenho da CGIL, CISL e UIL nacionais finalmente são premiados. Em 1992 é promulgada a lei que eles, há tempos, reivindicam: o amianto é banido da Itália e o INPS deve aceitar os pedidos de aposentadoria dos trabalhadores da extinta Eternit, reconhecendo 50% a mais de contribuição previdenciária para os períodos em que ficaram expostos ao amianto.

Viva, festa, satisfação? Não, porque mais um novo imprevisto afasta da meta final: um dos últimos “golpes de picareta”³⁶ do então presidente da República, Francesco Cossiga, gela os entusiasmos. O presidente não ratifica a lei com a desculpa de falta de cobertura financeira. Uma notícia que provoca uma decepção tremenda em Casale. Mas é uma terça-feira, dia de feira. Assim, enquanto ainda se xinga o inquilino do Quirinale³⁷, a Câmara do Trabalho tem a idéia de pegar o megafone e descer entre as barracas da Praça Castello

³⁵ (N.T.R.) – Organização dos marceneiros, dos trabalhadores da construção civil e de indústrias afins.

³⁶ (N.T.R.) – Francesco Cossiga passou a ser chamado de “*picconatore*”, isto é, quem dá golpes de picareta. A expressão “dar golpes de picareta neste sistema” foi usada por ele frequentemente no período em que foi presidente da República, em polémica com os partidos políticos e para expressar a exigência de uma reforma do sistema político-institucional italiano, à luz da queda do Muro de Berlim e da nova ordem internacional, e com relação ao fenômeno da corrupção.

³⁷ (N.T.R.) – Residência oficial do Presidente da República da Itália em Roma.

para recolher as assinaturas para pedir a imediata efetivação da nova lei. Poucos minutos são suficientes para serem colhidas centenas de adesões.

De novo começam as peregrinações a Roma, quando, em 27 de março de 1992, a nova normativa é ratificada, ainda que seja preciso esperar mais um ano para que as medidas se tornem efetivas. Paradoxalmente, os primeiros trabalhadores que se beneficiaram da lei foram os da mineração de Balangero que, embora tivessem direitos, eram os mais céticos e menos colaborativos. Casale Monferrato esperou até primeiro de julho de 1993 para ver os primeiros resultados.

Foi o primeiro sucesso tangível conquistado desde o início das lutas contra o colosso industrial, contra o vazio normativo italiano e contra o ceticismo generalizado até entre os cidadãos agredidos pela poeira assassina. Sucesso pleno também da causa iniciada em 1981, quando a fábrica ainda estava aberta, quando os dois sindicalistas propulsores da batalha correram atrás e convenceram os 88 trabalhadores a recusar a gratificação da Eternit e a se engajarem na batalha legal para obter do INAIL, após uma sentença da Suprema Corte em 1987, o reconhecimento das indenizações.

Na realidade, o texto de lei quase ilegível contém muito mais: sanciona o banimento definitivo do amianto na Itália. Uma lei da República italiana, preto no branco, aquilo que o prefeito de Casale, cinco anos antes, tinha de fato estabelecido para o seu município, ou seja, que a fibra assassina não poderia mais ser utilizada. Um braço de ferro, uma campanha iniciada como simples reivindicação do reconhecimento de direitos sindicais estendeu-se bem além de seu perímetro inicial, tornando-se a mais avançada frente de luta pela saúde nos locais de trabalho, bem como para a questão da salubridade ambiental no tocante às contaminações pelo amianto. Agora não há quase ninguém que duvide da periculosidade. A lei 257 de 1992 bane todos os produtos que contêm amianto, vedando a extração, importação, comercialização e produção. Além disso, estabelece também um programa para fechar definitivamente a fábrica, com um termo último fixado para o dia 28 de abril de 1994. Este, infelizmente, se revelaria simplesmente simbólico e não respeitado. A mesma lei regulamenta o processo de fechamento, definindo até mesmo os critérios de financiamento para as empresas interessadas na reconversão produtiva e os benefícios previdenciários a favor dos trabalhadores do setor. E ainda, contempla disposições específicas para o controle das empresas empenhadas em atividades

de tratamento, manutenção, saneamento e eliminação do amianto. A lei 257 prioriza o problema da presença de amianto nos edifícios, individualizando as situações que apresentam maior risco, ou seja, onde há presença de amianto livre ou capaz de se esfarelar. Os proprietários dos imóveis têm a obrigação de notificar às Unidades Sanitárias Locais (USL)³⁸ sobre a presença de amianto friável e as Regiões têm o poder de remover, se considerado oportuno, os materiais que contêm amianto, com ônus para os proprietários.

O texto finalmente atende a um decreto do Ministério da Saúde que, em 1986, tinha recebido tardiamente uma diretriz europeia que fixava um limite ao uso da crocidolita, um tipo de amianto muito usado industrialmente no mercado italiano. Agora, leva-se em consideração toda a gama de problemas postos pelas fibras minerais cancerígenas, desde a saúde dos trabalhadores até a proteção do ambiente. Estava na hora.

Mas há também um pouco de amargura. Isso porque os representantes das comissões parlamentares, antes da aprovação do texto definitivo, sugerem renunciar à reivindicação de um fundo nacional para as vítimas do amianto; “de outra forma, quem sabe quando poderíamos votar esta lei...”. Uma pena, pois se trata de uma proteção que é sentida como preciosa para Casale, sobretudo para os tantos cidadãos que adoeceram sem terem sido expostos ao amianto em função do trabalho e que, portanto, estão desamparados, sem desfrutar dos direitos reconhecidos pelo INAIL. Mas para Pesce, Ponderano e para todos os outros que animaram o cada vez mais robusto movimento antiamianto de Casale é, de toda forma, um sinal bom e encorajador. Neste ínterim, paralelo à mobilização de Casale, movimentos sociais tomam corpo em outros lugares da Itália onde o amianto fez matança: Monfalcone, Bagnoli, La Spezia, Taranto, Broni e muitas outras pequenas cidades do país em que se trabalhou com a fibra assassina, a qual começa agora a apresentar a conta dos mortos.

OS ÓRFÃOS DA JUSTIÇA

Em Casale existem agora as condições para continuar a luta, fixando-se objetivos mais ambiciosos ainda, inimagináveis até poucos

³⁸ (N.T.R.) – Organismo governamental, ligado ao Ministério da Saúde, que tem, entre outras atribuições, as vigilâncias epidemiológica e sanitária dos locais de trabalho.

anos atrás. Agora a lei diz que eles – operários, sindicalistas, esposas, filhos – tinham razão quando afirmavam que “aquela porcaria” era venenosa. Que fazia mal, que matava a sua gente. Mas estar reconhecidamente com a razão às vezes pode não bastar, pois se continua a morrer em Casale pelo amianto. Aliás, o número das pessoas doentes cresce sempre mais, a lista dos mesoteliomas diagnosticados pelos médicos torna-se mais extensa. O estabelecimento, ainda que fechado, está sempre ali, como um destroço infestado de carga mortal. A cidade também está recheada – em cada esquina, em cada casa – pela fibra que os dirigentes da fábrica ofereciam como um mimo aos cidadãos de Casale, deixando à disposição deles, num depósito a céu aberto, os produtos defeituosos ou danificados, além dos resíduos da produção do cimento-amianto que foram usados como reforço na edificação de telhados, calçadas, degraus, paredes e em tantas outras aplicações, das hortas até as moradias de cidade. Em suma, quem irá lutar para fazer justiça aos mortos? Como fazer para limpar todo os locais impregnados de amianto no município e eliminar o mineral existente em cada canto? E quem, e de que forma, cuidará dos tantos novos doentes que mês após mês engrossam a lista dos “tumores” de Casale?

Há alguns anos, advogados dão forte apoio aos sindicalistas que mantêm unido o pequeno – mas crescente – movimento cidadão contra o amianto. É evidente que os aspectos legais constituem o eixo fundamental de qualquer iniciativa. A primeira a oferecer ajuda é Bianca Guidetti Serra, advogada de Turim que sempre conjugou a profissão com o engajamento cívico e político. Com a postura herdada pela experiência da luta na Resistência, ela socorre – como voluntária – os sindicalistas e os trabalhadores, defendendo-os das tradicionais sequelas que acompanham os atos de protesto. E continuará acompanhando por várias fases da história, até a abertura do processo contra a empresa.

Mais tarde chega o advogado Sergio Bonetto. Este senhor de cavanhaque e com sotaque de Turim, além da experiência forense, traz consigo um histórico de colaboração jurídica estreita com a CGIL, e um encontro traumático com o amianto.

“Era o Primeiro de maio de 1980 – lembra enquanto o olhar parece querer projetar as imagens de sua memória – e fui para Balangero, onde estava a mina de amianto, para participar do comício da CGIL. Na praça não havia ninguém porque os trabalhado-

res travavam uma polêmica contra a CGIL, que era a favor do fechamento da mina”.

Tempos difíceis, em que o diretor da mina fazia questão de conduzir, com orgulho, advogado e sindicalistas a visitar o museu do amianto que ele quis montar no ponto em que a terra apresenta uma rachadura assombrosa, que se parece com uma ferida.

“Não é verdade que o amianto faz mal” dizia o responsável pela mina. Dizia isto sorrindo, porque não sabia que um ano depois, ele também seria vítima do mesotelioma de pleura. E nem poderia imaginar que a sua família estaria entre as que pediriam indenização por danos.

O time de advogados que apoia o grupo de Casale cresce com o tempo. O escritório de Guidetti Serra envia para ajudar a advogada Anna Fusari; o escritório de Bonetto manda Bruno Lasagno; entram também os advogados Oberdan Forlenza de Alessandria e Paolo Pissarello de Gênova. Nenhum deles nunca cobrou honorários.

É grande a necessidade de advogados para Casale e arredores porque é preciso enfrentar nos tribunais uma questão que não é mais somente sindical mas, ao mesmo tempo, não chega ainda a ser suficientemente política. Já existiam algumas leis para regulamentar não somente o uso da maldita fibra mineral, mas também o trabalho “perigoso”, a exposição ao pó e a várias porcarias. Com base nelas acontece o primeiro reconhecimento judicial, em junho de 1993, na mesma época da grande atividade legislativa contra o amianto. Mas será preciso esperar até 1997 para que a Suprema Corte confirme, e torne definitiva, a condenação de seis dirigentes do ramo italiano da Eternit, ainda que por apenas um caso de morte e com penas muito leves.

O tribunal de Casale Monferrato reconheceu os diretores como responsáveis pelo homicídio culposo dos trabalhadores da fábrica e, em particular, pela “falta, insuficiência ou tardia adoção de medidas técnicas adequadas à eliminação, aspiração e contenção do pó de amianto presente em todos os setores do estabelecimento, e que originou as doenças do amianto”; assim como a responsabilidade, relevante penalmente, por “não ter informado os operários sobre os riscos inerentes às tarefas que lhe eram atribuídas, levando em conta também a estrutura do ciclo produtivo vigente na empresa até 1974”; e, finalmente, por “ter atribuído aos operários reconhecidos como portadores de doenças profissionais as mesmas funções exercidas

anteriormente à manifestação da doença, uma vez que persistiam as condições para o agravamento da mesma”.

Os dirigentes da fábrica da Rua Oggero foram indicados como responsáveis pela “inobservância de disposições em matéria de higiene e segurança do trabalho”. Para os executivos da empresa e diretores do estabelecimento que se sucederam na direção da Eternit piemontesa, os juízes atribuem exatas responsabilidades, sobretudo no período antecedente a 1978, isto é, o momento da mais profunda transformação da fábrica da Rua Oggero, que inclui uma revisão e diminuição dos limites de concentração de poeira. Anteriormente a esta data os dirigentes tinham o dever, que “não cumpriram”, de controlar o excesso de concentração de poeiras na atmosfera. E não se pode dizer que eles não soubessem, porque – lê-se no processo – que a Inspeção do Trabalho tinha atuado diversas vezes a empresa em razão desta situação. O mesmo vale para o presidente e para os altos dirigentes da holding italiana com sede em Gênova, pois as atas do conselho de administração permitiam a todos tomar conhecimento do risco existente. Em sentença de apelação, por efeito da prescrição, caíram dezenas de imputações (inicialmente as partes lesadas eram 1.700, entre herdeiros e doentes), em consequência do reconhecimento de atenuantes genéricas.

Permanece a causa de Evasio Coppo, “o mergulhador”, o operário que tentou de tudo para se proteger da poeira que sentia realmente como inimiga. Constituem-se parte civil – junto com a esposa e o filho – os sindicatos, a Prefeitura de Casale e o INAIL que, depois das iniciais hesitações em reconhecer o mesotelioma como doença profissional, agora queria cobrar da Eternit as indenizações que teve de reconhecer aos trabalhadores expostos ao amianto. A sentença de condenação é mantida em todas as instâncias, mas se atrasou até a confirmação definitiva pela Suprema Corte em 1997, para consternação geral de quem esperava que se fizesse justiça.

Ainda que o percurso deste processo tenha sido longo e árduo, ainda que os advogados tenham aguentado horas de espera de antessala na procuradoria da República em que reinava – no mínimo – o mais completo ceticismo acerca da possibilidade de se chegar a celebrar a fase de instrução do processo com os dirigentes Eternit no banco dos acusados, valeu a pena examinar dezenas de depoimentos de viúvas, órfãos, doentes e sobreviventes da fábrica e correr atrás de documentos e perícias. Agora é a Suprema Corte a escrever que

alguém errou também perante a lei, deixando, durante anos, homens e mulheres entrarem todo dia no estabelecimento, pondo em risco suas vidas. Mas é suficiente? E os dirigentes são os únicos responsáveis pelo que aconteceu em Casale Monferrato entre 1906 e 1978? Por que o calendário e o objetivo da justiça devem limitar-se àqueles anos e àqueles alvos?

O GARÇOM E A PADEIRA

São muitos ainda os questionamentos que animam as assembleias da frente anti-amianto. Além disto, existem os números e os fatos que a realidade continua propondo, ou melhor, impondo, porque se trata de doenças e de mortes. A atividade do patronato INCA-CGIL, por meio da ação coordenada por Nicola Ponderano e a doutora Degiovanni, permite apresentar, entre 1979 e 1986, mais de 800 denúncias de doença profissional por parte de ex-operários da Eternit, promovendo assim o maior contencioso médico-legal e judiciário enfrentado pelo INAIL do Piemonte, com resultados positivos em 65% dos casos.

A lista de patologias é sempre a mesma: asbestose e formas tumorais já bem conhecidas na cidade. Mas é o sinal, como se ainda fosse necessário, que realmente a poeira da fábrica suíça nunca parou de cumprir seu trabalho de aniquilador lento e inexorável. Pelo contrário, provavelmente é no fim da década de 90 que a epidemia de amianto aproxima-se do pico previsto pelas estatísticas. De 20-25 novos casos de mesotelioma por ano, passa-se logo para uma média entre 40-45 diagnósticos anuais. E pelo menos três quartos destes envolvem cidadãos que nunca trabalharam para a Eternit, mas que presumivelmente ficaram expostos às fibras do amianto em época já muito longínqua.

Adoece assim, Egle Lupano, que morava próximo ao depósito usado para descarregar os sacos de juta (abertos) cheios de amianto. Ela, nascida em 1939, tinha entre sete e oito anos quando ia brincar naquela praça. Mais de quarenta anos depois, em 1982, recebe o diagnóstico de asbestose, descoberto por acaso, durante uma internação por uma pequena cirurgia no hospital de Pavia. A radiografia do tórax da senhora Lupano assusta os médicos que, convencidos da existência de um tumor, submetem-na a uma longa série de exames, encaminhando-a de uma unidade a outra do hospital.

“Não conseguiam explicar como era possível eu estar ali, na frente deles, em geral bastante saudável enquanto os exames detectavam várias metástases – ela lembra – depois chegou o professor Moncalvo, que após ter observado as radiografias e sem saber nada de mim disse: ‘Esta senhora é de Casale, com certeza’. Perguntou se eu tinha trabalhado para a Eternit e me informou que minha doença era típica dos trabalhadores do amianto”.

Por anos, Egle Lupano passou por diversos hospitais que confirmaram a patologia, a asbestose, e um atestado para esclarecer aos médicos que examinariam as incríveis radiografias no futuro sobre a suspeita de tumor. Pediram que ela emprestasse as radiografias para mostrar aos estudantes e explicar-lhes que a doença é incurável e que se piora lentamente. No caso dela, além da doença, houve o absurdo: para quem sofria de insuficiência respiratória não era fácil arrumar emprego idôneo. Além disso, a senhora Lupano não poderia bater à porta do INAIL para pedir indenização por invalidez parcial porque sua asbestose não era uma doença profissional. Afinal das contas ela não respirou pó de amianto trabalhando, mas brincando.

À poeira não interessa o trabalho que homens e mulheres de Casale fazem. Ela flutua constantemente no ar da cidade, enfiando-se dissimuladamente – invisível e inodora – nas vias respiratórias. E o problema é que pouquíssima quantidade é suficiente para matar, mesmo após muito tempo. Tanto é assim que, no curso dos anos, adoece (e morre) Maria Pastorino, da padaria que fica ao lado da fábrica, onde os operários corriam famintos nos horários de revezamento dos turnos. Adoece (e morre) o ex-secretário da Câmara do Trabalho, Guglielmo Cavalli. Adoece Piercarlo Busto, funcionário de banco, morto aos 33 anos “por causa do amianto”, como diz o obituário pendurado nos muros da cidade. Adoece (e morre) a agente de seguros Gianna Gonnella. E ainda morre de mesotelioma de pleura Paolo Ferraris, vereador regional e promotor dos primeiros financiamentos para o saneamento. Pessoas que nunca entraram na fábrica. Estes são apenas uns poucos exemplos. Na realidade os casos são muito mais numerosos. A origem do mesotelioma para eles é uma só: viver em Casale, cidade bonita, mas “infectada”, contaminada, envenenada pelas fibras de amianto. E a lista das vítimas da poeira, isto é, da Eternit, cresce sem parar, semana após semana. Entre elas, o garçom da Praça Castello, o ex-funcionário da empresa suíça, o vigia de trânsito Lorenzo Ferruti, a vereadora municipal responsável

pelas questões ambientais Luisa Minazzi, fundadora da seção local da Legambiente e sempre engajada na luta contra o câncer de Casale. Ela mesma comunica publicamente a amarga surpresa de estar doente: “mas quero continuar a lutar até o fim também para ajudar a pesquisa sobre o mesotelioma, porque é preciso dar esperança a todos”.

Durante todas as assembleias convocadas para informar os cidadãos sobre os progressos da “questão amianto”, há um momento em que os olhares procuram a última vítima, o novo doente de que se teve notícia. E ele, ou ela, um dia, sem nem perceber, se torna protagonista, cercado pela incontável e amarga euforia de quem se sente o centro da atenção e animado pelo otimismo de quem realmente acredita na possibilidade de vencer a doença tão familiar na cidade.

Sussurradas entre vizinhos de casa ou gritadas em cartas enviadas aos jornais, ou ainda durante as assembleias, submissa ou clamorosamente, emergem tantas histórias até então fechadas na dor das paredes domésticas; o sofrimento e os lutos das famílias tornam-se patrimônio e não um peso para a coletividade que, apesar de tudo, deve acertar-se com esta realidade. As reuniões são sempre muito concorridas, talvez em razão da natureza piemontesa, ou talvez porque a coletivização da dor está funcionando.

Contudo, a situação permanece muito difícil a ponto de influir sobre o humor de muitas pessoas. Uma pesquisa da Universidade de Turim demonstra que, neste período, aumentaram as síndromes depressivas e os distúrbios do humor em Casale. É exemplificativo o caso de uma das secretárias do advogado Bonetto, que acompanha um após o outro, os casos das inúmeras vítimas do amianto que transitam pelo escritório de advocacia. Ainda que se trate de trabalho, e mesmo ela estando acostumada a tratar de assuntos nem sempre agradáveis, ao conhecer as vicissitudes daquelas pessoas, acompanhando indiretamente a evolução de suas doenças por meio de certidões, de telefonemas para desmarcar consulta e de atestados de óbito, ela acaba envolvida emocionalmente a ponto de precisar de um período de repouso.

É, de fato, um boletim dramático, que começa com mais de 2.000 casos de doenças profissionais relacionadas ao amianto só em Casale, aos quais devem-se acrescentar os dados dos outros municípios da “zona Eternit”, a mina de Balangero, Cavagnolo, sede de um estabe-

lecimento Eternit, e outras localidades italianas como Bagnoli e Reggio Emilia. É um quadro em que se enfrentam não apenas os promotores da luta anti-amianto e a Eternit, mas que envolve diferentes esferas institucionais e políticas. Os objetivos devem priorizar a restauração das condições de segurança para a saúde dos habitantes de Casale e uma melhor intervenção no campo médico-científico para curar os que já foram atingidos por patologias geradas pela poeira. A luta se torna então global, segundo uma das palavras de ordem das assembleias públicas, com objetivos claros, ambiciosos e legítimos. Na Itália, os tumores originados pela atividade profissional matam ao menos mil pessoas por ano. Os mesoteliomas têm aumentado, entre a década de 70 e o fim da década de 90, a um ritmo de 15% ao ano.

Entre os primeiros objetivos está, portanto, o saneamento de um território que registra toneladas de amianto espalhadas em qualquer lugar. A ideia é construir um Monferrato livre do amianto. Para isso, é preciso de promulgação de leis e de financiamentos *ad hoc*³⁹. O primeiro passo é providenciar a limpeza dos edifícios públicos acompanhado de um planejamento para os locais privados. Sob o impulso da ação do grupo de Casale, entram em vigor as disposições legislativas que introduzem financiamentos públicos totais para a remoção das “poeiras finas”, isto é, dos materiais que esfarelavam, portanto, mais perigosos. E contribuições de até 50% dos custos para os revestimentos em amianto. O plano de saneamento territorial prevê também a realização de um depósito de lixo adequado para eliminação do amianto da Eternit, segundo uma exigência posta pelo comitê e pelas instituições locais, depois de que – desde o fim da década de 90 – a Prefeitura tinha ativado um serviço de coleta e de eliminação gratuita, para os cidadãos que queriam livrar-se de todos os materiais perigosos presentes nas habitações.

A outra grande emergência refere-se às formas de intervenção diretas sobre a saúde de quem já adoeceu e de toda a população, potencialmente em risco devido à exposição ao amianto. O inimigo número um, o pesadelo, a ameaça, tem um nome: mesotelioma. Para a luta contra o tumor letal, cujo nome é tão familiar na região do Monferrato, é preciso de instrumentos novos e adequados capazes de garantir prevenção, diagnóstico, cura, pesquisa e assistência. Casale reivindica o equipamento para enfrentar esta emergência, a

³⁹ (N.T.R.) – *Ad hoc* – para um determinado fim ou específico.

cidade quer fornecer as respostas impostas pela epidemia de câncer do amianto. Para isso precisa de centros de pesquisa epidemiológica, biológica, genética e tudo que for necessário para restabelecer a normalidade onde a Eternit semeou morte. O grupo de sindicalistas que lidera a “questão do amianto” (*Vertenza Amianto*) reivindica o fortalecimento da unidade oncológica do hospital da cidade, assim como dos serviços de pneumologia, diagnóstico e ressonância magnética e de outras unidades médicas fundamentais espalhadas pelo território, entre Novara, Alessandria e Valenza. O objetivo seria implantar, naquela pequena cidade do Piemonte - que de outro modo permaneceria anônima - o posto avançado, a central operativa, o observatório da guerra ao mesotelioma. Plano que pode soar ambicioso, mas é absolutamente coerente com a absurda situação que se criou. É um projeto que requer uma forte coordenação entre as diferentes estruturas sanitárias, os centros de investigação científica e as áreas administrativas. Os promotores da rebelião de Casale têm uma proposta sobre cada aspecto desta transformação ditada pela necessidade. Mas, sobretudo, eles têm claro o fato de que precisam, de imediato, de uma assistência médica eficaz, fácil de ser utilizada, humanizada, em conjunto com uma assistência domiciliar, assessoria, apoio às famílias dos milhares - sim, já estamos na ordem de grandeza de milhares - de pessoas afetadas por patologias desencadeadas pela presença de fibras de amianto respiradas em cada canto.

CUIDADO COM AQUELES DOIS

Ao longo de toda a década de 90 na cidade sucederam-se convenções, assembleias, debates, reuniões em todos os níveis sobre o tema do amianto. Partem de Casale, sem parar, apelos e delegações dirigidas não apenas a Roma, mas também às cidades europeias que sofrem com o mesmo câncer produzido pela poeira venenosa. Organizam-se também exposições com instalações sugestivas, como as “caixas da memória”, peças teatrais, filmes e livros sobre os monstruosos fatos da Eternit. A imprensa, ainda que de forma inconstante, começou a prestar atenção ao caso da cidade sufocada pelo amianto. Aqui surgem as primeiras petições, as propostas de lei e sugestões para aplicação dos recursos provenientes de leis orçamentárias. Sempre as mesmas pessoas estão por trás de todas estas iniciativas:

Pesce, Pondrano e, segundo as necessidades, o técnico ou o político capaz de sugerir ideias aos incansáveis sindicalistas de Casale.

Entramos assim no novo milênio. E a esta altura, após ter conduzido e ganho o maior e mais desafiador contencioso trabalhista da história do INAIL, conseguindo o reconhecimento dos danos em favor dos trabalhadores da Eternit, após ter conquistado a lei 257 de 1992, que bane o amianto, e ter mantido aberta a frente que pede a indenização por falência da sociedade suíça no tribunal de Gênova, para os dois sindicalistas e para os advogados que desde um quarto de século dividem com eles o pão nosso de cada dia, numa batalha civil estimulada pela dor, chega o momento de dar o golpe de mestre, o mais veemente, o mais difícil, sob muitos aspectos, o mais ambicioso e desafiador, o movimento capaz de acender outros e mais fortes canhões de luz sobre a história: um novo processo contra a Eternit. Desta vez não mais contra uma entidade abstrata ou poucos dirigentes anônimos. Não, desta vez o alvo é enorme, poderoso, perigoso, talvez inatingível. Na mira dos liliputianos do Monferrato estão os donos do colossal grupo empresarial suíço, os herdeiros do império Schmidheiny – que desde o início dos anos 70 comandam o grupo Eternit e, portanto, também os estabelecimentos espalhados pelo mundo – e o sócio deles, o barão belga De Cartier de Marchienne. Sobre eles concentram-se agora acusações pesadíssimas lançadas por uma cidade inteira: a imputação de responsabilidade pelas centenas de mortes, de gerações dizimadas, de vidas não vividas e de sofrimentos contínuos. É isto que é preparado entre as paredes da Câmara de Trabalho de Casale, por dois escritórios de advocacia de Turim e na sala Tartara de Praça Castello: uma mistura de ingredientes humanos, econômicos, jurídicos, científicos, técnicos e midiáticos, que gera a imagem, exagerada, porém eficaz do “processo do século”.

4. O PROCESSO

A ofensiva que não parecia possível, o desafio destinado a ficar preso entre as frases mais duras dos amargurados diálogos entre feridos, teve início formalmente em 22 de dezembro de 2004. Turim vivia a loucura típica da semana do Natal, incomodada apenas por uma pequena manifestação promovida pelo INCA e animada por algumas dezenas de pessoas vindas de Casale – encabeçadas por Romana Blasotti Pavesi – e de Nápoles.

No meio da manhã, um pequeno grupo composto por advogados e sindicalistas se reúne para tomar um café em um bar que fica em frente ao Palácio da Justiça. Eles aparentam modos discretos, comedidos mas, ao mesmo tempo, respondendo com risadas as gozações jogadas no meio do círculo. É como se uma mistura de euforia e inquietação tivesse contagiado a todos. Depois os olhares concentram-se sobre o advogado de bigode, que faz um movimento amplo com o pulso esquerdo para ver a hora. “Vamos, força”, fazendo um gesto com a cabeça para indicar um lugar indefinido, mas que parece ser claro para todos os que compõem o grupo. O advogado Sergio Bonetto caminha com passos resolutos para o elevador central, enquanto os colegas Anna Fusari, Paolo Pissarello, Oberdan Forlenza e o advogado do INCA, Massimo Di Celmo, seguem atrás dele desordenadamente. A onipresente dupla Pesce-Pondrano e o secretário da CGIL do Piemonte, Vincenzo Scudiere, também estão junto com eles. Todos

receberam a mensagem de encorajamento e de apoio incondicional da advogada de primeira hora, Bianca Guidetti Serra.

Os defensores legais carregam suas inseparáveis malas portadocumentos prestando muita atenção, como se desta vez não guardassem papéis, mas ovos, cristais, ou até explosivos. Sobem até o quinto andar da ala que abriga os escritórios da Procuradoria da República. Têm um compromisso que centenas de pessoas esperam há dezenas de anos. Dirigem-se à Chancelaria para apresentar queixa e denúncia. São 56 páginas que resumem toda a fome de justiça, o sofrimento, tudo que uma cidade inteira e seus habitantes sofreram durante mais de 80 anos. É uma lista dos danos sofridos, das causas que os provocaram e, também, dos nomes dos culpados disto tudo. Nomes importantes, impronunciáveis não apenas pelas dificuldades implícitas da fonética germânica. São os nomes dos donos da Eternit, dos herdeiros do império construído sobre o amianto. Neste primeiro e quase temerário ato judiciário estão os nomes dos proprietários do colosso mundial Eternit: os irmãos suíços Thomas e Stephan Schmidheiny e o barão belga Louis de Cartier de Marchienne. Quer dizer, os herdeiros das dinastias dos donos do amianto, pessoas riquíssimas e muito poderosas, gerações que atravessaram pelo menos três séculos. Contra eles, o povo de Casale Monferrato move formalmente uma acusação duríssima: aqueles senhores sabiam que o amianto era nocivo à saúde, sabiam que estava matando, mas escolheram consciente e deliberadamente não converter imediatamente a produção perigosa.

Preferiram, em nome do lucro, atrasar pelo menos 20 anos a eliminação da lucrativa mas letal matéria-prima. Seriam eles os responsáveis por tantas mortes, inúmeras doenças e pelas que ainda devem manifestar-se em razão dos danos ao ambiente infestado de amianto. Em síntese, os advogados contam em 56 páginas a história de venenos, de cinismo homicida, de escolhas mantidas secretas e da cumplicidade em altíssimo nível dentro das discretas fronteiras helvéticas. Tudo era decidido na Suíça e, portanto, as responsabilidades pesam sobre a cúpula da Eternit. Exatamente sobre os dois bilionários herdeiros do império Schmidheiny e o nobre De Cartier, representante de uma dinastia que tem parentesco com a casa real da Bélgica.

Mas quem são os Schmidheiny do terceiro milênio? Thomas e Stephan são dois riquíssimos senhores de cerca de 60 anos, homens

de sucesso, ligados às mais importantes potências econômicas e políticas do planeta. Eles sempre seguiram a regra do pai Max: investir continuamente o dinheiro, em todos os lugares, da Nicarágua até o Monferrato. Desta forma multiplica-se um patrimônio já inicialmente notável.

Stephan Schmidheiny está bem inserido nos mais influentes ambientes internacionais: representante da ONU para o desenvolvimento sustentável, conselheiro de Bill Clinton, docente de globalização junto a algumas universidades pontifícias, dois títulos *ad honorem* nos Estados Unidos, fundador do Conselho Mundial do Comércio para o desenvolvimento sustentável, idealizador da Swatch, acionista do UBS e da Nestlé, filantropo pluripremiado com 1,5 milhões de dólares doados em beneficência, herdeiro aos 26 anos da direção do grupo Eternit, com ramificações em 72 países. Uma vez fechado o capítulo do amianto e do cimento, ele fala, sobretudo, de natureza e defesa do meio ambiente com o tom de camponês de outros tempos. E escreve livros cuja mensagem é mais próxima ao movimento antiglobalização do que dos ambientes que ele frequenta habitualmente. O amianto? Sim, ele tinha consciência, mas não leva nem em consideração a hipótese de que possa ter tido alguma responsabilidade na chacina provocada pela poeira de suas fábricas. Pelo contrário, ele se sente um herói da batalha contra o mineral assassino: “quando olho para trás e vejo as vítimas do amianto – escreve em sua defesa – consolame o fato de ter ficado firme na decisão de interromper a produção deste mineral”. Sim, é isto o que ele diz de si mesmo, apontando o dedo contra o resto do mundo, governos e indústrias que não perceberam – como ele percebeu – os perigos, e que nada fizeram para evitar o pior.

O irmão Thomas, dois anos mais velho, ainda é titular da primeira indústria de cimento do mundo, a Holcim, e roda pelo mundo junto com a irmã realizando fabulosas exposições itinerantes de arte, uma grande paixão de família. Tem interesses que vão desde o turismo até seus vinhedos na Suíça, outra figura bucólica, e também “muito discreta”, segundo a melhor tradição dos bilionários suíços. Narra-se que ele visitou diversas vezes Casale Monferrato, mesmo sem nunca deixar de dizer que ele nada tem a ver com as coisas terríveis que se passaram entre aquelas colinas. E efetivamente teria constatado pessoalmente que a situação não era “normal”, mas realmente “tóxica”.

O barão Louis de Cartier de Marchienne – chamado a responder pelos danos provocados pelo amianto junto com os dois irmãos helvéticos – é descendente de uma importante família de nobres e diplomatas a serviço do rei Leopoldo e foi condecorado com a insígnia da Ordem da Coroa da Bélgica. Ele é homem de negócios e, durante os anos 60, esteve no topo da Eternit, que controla a ETEX. Mais tarde, no limiar dos anos 70, cede boa parte de seu poder no negócio do amianto aos sócios suíços, mantendo contudo uma importante participação. Considerando a potência econômica e política dele, não é casual que na Bélgica, o seu país, o uso do amianto só foi definitivamente proibido em 1998.

NADA DE FATALIDADE

Antes de levar a cabo o processo judiciário mais audacioso e esperado, o comitê sobre a “controvérsia amianto” (Vertenza Amianto) de Casale Monferrato juntou um imponente arquivo de informações, sobretudo graças ao trabalho minucioso desenvolvido pelo INCA, quando preparava os pedidos para o reconhecimento das doenças profissionais. É exatamente a partir deste vasto arquivo de informações que correm as acusações contra o vértice do gigante industrial. Lê-se nas primeiras páginas da queixa de 2004; “Diversos elementos patenteados no curso dos colóquios com as vítimas, obtidos através de documentos fortuitamente descobertos ou por meio de publicações estrangeiras, induzem os requerentes a presumir que grande parte das patologias e das mortes seja fruto de uma estratégia de empresa adotada conscientemente a partir dos anos 70 e voltada a atrasar – em alguns casos por meio de claros instrumentos – a proibição, em escala internacional, das produções de artefatos de amianto”. A acusação – gravíssima – é a de que, enquanto a letalidade do pó para a saúde humana já era evidente desde os anos 70, a cúpula da Eternit teria “de fato operado para distorcer e ocultar as informações, continuando no exercício de atividades industriais difusoras de gravíssimas patologias”. Em suma, “comportamentos de gravidade inusitada e de certa relevância penal”.

As denúncias de Casale associam-se também as das vítimas – ex-operários e simples cidadãos que nunca entraram num estabe-

lecimento do grupo suíço – de outras sedes da Eternit na Itália: Bagnoli (Nápoles), Siracusa, Rubiera (Reggio Emilia), Balangero (a mina na província de Turim) e, obviamente, a de Cavagnolo (sempre na província de Turim). Porque a convicção, suportada pela documentação, é a de que em todas as fábricas do mundo – e com certeza nas italianas – aplicavam-se rigidamente as ordens emanadas pela sede central suíça, inclusive a de complicar a atuação de sindicalistas, promotores públicos, jornalistas e abelhudos de todo tipo. Um trabalho meticuloso possibilitou inclusive a reconstrução dos processos decisórios, para afirmar, com suficiente zelo, que entre 1970 e 1986, ano do fechamento e da falência do ramo italiano, as estratégias e as políticas que interessavam aos sítios de produção italianos tenham sido executadas a nível centralizado pela Eternit AG, com sede em Niederurnen.

“A direção suíça intervinha diretamente sobre todas as escolhas de gestão das empresas controladas, usufruindo de centros específicos de consultoria médico-científica. Foi sempre a direção suíça – lê-se na queixa – a passar todas as indicações técnico-produtivas necessárias ao normal funcionamento dos estabelecimentos, os quais estavam sob constante monitoramento, seja no que concerne à produção ou ao meio ambiente”. Com base em depoimentos prestados por alguns dirigentes da Eternit, mostrou-se que, desde a década de 70, teve início “uma estratégia mundial que levou o grupo à reconversão, com *a máxima lentidão possível*, das produções de amianto em outras atividades menos perigosas”.

Nesta reconstrução acusatória, uma velha práxis adotada pela empresa de Casale Monferrato, de Cavagnolo e de outros estabelecimentos italianos, adquire particular gravidade: a doação de resíduos aos funcionários da empresa e moradores da cidade. “Assim fazendo – escrevem os advogados que representam as vítimas do amianto contra a cúpula do grupo helvético – contribuíram, inclusive através da trituração e distribuição de material defeituoso transformado em brita, a uma dispersão de material cancerígeno na cidade, cuja utilização sofreu incremento em razão da gratuidade da oferta. O caso muito frequente de uso impróprio do resíduo de material da Eternit para pavimentação de vias ou quintais, ou ainda para isolamento artesanal de ambientes habitados, foi efetivamente encorajado pela empresa, talvez acreditando que a extrema difusão de seus produtos, a baixo custo ou de graça, constituísse a melhor garantia

para criar um consenso entre a população e trabalhadores sobre a forma de produzir da empresa”.

Agora que eles estão convencidos de que é possível demonstrar que os máximos dirigentes do colosso do cimento-amianto sabiam da nocividade das substâncias utilizadas, lembrar estes particulares da política da empresa evidencia uma espécie de deliberado delito. E não seria o único, se continuarmos a reler a história da Eternit neste quadro de ações conscientes: “A empresa, entre outras coisas – afirma a denúncia dos advogados – nunca forneceu aos funcionários e trabalhadores, ocupados em atividades de transporte dos materiais, informações sobre a periculosidade dos produtos, assim como nunca forneceu meios específicos de proteção individual, permitindo o transporte dos materiais sobre caminhões descobertos e obrigando os trabalhadores a lavar a roupa de trabalho em seu domicílio, favorecendo a circulação deles fora do estabelecimento com uniformes sempre impregnados de pó de amianto”. A isto soma-se o fato de que “tanto matérias-primas quanto produtos acabados sempre foram conservados dentro do estabelecimento em áreas expostas à ação de agentes atmosféricos (o vento em particular) capazes de determinar sua dispersão no ambiente ao redor”. Um exemplo é o dos tubos que nunca foram devidamente limpos da poeira e, num primeiro momento, foram deixados ao ar livre e depois carregados sobre caminhões descobertos. Um desastre. Uma sequência de comportamentos que, sempre segundo a hipótese acusatória de que se tinha consciência dos riscos associados ao amianto, projeta sobre os chefes da Eternit uma luz realmente inquietante. E os motivos para apontar o dedo contra os máximos representantes, os proprietários da multinacional, existem. Torna-se evidente o fato de que as políticas da empresa em matéria de segurança e ambiente não foram “determinadas com autonomia pelos dirigentes italianos das sociedades do grupo Eternit Itália, mas que provinham, assim como as diretivas econômicas e financeiras, de sujeitos estrangeiros que sempre gerenciaram a produção do amianto na Itália como uma simples peça de uma produção mundial centralmente dirigida, em suas linhas essenciais, pela sociedade Eternit AG com sede em Niederurnen”. E colocando nomes e sobrenomes para cada responsabilidade, o cerco fecha em torno dos dois descendentes, agora mais que adultos, da família Schmidheiny, que desde os primeiros anos 70 tiveram o controle quase que total do grupo.

SÓ EXISTE UMA ETERNIT

A própria historiografia da Eternit oferece aos denunciadores algumas importantes confirmações acerca da verdadeira cadeia de comando que, a partir de algum escritório suíço, moveu as alavancas que produziram seus poeirentos e nefastos efeitos entre as colinas do Monferrato, às margens do rio Pó, na planície padana⁴⁰, no golfo de Nápoles, na Sicília e em muitos outros pontos do mundo. Desde 1923, o papel da família Schmidheiny, na gestão do grupo Eternit, foi assumindo cada vez mais importância, quando, a partir de 1972, tornou-se um controlador quase que absoluto, segundo as reconstruções realizadas pelas mastodônticas perícias judiciais promovidas pela procuradoria. A gestão operativa passou dos sócios do “grupo belga” para os suíços. Isto é, para os Schmidheiny, cujo controle – segundo a reconstrução das perícias ordenadas pela procuradoria de Turim – é desde o começo mais capilarizado do que o exercido pelos belgas. Além disto, a família Schmidheiny continuou promovendo aumentos de capitais na Eternit SPA, mesmo quando os outros sócios se recusaram a fazê-lo, vendo-se, assim, crescer rapidamente sua participação no capital social da empresa.

Neste período, ninguém da família assume diretamente cargos sociais. Contudo, a sociedade está sob o controle do grupo suíço, identificável com os Schmidheiny. E não se trata apenas de elaborar estratégias industriais ou linhas financeiras porque, na realidade, emergem provas específicas da ingerência da matriz suíça sobre as escolhas da Eternit SPA no que diz respeito à obtenção de financiamentos, investimentos em maquinário e instalações, à política sindical e à política de gestão do risco amianto; ou seja, nos nós sensíveis da catástrofe que se abateu sobre Casale Monferrato.

A tomar as rédeas da multinacional está Stephan Schmidheiny – um dos dois filhos de Max e neto do patriarca Ernst – o qual, em 1975, com apenas 28 anos de idade, assume o cargo de chefe executivo da Eternit AG. Esclarecendo: não é um período “inócuo” do ponto de vista das produções realizadas porque é o ano da introdução nos mercados das telhas onduladas, um sucesso mundial rumoroso

⁴⁰ (N.T.R.) – *Pianura Padana* ou planície padana é relativa ao vale do Pó que é o maior rio italiano, que passa por muitas cidades importantes, incluindo Turim, e que corta a principal área industrial do país. Fica na região centro-norte da Itália.

para a Eternit, que consegue vender seus produtos também (e, sobretudo) às faixas mais pobres da população. Basta olhar para as favelas e constatar a difusão dos acabamentos em cimento-amianto forjados pelos estabelecimentos do colosso helvético.

A grande virada, pelo menos em teoria, só chega em 1978, quando Stephan Schmidheiny se torna presidente do conselho de administração e, na ocasião do septuagésimo quinto aniversário da empresa familiar, anuncia a decisão de renunciar, *em perspectiva*, à fabricação de produtos que contêm o amianto. A versão oficial, contada com estilo pomposo em publicação da própria multinacional, não explica como e porque ele amadureceu tal decisão. Mas a eliminação do amianto não é de forma alguma uma passagem simples para um colosso industrial que construiu fortunas imensas, exatamente sobre o mineral, que atravessaram os séculos e os oceanos. Evidentemente, também nas escrivadinhas influentes, em Niederurnen, devem ter chegado os relatórios médicos e os textos jurídicos de meio mundo que explicam com todas as letras que a fibra mata. Mas este detalhe não se encontra na publicação oficial. O que a elogiosa biografia da Eternit conta é, mais exatamente, a surpreendente velocidade – quatro anos apenas – com que os laboratórios suíços conseguiram desenvolver “uma mistura de fibras que podem ser integradas ao processo de produção em curso”. No documento lê-se: “em 1984, 50% da produção já pode ser entregue livre de amianto”. Deste modo, depois de 1989, quando Thomas Schmidheiny retoma de seu irmão Stephan o controle de todo o capital acionário e a presidência do conselho de administração, “em 1994 a era do amianto chega ao fim” porque “é fabricado o último tubo que contém amianto”. Viva. Pode-se serenamente comemorar o século da Eternit, em 2003, com um alegre dia “de portas abertas”, o novo milênio chegou, esqueçamos nós do século XX.

Esta é a história segundo o grupo suíço. Mas a versão acaba se tornando fonte de prova da responsabilidade da cúpula da Eternit, segundo aponta o povo de Casale. Efetivamente, além dos diversos indícios sobre a centralidade das decisões relativas ao início de algumas produções em todos os estabelecimentos, há a confirmação, preto no branco, do fato de que “só em 1978 inicia-se uma política de progressiva cessação do amianto, material que, ainda em 1984, estava presente em 50% da produção da Eternit e que só foi definitivamente suspenso em 1994”. Outro dado objetivo diz respeito à cadeia

de comando que, em última análise, conduz a um vértice em que se sucedem os dois herdeiros Schmidheiny.

A reconstrução dos advogados da “controvérsia amianto” de Casale insiste sobre alguns elementos que levam a presumir que foi mesmo de lá de cima, junto à sede central, que todas as decisões importantes foram tomadas desde a época em que toneladas de amianto chegavam ao Monferrato, até o fechamento do estabelecimento do Piemonte, quando já a cidade contava os mortos pelas doenças associadas ao pó maldito. A denúncia ainda lembra que muitos funcionários italianos foram mandados para estabelecimentos estrangeiros que não tinham vínculo algum com a Eternit Itália, “o que leva razoavelmente a presumir a existência, junto à Eternit AG, de um centro de gestão de Recursos Humanos do grupo”. O mesmo acontecia em outros países e sempre após um curso de formação junto à sede central. Além disto, a sede central suíça organizava cursos de formação e atualização técnica em Niederurnen, lugar em que se decidia sobre a atividade produtiva e financeira dos estabelecimentos italianos, e da mesma forma, sempre desde a sede central, dava-se instrução acerca das técnicas de produção e gestão. No plano da organização, existia uma sociedade sugestivamente chamada de “Amiantus” criada especificamente para gerir “todas as informações relativas ao perfil tecnológico das produções”. Mais centralizado do que isto...

Há mais elementos ainda, segundo aponta o ato de acusação popular apresentado em 2004: “O grupo servia-se, para a gestão das atividades produtivas, de empresas participantes de estruturas específicas como o Asbest Institut de Neus (Suíça), constituído e financiado pela Eternit AG e dirigido, durante anos, pelo doutor Robock, com o objetivo de monitorar as produções em todos os países e fornecer indicações técnicas que garantissem a possibilidade de continuar produzindo com amianto mesmo perante as intervenções legislativas ou administrativas dos Estados que visavam limitar ou controlar a emissão de pó de amianto”. Em suma, tratava-se de um comitê técnico-jurídico que deveria prover instruções para burlar as normas de cada país, que poderiam ser obstáculos à atividade da indústria associada à fibra mineral, que já estava na mira de médicos e instituições de meio mundo. O doutor Robock viajava continuamente para os diversos estabelecimentos para obter elementos úteis e depois elaborar “verdadeiras prescri-

ções acerca dos níveis de poluição toleráveis”, bem como “manuais ‘de defesa’ para os dirigentes de cada estabelecimento em caso de contestações relativas à nocividade das produções por parte de órgãos públicos e órgãos de imprensa”.

O mesmo instituto trabalhou para promover ou organizar, entre a década de 70 e 80, convenções científicas internacionais, algumas também junto ao Instituto Politécnico de Turim, que fica a dois passos das localidades contaminadas pelo pó, “com o objetivo de sustentar a tese de que é possível tecnicamente prosseguir sem riscos na produção de produtos com amianto, adotando técnicas específicas”. Uma espécie de catequese que custa bastante dinheiro e que aparece evidentemente orientada, em anos em que o efeito cancerígeno produzido pela inalação de fibras de amianto é já amplamente conhecido, “para atrasar a difusão do conhecimento científico, permitindo desta forma planejar num período de cerca de 15 anos a cessação das produções cujas consequências letais já eram do conhecimento de todos os operadores do setor”.

A CGIL, o INCA, a Câmara do Trabalho e a Associação dos Familiares das Vítimas denunciam tudo isto em sua queixa. E a propósito das informações sobre a periculosidade do mineral fibroso e das normas de prevenção acrescentam: “É suficiente pensar no fato de que as diretivas da Comunidade Europeia (CEE) para o banimento do amianto remontam a 1981 e os conhecimentos científicos que levaram à elaboração de tais normas eram conhecidas pelos especialistas do meio, desde os anos 70”. Enfim, uma acusação gravíssima que pesa como chumbo, e que, por uma espécie de vingança, funda-se em muito sobre as afirmações dos mesmos acusados. Como as de Stephan Schmidheiny, numa entrevista ao diário nicaraguense “La Prensa”, de 13 de outubro de 2003 quando diz que: “Aos 27 anos herdei o maior império mundial de cimento-amianto e não demorei a perceber que se tratava tanto de uma maldição quanto de uma oportunidade. Abandonei o amianto no momento justo. Como minha força no mercado me dava o tempo necessário para desenvolver novas tecnologias, eliminei o amianto dos meus produtos, criando novos bens de fibrocimento. Em alguns casos, vendi as empresas ou as fechei. Isto me permitiu diversificar as produções”. E concluiu: “Sem dúvida o destino me sorriu e abençoou meus novos projetos. Agora sou muito mais rico do que eu era quando herdei a fortuna do meu pai”.

Palavras ousadas, que entram diretamente no requerimento dos habitantes de Casale, pois são muitos os fatos que parecem não suportar a teoria dos tempos “justos” brandidos pelo senhor do amianto. Por exemplo, Schmidheiny não explica como foi possível obter da SUVA, a entidade pública suíça de seguro por acidente de trabalho, que pode ser comparada ao INAIL italiano, o atestado de “não periculosidade dos processos produtivos, que depois foram aplicados a todos os estabelecimentos Eternit do mundo, no que diz respeito à produção de produtos que continham amianto”. E o requerimento de 2004 vai além: “A prestigiosa certificação – leia-se da SUVA – obtida através de métodos não conhecidos aos requerentes, mas abertamente contrastando com os conhecimentos científicos da época, consentiu, com a protelação do banimento dos produtos de amianto, numa difusão em escala planetária de tais artefatos, produzindo efeitos que os requerentes, no que diz respeito às áreas de Cavagnolo e Casale Monferrato, podem infelizmente documentar através da longa lista de mortes anexada, lista destinada a crescer em razão da longa latência das patologias originadas pelo amianto, por muitos anos ainda”.

Dúvidas que pesam como chumbo. Às quais se acrescentam a outras que afloram também do outro lado dos Alpes. “Na realidade a *glasnost*⁴¹ ostentada pela Eternit – escreve Stefano Guerra num artigo publicado na Suíça em 2004 e anexado à denúncia dos sindicalistas piemonteses – é uma espessa cortina de fumaça que a empresa usa há anos para ocultar dados e informações indispensáveis para compreender plenamente o significado e o legado de sua trágica herança, assim como as razões da fuga diante das responsabilidades para com os ex-operários. Ao invés de orgulhar-se de seu “papel de pioneiro” a nível mundial na reconversão do cimento-amianto para fibrocimento – continua o duro artigo – a Eternit deveria explicar por quais motivos a decisão de abandonar o material cancerígeno só foi tomada mais de 10 anos após a ligação entre a inalação de fibras de amianto e o mesotelioma terem sido demonstrados claramente, em particular com a publicação dos estudos do doutor Irving Selikoff no ‘Journal of the

⁴¹ (N.T.R.) – Palavra russa que significa literalmente “publicidade” no sentido de “domínio público”; traduzida mais constantemente como “transparência”. Glasnot foi a política de liberalização e abertura implementada por Mikhail Gorbachev na antiga União Soviética nos anos 80.

American Medical Association’ em 1964”. E ainda: “A empresa de Niederurnen deveria indicar também por quais motivos o processo de reconversão durou mais de 20 anos”. Um ataque direto contra Stephan Schmidheiny: “em alguns países seu estado-maior encontrou materiais substituíveis. Mas onde os ingredientes alternativos eram caros demais, ou de baixa qualidade, a Eternit continuou a utilizar o amianto até o fim dos anos 80, isto é, durante pelo menos 20 anos após seus perigos à saúde terem sido amplamente reconhecidos”.

A empresa, segundo o jornalista suíço, sempre se defendeu “afirmando que todas as possíveis medidas de proteção haviam sido adotadas”, coisa que os trabalhadores italianos, inclusive os que emigraram para as fábricas suíças, desmentem seca e incontestavelmente. Cadê, então, a transparência? Muitas questões inquietantes ainda ficam sem resposta: “Onde estão os milhares de trabalhadores expostos à poeira do mineral cancerígeno nos estabelecimentos de sociedades controladas pela família Schmidheiny na Europa, no Oriente Médio, na África e na América Latina? E finalmente – a pergunta provocatória – se a Eternit praticasse realmente a *glasnost*, por que tentou, por todos os meios possíveis, opor-se à solicitação da procuradoria de Turim de fornecer o livro com a relação dos operários empregados em Niederurnen, assim como seus históricos pessoais em posse da SUVA?”.

O TÚNEL

Este é, portanto, o ato de acusação lançado por Casale Monferrato e que acolhe a reclamação por justiça dos trabalhadores das outras fábricas italianas do grupo. Os advogados, sindicalistas e cidadãos engajados nesta batalha sabem que será um processo difícil. No passado já tentaram bater às portas de algum juiz, diretamente à Procuradoria de Casale Monferrato, mas – como lembra o advogado Bonetto com um sorriso amargo e sarcástico ao mesmo tempo – os dirigentes daquela sede judiciária eram os primeiros a não acreditarem na possibilidade de trazer a Eternit ao tribunal: “Advogado, conforme-se – disseram-lhe uma vez – porque este processo não acontecerá nunca”. E agora, pelo contrário, tudo parece que em breve os vértices do colosso industrial e financeiro serão chamados a responder pelas gravíssimas acusações em ação pública, que alguns já definem como “o processo do século”.

Porque em Turim a batalha do movimento de Casale encontrou apoio do procurador adjunto Raffaele Guariniello, um magistrado que dedicou toda sua vida profissional a iniciativas judiciais voltadas à defesa da saúde no ambiente de trabalho. Ele produziu, quando no início exercia o cargo de juiz de primeira instância, a primeira jurisprudência italiana sobre o amianto, além de outras sobre milhares de situações que ameaçam a saúde ou a vida dos trabalhadores. Ele parece acreditar na oportunidade de investigar na direção indicada pelas próprias vítimas. Aliás, seu escritório já trabalha há tempos sobre os dossiês do amianto e da Eternit, e, justamente por este motivo, o processo acaba em sua escriturinha.

Mas uma pista que conduz diretamente às altas esferas da multinacional suíça é fornecida, paradoxalmente, pela própria empresa. Provavelmente por distração ou por subestimação. O escorregão suíço que abre o caminho para a procuradoria de Turim dos escritórios de Niederurnen chegou junto com a primeira fase do processo relativo à falência da empresa, que é o braço de ferro judiciário entre Casale Monferrato e a Eternit. Quando, finalmente, os ex-operários receberam o dinheiro, o cheque que a Eternit SPA, falida em 1986, passou aos advogados para efetuar o pagamento proveio do Banco de Gotardo⁴². “Por que são os suíços a pagarem se nossos adversários sempre foram os italianos?” perguntam-se os advogados do sindicato. Efetivamente, atrás daquele cheque, esconde-se a primeira revelação da real relação entre a Eternit SPA e a Eternit AG: aquele dinheiro chega da conta de Stephan Schmidheiny. Os advogados italianos ainda não sabiam naquele momento, mas todo o grupo helvético parece realmente depender, também internacionalmente, de uma única cúpula. A investigação de Guariniello confirma e consolida esta intuição, dando força à grande suspeita: os dirigentes Eternit de Casale e de Gênova sempre agiram quase que como simples testas de ferro dos proprietários suíços.

Para os promotores da “controvérsia amianto” de Casale, o mergulho nesta aventura judiciária é como a entrada em um longo túnel na escuridão. Há euforia, mas também muita ansiedade. O temor fundado é o de ver todas as suas cartas serem aniquiladas por um adversário que joga sempre de acordo com as próprias regras e nunca perde. Nesta fase, consola contar com o trabalho do procurador Guariniello, porque finalmente a sensação que os advogados conse-

⁴² (N.T.R.) – São Gotardo – grupo de montanhas da Suíça.

guem passar a cada nova assembleia de familiares das vítimas é a de uma repartição jurídica que realmente usa todos os meios para romper a cortina de fumaça da famosa “discrição” suíça e superar o muro inabalável que, em alguns casos, as próprias instituições helvéticas constroem para proteger os segredos da Eternit.

A batalha mais dura, para os magistrados que investigam, é obter os documentos da SUVA, a entidade suíça que gerencia a previdência dos acidentes de trabalho. Aos requerimentos da procuradoria de Turim, opõem-se objeções de peso cada vez maior, até chegar ao recurso extremo do “segredo de Estado”. Isto seria suficiente para explicar o potencial de forças disposto pelos Schmidheiny, em termos de influência política, para defender seus negócios das investigações italianas. Mas a tenacidade de Guariniello permite chegar, em 2006, a um veredicto finalmente favorável da Corte Federal Suíça, o equivalente à Suprema Corte italiana. Os documentos da SUVA podem ser encaminhados para a Itália. Eles são documentos importantes, pois contam os pormenores da vida de trabalho de centenas de italianos – a grande maioria da província italiana de Lecce – emigrados para a Suíça com o objetivo de ganhar o pão trabalhando para a Eternit, em Niederurnen e em Payerne. Ao regressar à Itália para aproveitar a aposentadoria e a casa construída com muita economia, muitos entre eles descobrem-se doentes de mesotelioma da pleura e, em poucos meses, dizem adeus ao mundo. É a partir destas vicissitudes que a procuradoria de Turim inicia a primeira linha de investigação sobre a Eternit. E também por meio destes mesmos documentos os magistrados individuam provas do estreito vínculo de dependência entre os estabelecimentos italianos do grupo helvético e a matriz.

Porém, a barreira da SUVA não se constitui na única passagem difícil de uma investigação que deve escavar, buscando nos anos passados, em lugares mais secretos, um colosso industrial em um país notoriamente “retraído” quando se trata de negócios. Mas, finalmente, Guariniello consegue juntar um dossiê de mais de 200 mil páginas, isto é, 150 pastas que ocupam dois locais destinados exclusivamente a abrigar os documentos da investigação da Eternit, inclusive as atas das reuniões da SAIAC⁴³, isto é do cartel internacional

⁴³ (N.T.R.) – SAIAC – Associação das Indústrias do Cimento-Amianto com sede na Suíça e que era patrocinada por Ernst Schmidheiny, patriarca do clã Schmidheiny, e avô de Stephan.

que desde a década de 30 reunia os produtores mundiais de amianto para exercer um controle quase que total do preço e das informações sobre a fibra mineral letal.

Nestes anos de investigação, não faltam os contatos com a “contraparte”, isto é, com os advogados dos investigados. Em determinado momento, no verão de 2006, pareceu até que se havia chegado a um acordo para uma indenização dos familiares das vítimas por parte de Stephan Schmidheiny e do barão De Cartier, mas tudo se evaporou porque, exatamente durante uma reunião dos advogados, chegou a informação de que o Parlamento italiano está prestes a votar o indulto, aliviando assim a situação judicial e, por conseguinte, a responsabilidade dos três senhores do amianto. O objetivo, que parecia prestes a ser alcançado, se afasta de novo. Com isso, era preciso voltar a afiar as armas processuais.

Guariniello não omite nada e até consegue verbalizar as declarações de Thomas Schmidheiny e de alguns de seus íntimos, que se apresentam em Turim para serem interrogados. É apenas uma questão de paciência e de muito trabalho. E os resultados chegam. No início de agosto de 2007, a procuradoria de Turim expede o aviso de encerramento da investigação, síntese de anos de inquéritos necessários a estabelecer delitos e responsabilidades entre Casale Monferrato, Niederurnen, Rubiera e Bagnoli.

O primeiro elemento, o que chama atenção como um soco no estômago, é exatamente o número das mortes atribuídas aos investigados: 2.969.

Dois mil novecentos e sessenta e nove pessoas atingidas por doenças diretamente associadas à inalação de fibras de amianto, sendo o mesotelioma de pleura em primeiro lugar. E não se trata apenas de pessoas que trabalharam nos estabelecimentos italianos da Eternit ou de trabalhadores emigrados do país, desde os anos 50, para fazer seu pé de meia nas fábricas helvéticas ou alemãs da multinacional do cimento-amianto. Há também tantos cidadãos, sobretudo de Casale, epicentro da chacina causada pela poeira, onde, segundo a Justiça, as vítimas da fibra assassina, para as quais os proprietários do colosso devem responder, são 2.272 e, entre estas, pelo menos 482 nunca ultrapassaram os portões do estabelecimento da Eternit, ou pelo menos, este é o número apontado na documentação processual sem tempos de prescrição, com nexos de causalidade e todos os aspectos formais que tornam cada morte diferente da outra, o fim de

uma vida causado pela fatalidade ou pela vontade divina e o provocado por um destino decidido por alguém nesta terra.

Na linguagem típica do procedimento penal, é isto o que contam – as 105 páginas de aviso de conclusão da investigação – com as graves acusações de desastre ambiental doloso e omissão dolosa das normas contra os infortúnios – endereçadas no dia 1 de agosto de 2007 contra duas únicas pessoas: Louis Marie Ghislain de Cartier de Marchienne, isto é, o barão belga que controlou a Eternit italiana no período incriminado e Stephan Schmidheiny, um dos herdeiros do império helvético do amianto. Eles – escrevem o procurador adjunto Guariniello e os substitutos, Sara Panelli e Gianfranco Colace – “na qualidade de efetivos responsáveis pela gestão da sociedade” devem responder por estas imputações gravíssimas. Encerrando três anos de investigações, os magistrados estão convencidos de terem reconstruído a cadeia de comando e o papel dos proprietários – encobertos atrás de uma espessa rede societária – através de uma minuciosa reconstituição de documentos sobre a Eternit, que incluem até as cartas de Stephan Schmidheiny aos administradores do grupo. Elas conteriam explícitas disposições sobre a organização do trabalho, os sistemas de proteção da saúde dos trabalhadores e diretrizes sobre a possibilidade de eliminar o amianto do ciclo de produção. “Meu cliente é um alvo errado – declara imediatamente seu advogado defensor – nunca geriu os estabelecimentos italianos e sempre impulsionou medidas de segurança no âmbito de todo o grupo, dando corpo a importantíssimos investimentos”. Antecipa a linha de defesa, em suma, mas deverá explicar o porquê da consistente correspondência entre Stephan e alguns dirigentes da fábrica de Casale, onde os investigadores encontraram trocas de informações e diretrizes sobre a atividade industrial.

Sai do processo Thomas Schmidheiny: seu papel no topo da multinacional de família não teria o mesmo grau de envolvimento dos dois investigados, pelo menos no que diz respeito às decisões que constituem o objeto central da investigação, que, segundo a acusação, teria provocado a morte de milhares de pessoas. Pelo menos 2.969, dizem os documentos. Se considerarmos o império de 20 mil funcionários espalhados em cerca de 20 estabelecimentos no mundo inteiro e nas minas das quais - durante décadas - extraiu-se o mineral fibroso, que fez a fortuna de pelo menos três gerações, então a macabra contagem dos lutos poderia assumir proporções bem maiores.

A procuradoria aplica também uma lei recentemente publicada, a lei 231 de 25 de agosto de 2007, para chamar ao banco dos réus – além das duas pessoas físicas indicadas – as sociedades suíças e a belga (ANOVA AG, ETEX Group e outras) que controlaram legalmente a atividade industrial que semeou poeira e morte. A norma prevê que, quando os administradores de uma sociedade cometem delitos que favorecem as mesmas sociedades, estas últimas podem ser chamadas a responder penalmente e serem sancionadas segundo os danos provocados, com multas, sequestros, revogação de autorizações e licenças ou proibição de desenvolver suas atividades. Em suma, além da responsabilidade civil, a sociedade se torna sujeito autônomo dentro do processo. O caso Eternit representa a estreia absoluta, na Itália, para este tipo de instrumento de lei. E isto não é um mero aspecto marginal do processo que a procuradoria de Turim quer celebrar, porque a responsabilidade dos sujeitos jurídicos traz consigo consequências muito pesadas. Só em termos de multas, por exemplo, em caso de morte, estão previstas somas que podem alcançar mais de um milhão de euros. Se considerarmos os números do legado em questão – o enorme passivo da multinacional helvética, estes números poderão resultar num incentivo para se buscar um acordo contra as parte lesadas.

Mas este não é o único novo cenário aberto por esta lei. O processo contra as sociedades suíças e belga poderá ter resultados muito efetivos do ponto de vista civil e, sobretudo – comentam cheios de esperança os promotores da “controvérsia amianto” de Casale – atingir diretamente a empresa, podendo tornar-se particularmente eficaz para quem tem como objetivo encerrar definitivamente a luta planetária contra o amianto, porque atacaria diretamente a razão de existir dos sujeitos econômicos, tornando antieconômicas determinadas atividades, que a golpes de sanções e limitações empresariais poderia revelar-se o melhor desincentivo para este tipo de empresário, que antepõe o lucro à saúde e à própria vida humana.

O QUÊ
HÁ DE VIR

5. O FUTURO

Chega o outono na região do Monferrato e a temporada de 2007 tem sido cheia de compromissos para os protagonistas da frente antiamianto. Tornam-se mais frequentes as reuniões no salão Tartara de Casale, na Praça Castello, para discutir as importantes novidades que chegam do Palácio de Justiça de Turim, da Suíça, assim como de outros cantos do mundo. Trata-se de reuniões com a presença, além dos irredutíveis envolvidos na “controvérsia amianto”, de pessoas que ficaram um pouco afastadas nos últimos tempos. Todos os assentos estão ocupados, as palavras simples com que Bruno Pesce usa para explicar a situação são absorvidas uma atrás da outra, por uma platéia atenta como não acontece nem sequer durante as melhores homilias de bispo nas igrejas. São rostos que pertencem a outras épocas, que olham atentamente cada trejeito do ex-sindicalista; rostos que manifestam cromossomos camponeses, bochechas avermelhadas, narizes pronunciados, olhos intensos.

Contudo não se pode deixar de notar as ausências. Alguém que não está mais porque a doença – aquela doença – o levou embora para sempre, outros que não conseguem se deslocar por causa do tratamento terapêutico e não são poucos os filhos dos protagonistas de meio século de braço de ferro contra a Eternit presentes para representar os pais. De resto, seria suficiente uma sequência

de instantâneos das assembleias das últimas três décadas para colher as marcas do tempo: na mesa, além de Pesce, nunca faltam os principais promotores do movimento de Casale – Nicola Pondrano, Romana Blasotti Pavesi, Sergio Bonetto, Daniela Degiovanni e os outros – com algumas rugas a mais no rosto, com cabelos grisalhos, com algum novo achaque, mas sempre com a mesma energia e consciência, eles estão sempre prontos para dar respostas imediatas e nunca titubeantes acerca dos próximos movimentos, dos próximos objetivos.

A este ponto, 22 anos depois de “os suíços” trancarem os portões da venenosa fábrica e irem embora, o horizonte para onde se mira é uma aula de tribunal. A perspectiva de ver no banco dos acusados os proprietários do estabelecimento em que tantas vidas foram sacrificadas, os senhores do amianto de meio mundo, não é pouca coisa para este povo. “Espero realmente que chegue logo o momento em que poderei olhar nos olhos dos responsáveis por tantas matanças”, declara com firmeza Romana Blasotti Pavesi, com a extraordinária mistura de força e ternura que consegue pôr em tudo que faz. Esta é a síntese mais eficaz da sede de justiça que move tantas pessoas, que já não são mais novas, e que continuam envolvidas em questões, que nunca tinham se imaginado dever enfrentar, em lugar de cuidar dos netos. Ou de trabalhadores – pais, maridos, esposas, filhos, netos – que comparecem no salão Tártara, toda vez que são chamados, como um compromisso importante de suas vidas. Agora que o procurador Guariniello encerrou sua investigação, agora que são conhecidas as acusações movidas contra os indiciados responsáveis por tudo que aconteceu em Casale e alhures, agora que se sabe algo sobre as bases do conjunto probatório que lhes é imputado, a esperança de se chegar ao processo é realmente forte. Mas a batalha não se esgotará com isto; pelo contrário, será um novo início, o enésimo, não menos difícil do que os precedentes. Será preciso mostrar-se, estarem ali, testemunhos silenciosos da própria reivindicação por justiça. “Vós sois os tijolos do muro que durante anos tentamos erigir contra os responsáveis desta chacina – explica com agonia o advogado Bonetto ao falar com os familiares das vítimas – por isto vós deveis estar presentes fisicamente em Turim, quando os responsáveis da Eternit estarão no banco dos imputados. Devagar, devagar – conclui surpreendido ele mesmo diante da realidade que está descrevendo – estamos entrevendo o fim do longo túnel em

que entramos há tantos anos sem sabermos para onde ele nos conduziria”.

O aplauso fervoroso e desabafado e as cabeças que expressam enfaticamente anuência provam que todos estão de acordo sobre esta escolha: “É preciso reclamar justiça para os que morreram por causa daquela porcaria”. E imediatamente se apresenta a hipótese de organizar o ônibus para Turim e turnos para presenciar na audiência em que se celebrará o processo contra seus poderosos adversários.

Mas quando Bruno Pesce, quase constrangido, comunica mais uma informação clamorosa, das que em situações normais induziriam a comemorações, baixa o silêncio, afloram dúvidas e impõe-se de novo o senso do futuro, a despeito do passado doloroso. Thomas Schmidheiny, já absolvido e, portanto, fora do processo, resolveu doar três milhões de euros à comunidade de Casale. Não se trata de um evento completamente inesperado, mas durante muito tempo a contraparte helvética ficou agitando dinheiro virtual para depois retirar a mão e o dinheiro diante de um grupo de cidadãos em nada dispostos a ceder um milímetro do objetivo de obter justiça. Agora que, para o mais velho dos irmãos Schmidheiny, chegou formalmente o fim das hostilidades processuais – pois a conclusão da investigação da procuradoria de Turim retirou o nome dele do processo – a intenção de indenizar de algum modo o povo de Casale se concretiza através de três milhões de euros.

Na assembleia levanta-se um murmúrio, alguém teme que possa se tratar de uma ação com o objetivo de enfraquecer a contenda. Mas Pesce, Ponderano, os advogados e Romana não têm dúvidas: isto não mudará uma vírgula as escolhas do comitê. Pelo contrário, talvez o dinheiro possa ser usado para cobrir as despesas do processo. Será uma munição para ser usada contra os dois acusados.

E então emerge mais uma hipótese, maliciosa, ainda que afinal das contas de pouca importância, mas de qualquer forma é melhor tentar entender: talvez se trate de um conflito em família, entre os dois bilionários suíços, assim um irmão financiaria desta forma a batalha judiciária de Casale contra o outro irmão? Thomas Schmidheiny, que evidentemente acompanha com atenção tudo que se faz e que se diz entre o Salão Tartara e a Câmara do Trabalho de Casale, nega: “Trata-se apenas de um gesto humanitário, sem nenhum outro fim” dizem seus porta-vozes. Thomas ama a Itália, ressaltam enfati-

camente, conhece a situação da região do Monferrato, sabe muito bem o que aconteceu nestas décadas de poeira e morte. Visitou diversas vezes a cidade – dizem – e constatou que a situação não é normal, mas efetivamente “tóxica”. Por culpa da sua fábrica; por isto ele se sente na obrigação de fazer algo por ele mesmo. E para uma pessoa creditada pelas revistas especializadas na posição 146 entre os homens mais ricos do mundo (o irmão mais novo ocupa “apenas” a posição 222 no mesmo ranking), a iniciativa não poderia ser outra senão de natureza financeira. Mas Stephan é informado, sabe tudo e concorda, garante o séquito de Thomas; não há nenhuma guerra fratricida em curso.

Uma vez resolvido aceitar o dinheiro, depois de tantas recusas de ofertas precedentes indignas de consideração, os coordenadores da “controvérsia amianto” têm as ideias claras sobre como aplicá-lo. Um milhão e meio vai para o Hospital Santo Spirito, de Casale, para a compra de aparelhos diagnósticos capazes de enfrentar a epidemia tumoral que não acena abrandar; 800 mil euros são destinados a cobrir as indenizações que ficaram em aberto no âmbito da falência da Eternit; 250 mil euros são reservados à associação Vitas, que assiste os não poucos doentes terminais da região; 100 mil euros vão financiar a pesquisa em campo oncológico; 400 mil euros vão para as associações que representam as vítimas no processo contra Stephan Schmidheiny e o barão De Cartier. Para não deixar espaço a qualquer dúvida, será comunicado antecipadamente ao doador de que forma será aplicado o dinheiro e quem ele deve indicar como beneficiário de cada cheque.

Os “resistentes” de Monferrato têm as ideias claras confirmadas pelos braços levantados para aprovar por unanimidade a eleição dos líderes e os comentários de alguns veteranos desta batalha contra o invisível gigante helvético o confirmam: “O dinheiro deve ser investido para fazer justiça – comenta imediatamente a senhora Anna Maria Scaiola, que ainda treme pensando nos tempos em que saía da Eternit, vestindo o avental impregnado de poeira para correr a amamentar sua filha – quanto a nós, podemos virar-nos com o dinheiro da aposentadoria”. As mesmas palavras são confirmadas por Luisa Minazzi, assessora municipal de Meio Ambiente da cidade, sempre engajada, ativa e empenhada pessoalmente na campanha cultural, política, administrativa e legal contra os senhores do pó e que agora deve lutar contra o “tumor de Casale”, porque a mortífera roleta do mesotelioma

resolveu atacá-la. E como ela, todos reclamam fundamentalmente três coisas: justiça, descontaminação ambiental e pesquisa médica.

No entanto, na cidade já circulam imagens daquilo que surgirá no lugar da fábrica, derrubada e sepultada em baixo de um sarcófago de cimento armado: o projeto “Eter-not” da Prefeitura de Casale prevê uma restauração ambiciosa do bairro Ronzone, algo que custará em torno de seis milhões de euros. Segundo o projeto apresentado pelo prefeito Paolo Mascarino, a área ocupada pelo estabelecimento industrial se tornará um parque de mais de 36 mil metros quadrados, entre a cidade e o rio. E, ao mesmo tempo, prosseguirão o saneamento e o monitoramento do ar e da água.

A ESTRATÉGIA DO CARACOL

Fechamento da fábrica, leis contra o amianto e a favor de quem ficou exposto, processo contra os donos do império do fibrocimento, dinheiro da Suíça para apoiar todos os níveis de ação do comitê de Casale. Um após outro, os objetivos da “controvérsia amianto” são alcançados, vagarosamente – pois foram necessários mais de 30 anos de esforços – mas são atingidos. A paciência, constante durante todo o tempo, parece recompensada. A união entre sindicalistas, trabalhadores, médicos, advogados, funcionários públicos, ambientalistas, familiares das vítimas e cidadãos assustados produziram resultados extraordinários, se considerarmos também o fato de que Casale não passa de 40 mil habitantes e não conta com a bênção de algum poderoso, não possui parlamentares em atividade, ou o eterno ministro que asfalta estradas ou distribui benesses ao colégio eleitoral. A luta contra o amianto tem sido mesmo uma batalha coletiva, a obstinação da estratégia do caracol – síntese perfeita entre a paciente tenacidade de Bruno Pesce e a impetuosidade de Nicola Pondrano – a mover montanhas que pareciam inatingíveis. E os dois, Bruno e Nicola, são pessoas conhecidas, respeitadas e estimadas na cidade. Até por alguns dirigentes da Eternit que mais tarde resolveram filiar-se à CGIL.

No meio está o papel desenvolvido pelo INCA, isto é, o da defesa individual dos trabalhadores contra os riscos, a capacidade de desenvolver e difundir conhecimentos e competências para conquistar um justo reconhecimento para as vítimas. “O papel do sindicato deve ser, em primeiro lugar, o de tutelar cada trabalhador – observa Pesce –

e por isto é preciso unir, entrelaçar o papel dos delegados responsáveis pela segurança do trabalho com as representações sindicais, o papel das organizações de categoria com as confederações. Assim pode-se intervir para a prevenção dos riscos com maior conhecimento de causa e não apenas, como acontece quase sempre ainda hoje, depois do desastre já ter acontecido”.

Outro nó complicado que emerge da história de Casale é a exigência de ligar a questão do emprego com a salvaguarda da saúde. “Se estes interesses são separados, ou pior ainda, contrapostos – explicam os dois sindicalistas propulsores da batalha contra a Eternit – vamos ao encontro da derrota em ambas as frentes, porque o trabalhador é o elo fraco da cadeia”. E então o que fazer? A receita chega do Monferrato: “É preciso conquistar a direção dos processos de transformação que proteja e liberte os trabalhadores da chantagem do emprego; a sociedade inteira deve sentir-se responsável por garantir um trabalho seguro e limpo a seus filhos”

Desta forma ficam firmes no horizonte dos cidadãos de Casale, engajados nesta batalha, os objetivos para o “depois”, para o futuro, para quando o processo terminar e a justiça for feita, as vítimas indenizadas e a verdade declarada uma vez por todas. É preciso salvar o maior número possível de vidas, porque tudo deixa supor e temer que os casos de mesotelioma provocados pelo amianto não se reduzirão ainda por muitos anos, em uma área tão contaminada pela poeira assassina. Portanto, a questão da resposta médico-científica a esta praga é uma das prioridades posta pelo comitê: oncologia, hospital dia (*day-hospital*), centro de assistência e casa de repouso para os doentes terminais (*hospice*), mapeamento do território, pesquisa. Tudo isto deve nascer, crescer, potencializar-se, coordenar-se na terra que, um dia, foi conhecida por seus vinhedos e suas trufas e que hoje é famosa por ser a “capital mundial do amianto”. Casale deve tornar-se ponto de referência para todos que trabalham com o mesotelioma, afirmam os promotores desta luta. E não é um capricho, mas uma necessidade, talvez se torne até uma oportunidade imposta pela história dos últimos 40 anos e, provavelmente, a dos próximos 20 anos.

Mas isso não termina aqui. Porque o raciocínio que percorre o percurso inverso que vai de um mineral fibroso à morte de milhares de pessoas, impõe mais uma reflexão: se a presença de amianto em tantos edifícios da área provoca temores deste desastre, então ele

deve ser removido. O saneamento ambiental representa, efetivamente, mais uma urgência pela qual os incansáveis “rebeldes” de Monferrato lutam: “Aquilo é o futuro – diz Romana Blasotti Pavesi, toda vez que se toca no assunto – significa proteger a vida das crianças de Casale, também dos que ainda devem nascer”.

Mas não é coisa simples, porque para manusear o amianto é preciso ter cautela e usar técnicas muito peculiares; caso contrário, há risco de serem provocados novos desastres. Portanto, há necessidade de financiamentos da iniciativa pública e incentivos privados e de coordenação entre autoridades administrativas em todas as instâncias territoriais e nacionais.

Isso ainda não é tudo. Não é por ambição ou megalomania, mas por um raciocínio intuitivo, a passagem sucessiva desta subida ao longo da fileira da morte conduz à origem de tudo: o mineral. O grupo de Casale não abre mão da luta mundial contra o uso do amianto. Começando pelos países que ainda permitem o uso industrial e a extração: China, Brasil, Canadá e a África inteira, onde desde sempre os trabalhadores das minas de amianto morrem como moscas. E morrem muito novos. Ainda neste aspecto, o grupo de Casale se tornou referência internacional, em virtude do grande eco da longa campanha contra a Eternit, da conquista de resultados judiciais, políticos e de informação, resultados que não foram alcançados pelos outros grupos de cidadãos atingidos pela mesma desgraça da poeira e que também tentaram reagir. França, Canadá, mas também Alemanha e Suíça, pedem encontros e oferecem apoio sempre mais frequentemente, porque Casale Monferrato se tornou referência mundial desta batalha. Existe uma proposta francesa que poderia ser o banco de prova para o nascente movimento transnacional: participação em massa, de todos os países, num ato em Turim no dia de abertura do processo contra os senhores da Eternit e transformar o evento no “Dia Mundial da Cólera contra o Amianto”.

Porém, além da cólera em Casale, todos queriam reencontrar a paz. Para perceber isso é suficiente dar um passeio na bela cidadezinha posta entre as colinas. Chegando da ponte sobre o Pó, costeando por um trecho suas margens antes de entrar no centro da cidade, se tem a sensação de que, apesar de tudo, algo sobrou do velho burgo camponês do Piemonte. E uma vez que se chega à Praça Castello, especialmente em certos dias de sol, quando daquele ponto parece realmente possível abraçar a cidade inteira, respira-se, mais nitida-

mente ainda, o grande desejo da cidade voltar a ser simplesmente a capital do Monferrato, zona de gourmet, terra de bons vinhos. Há mesmo uma grande vontade de viver, apenas isto, de deixar para trás, ainda que sem nunca esquecer, a maldição daquela fábrica e as mais de duas mil pessoas que desapareceram. Entende-se perfeitamente este desejo inclusive quando se escuta uma senhora como Romana Blasotti Pavesi, que teria todos os motivos para estar com raiva do mundo inteiro (e, pensando bem, também com uma boa parte do além) definir-se “afinal das contas, uma pessoa que teve sorte porque vivi tantas coisas belas”. É bonito observá-la quando anda pelas ruas da cidade que a adotou há mais de 60 anos e vê-la se derreter num sorriso que desarma e que se torna desarmado diante de uma criança. “Adoro as crianças pequenas – diz com sua irreduzível franqueza – quando vejo uma, deixo de raciocinar e só quero brincar”.

CRONOLOGIA

1901: O austríaco Ludwig Hatschek patenteia uma mistura de cimento e amianto batizando-a de “Eternit”, do latim *aeternitas*, que quer dizer, eternidade;

1903: O comerciante Alois Steinmann adquire a patente e inicia a produção de produtos Eternit junto à Schweizerische Eternitwerke AG de Niederurnen, na Suíça;

1906: Adolfo Mazza adquire a licença para produzir na Itália e instala o estabelecimento Eternit de Casale Monferrato, onde inicia a produção no ano seguinte;

1946: O belga De Cartier de Marchienne entra na composição societária da Eternit italiana;

1947: O INAIL reconhece pela primeira vez um caso de asbestose como doença profissional;

1961: Primeiro grande protesto dos trabalhadores da Eternit de Casale Monferrato, que bloqueiam a ponte sobre o Rio Pó para reclamar da insalubridade do meio ambiente de trabalho;

1964: Divulgação dos estudos científicos que comprovam a nocividade do amianto e os riscos mortais para o homem;

1972: A família Mazza cede sua cota da Eternit italiana à família suíça Schmidheiny, que assume o controle;

1981: Primeiras ações judiciais promovidas pela CGIL e pelo INCA de Casale Monferrato para o reconhecimento das doenças profissionais associadas ao amianto;

1984: Perícia da Universidade de Pavia que detecta graves riscos à saúde dentro da fábrica da Eternit;

1986: Falência e fechamento do estabelecimento da Eternit de Casale Monferrato;

1992: Aprovação da lei 257 que sanciona o banimento do amianto na Itália;

1993: Condenação em primeira instância de alguns dirigentes da Eternit italiana, reconhecidos como responsáveis pela morte e pelas doenças causadas a centenas de trabalhadores;

1997: Sentença da Suprema Corte que confirma a condenação pela morte de um só operário e a prescrição de todos os outros casos;

2004: O Comitê *Vertenza Amianto* (Questão Amianto) de Casale apresenta uma volumosa denúncia contra os proprietários da Eternit pela morte de mais de duas mil pessoas;

2007: a procuradoria de Turim encerra as investigações por dano ambiental doloso e omissão dolosa contra Stephan Schmidheiny e Louis de Cartier de Marchienne .

A impressão ficou a cargo da Gráfica Grafis
de São Paulo, Brasil e realizou-se em papel ofset 75 g/m².

Impresso em junho de 2010

“Esta pungente narrativa italiana ocorrida em Casale Monferrato com as vítimas da ETERNIT não difere em nada daquelas histórias que nós no sindicato presenciamos, acompanhando a trajetória dos trabalhadores doentes da Brasilit do grupo francês Saint-Gobain em São Caetano do Sul, que fechou sua unidade produtiva no ABC em 1990, quando os primeiros doentes começaram a surgir. A maioria dos trabalhadores levaram a poeira assassina não só no uniforme para ser lavado por suas companheiras, como nos resíduos doados pela empresa para uso doméstico. Fica patente que a lógica produtiva e os mitos utilizados pela indústria do amianto para ludibriar seus empregados não é exclusividade dos países de economia periférica, que além do que aqui é descrito neste livro impactante, enfrentam a ausência da proteção social do Estado brasileiro, que continua se omitindo em prestar atenção a esta tragédia de há muito anunciada.”

Edison Luiz Bernardes
Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores
nas Indústrias da Construção e do Mobiliário – Solidaridade-SP

“Após cerca de meio século de produção contínua de telhas, caixas d’ água e produtos automotivos com amianto, as fábricas Eternit e Lonaflex encerraram suas atividades em Osasco, deixando para trás os trabalhadores, vítimas do descaso com sua saúde. Hoje, no local onde funcionavam as fábricas, há grandes empreendimentos comerciais. É como se ali nunca houvesse tido a indústria que vitimava trabalhadores. Isso deixa claro que o silêncio sobre o amianto no passado e no presente só é rompido pelo grito de dor das vítimas e pela mobilização de seus familiares, abandonados pelas empresas e pelo Estado.”

Jorge Nazareno
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

A luta contra o amianto no Brasil passa pelo enfrentamento com as empresas do setor de cloro-soda. São elas: Braskem, Dow Brasil e Carbocloro. Coincidentemente todas elas recebem polpudas ajudas do BNDES que é, em última instância, dirigido pelo ex-sindicalista Lula. Estamos convencidos de que só a ação dos trabalhadores pode acabar com o risco do câncer provocado pelo amianto.

Diretoria Colegiada do Sindipetro de Alagoas e Sergipe

ESTA PUBLICAÇÃO FOI POSSÍVEL COM A COLABORAÇÃO DE:

